

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
CAMPUS ARARAQUARA**

**A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL ENTRE OS  
FALANTES DO MATO GROSSO DO SUL**

**Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi**

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos

ARARAQUARA – SP  
2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
CAMPUS ARARAQUARA**

**A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL ENTRE OS  
FALANTES DO MATO GROSSO DO SUL**

**Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras (Linguística e Língua Portuguesa).

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos

ARARAQUARA – SP  
2006

# **A VARIACÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL ENTRE OS FALANTES DO MATO GROSSO DO SUL**

Comissão Examinadora da Tese de Doutorado para obtenção do Título de  
Doutor em Letras (Linguística e Língua Portuguesa)

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ODETTE GERTRUDES LUIZA ALTMANN DE SOUZA CAMPOS  
Orientador/Presidente

---

PROF. DR. ANTONIO SUÁREZ ABREU  
Membro Titular

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. GLADIS MARIA BARCELOS DE ALMEIDA  
Membro Titular

---

PROF. DR. SEBASTIÃO EXPEDITO IGNÁCIO  
Membro Titular

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. VANICE MARIA OLIVEIRA SARGENTINI  
Membro Titular

ARARAQUARA, DE DE 2006.

## **DEDICATÓRIA**

**Dedico este trabalho a pessoas muito especiais, por quem vivo e das quais sinto muito orgulho: meus filhos Ricardo, Renato e Renan e meu esposo Luiz.**

**Aos meus filhos, peço desculpas pelos momentos que os privei de minha companhia e agradeço pela compreensão que tiveram.**

**Ao meu esposo, agradeço por entender as ausências, pelo apoio verdadeiro e incondicional, pelo ombro amigo e pela compreensão que teve.**

**Que meus pensamentos, por mais simples que sejam, transformados em escrita, possam veicular saberes, causar inquietações, suscitar investigações e ser meio de libertação.**

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Odette G. L. A. S. Campos, minha orientadora, pela amizade, acolhida, orientação firme e tranqüila e paciência com que me ouviu durante esta minha árdua trajetória.

À equipe do ALMS/UFMS representada pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aparecida Negri Isquerdo, pela cedência do *corpus*.

Aos professores do curso de Doutorado em Letras e Lingüística da UNESP de Araraquara, que tanto colaboraram para minha formação.

À CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos.

Aos meus pais, Rute e Arizoli, pelo exemplo e pelas palavras de apoio que nunca faltaram.

À minha irmã Lovaine, pela fiel amizade e pelo encorajamento.

À amiga Maria Alice, por sua amizade verdadeira e pelo incentivo nos momentos em que as atribulações surgiam.

À amiga Delaine, pela amizade firme e pelas madrugadas a fio que se dedicou à digitação deste trabalho.

À amiga Beatriz, pelo auxílio em momentos que necessitei.

À Maria do Carmo, pelo apoio que deu na etapa final do trabalho.

À todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para a concretização deste trabalho.

**Nunca é demais frisar:**

**O objetivo a ser proposto não é “aprenda a norma culta em vez do português que você fala”, e sim: “aprenda a norma culta além do português que você fala, e utilize um ou outro segundo as circunstâncias”.**

(Míriam Lemle. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. emp. Brasileiro: Rio de Janeiro, 1978).

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	16
1.1 Breve história da Linguística.....	16
1.2 A Linguística Funcional.....	21
1.3 Funcionalismo e Formalismo: duas frentes de pensamento lingüístico .....	28
1.3.1 Halliday e suas idéias funcionalistas .....	28
1.3.2 Simon Dik e suas idéias funcionalistas .....	30
1.4 Sociolingüística Variacionista .....	32
1.4.1 A Variabilidade e a Invariabilidade Lingüística .....	43
1.4.2 Norma padrão e dialeto social.....	48
1.4.3 O conceito de correção.....	51
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FENÔMENO DA CONCORDÂNCIA VERBAL.....	53
2.1 O fenômeno da concordância na visão de alguns estudiosos do assunto .....	53
2.2 A Concordância Verbal na Gramática Normativa .....	59
2.3 A Concordância Verbal na Linguística .....	66
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	76
3.1 O <i>Corpus</i> investigado .....	76
3.2 Características sociais de nossos informantes .....	81
3.3 Casos de Exclusão .....	84
3.4 Descrição das variáveis dependente e independente .....	86
3.4.1 Variável dependente .....	88
3.4.2 Variáveis independentes .....	89
3.4.3 Os programas do VARBRUL .....	104
4 OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DE MATO GROSSO DO SUL .....	106
4.1 Considerações geográficas e históricas .....	107
4.2 Aspectos sociais, culturais e lingüísticos .....	112
5 ANÁLISE DOS DADOS .....	115
5.1 Introdução .....	115
5.2 A realização da concordância verbal - fatores lingüísticos .....	117
5.3 A realização da concordância verbal - fatores sociais .....	131
5.4 Análises dos cruzamentos entre os grupos de fatores sociais e lingüísticos considerados relevantes para a terceira pessoa do plural.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	159
ANEXOS .....	166

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1a – Porcentagem geral de concordância/não-concordância verbal com a terceira pessoa do plural .....	117
Tabela 2a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme o sujeito pronominal .....	118
Tabela 3a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a distância entre sujeito e verbo .....	121
Tabela 4a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme o paralelismo formal .....	125
Tabela 5a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a saliência fônica verbal .....	127
Tabela 6a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a procedência .....	131
Tabela 7a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme o sexo .....	132
Tabela 8a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a escolaridade .....	134
Tabela 9a – Presença de CV segundo a procedência e a saliência fônica verbal .....	137
Tabela 10a – Presença de CV segundo a procedência e o paralelismo formal .....	138
Tabela 11a – Presença de CV segundo a procedência e a distância entre o sujeito e verbo .....	140
Tabela 12a – Presença de CV segundo a procedência e a presença/ausência do sujeito pronominal .....	141
Tabela 13a – Presença de CV segundo o sexo e a saliência fônica verbal...	142
Tabela 14a – Presença de CV segundo o sexo e o paralelismo formal .....	144
Tabela 15a – Presença de CV segundo o sexo e a distância entre sujeito e verbo .....	145
Tabela 16a – Presença de CV segundo o sexo e a presença/ausência do sujeito pronominal .....	147
Tabela 17a – Presença de CV segundo a escolarização e a saliência fônica verbal .....	148
Tabela 18a – Presença de CV segundo a escolarização e o paralelismo formal .....	150
Tabela 19a – Presença de CV segundo a escolarização e a distância entre sujeito e verbo .....	151
Tabela 20a – Presença de CV segundo a escolarização e a presença/ausência do sujeito pronominal .....	152



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A variável dependente .....	88
Quadro 2 - A variável saliência fônica verbal .....	89
Quadro 3 – Variável posição do sujeito em relação ao verbo .....	91
Quadro 4 –Variável distância entre o sujeito e o verbo em número de sílabas .....	92
Quadro 5 – Variável constituição morfossintática do sujeito .....	93
Quadro 6 – Variável categorização semântica do sujeito .....	94
Quadro 7 – Variável paralelismo formal .....	95
Quadro 8 – Variável sujeito pronominal .....	96
Quadro 9 – Variável função discursiva do sujeito .....	97
Quadro 10 – Variável valor semântico do verbo .....	99
Quadro 11 – Variável sexo .....	100
Quadro 12 – Variável faixa etária .....	101
Quadro 13 – Variável escolarização .....	102
Quadro 14 – Variável procedência .....	103
Quadro 1a: Fatores lingüísticos e sociais selecionados e descartados pelos programas do VARBRUL como estatisticamente relevantes .....	116
Quadro 2: Grupos de fatores sociais e lingüísticos selecionados como estatisticamente relevantes pelos programas do VARBRUL .....	137

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das microrregiões que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul .....	109
Figura 2 - Expansão da pecuária no Mato Grosso .....	111

## RESUMO

Nesta pesquisa, descrevemos e analisamos a variação da concordância entre o verbo e o SN sujeito de 3ª pessoa do plural, na fala de informantes de 30 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, para mostrarmos como tem se comportado a variação correlacionada com fatores lingüísticos e sociais, tendo como amostra falas registradas pela equipe de pesquisa do Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul-ALMS-. Nossos informantes femininos e masculinos, são de distintas faixas etárias e diferentes graus de escolaridade. Para realizar este estudo, tomamos como base os princípios teóricos da Sociolingüística Variacionista e das abordagens Funcionalistas. Recorremos, ainda, aos programas computacionais do pacote VARBRUL para que obtivéssemos as análises individuais e os cruzamentos dos fatores escolhidos. A partir dos resultados, verificamos que a variação de 3ª pessoa do plural está condicionada, tanto por fatores sociais como lingüísticos, sendo que os fatores sociais foram os mais significativos. Entre os fatores sociais os que tiveram maior destaque foram a procedência, o sexo e a escolaridade, e entre os lingüísticos os subfatores sujeito pronominal não-explicito, alguns casos específicos de saliência fônica verbal, como *é/são* e a presença de marca formal de plural em todos os elementos. De modo geral, esta investigação sugere a evidência de que em vários aspectos a concordância verbal está sujeita a condicionamentos sociais e lingüísticos, desviando-se dos padrões gramaticais.

**Palavras-chave:** Português popular; concordância verbal; variação lingüística; Funcionalismo, Sociolingüística Variacionista.

## ABSTRACT

In this research, it was described and analyzed the variation of the agreement between verb and subject in the 3rd person plural –SN- in the speech of informants from thirty towns from Mato Grosso do Sul, to show how it has behaved the variation correlated with linguistic and social factors, having as a sample speeches recorded by the research team from Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul - ALMS. Our informants, feminine and masculine, are from different age groups and schooling degrees. To carry out this study, it was based on theoretical principles from a variant linguistics and functional approaches. It was also resorted to computing programs from VARBRUL to get individual analyses and the mixing of chosen factors. From the results, it was verified that the variation of the 3<sup>rd</sup> person plural is conditioned, both social factors and linguistics ones, being the social factors the most meaningful. Among social factors, those which had a greater prominence were the origin, sex and schooling and among linguistics ones, the under factors subject-pronoun were non explicit, some specific cases of phonic verbal prominence as *is / are* and the formal plural mark present in all elements. In general, this scientific investigation suggests the evidence that in several aspects the verb agreement is submitted to social and linguistics conditions, deviating from grammatical patterns.

**Keywords:** popular Portuguese language; verbal agreement; stylistic variation; Functionalism; Variant Sociolinguistics.

## INTRODUÇÃO

Por muitos anos, atuando como professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio, observava com maior atenção os fatos relacionados ao uso da língua. Ao ler os textos produzidos pelos alunos<sup>1</sup> percebia como não conseguiam fazer uso das regras de concordância preconizadas pela gramática. Da mesma forma, notava o mesmo fato, quando da leitura dos jornais de “prestígio”<sup>2</sup> que circulam na cidade de Dourados e mesmo em jornais de outras cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive daqueles provenientes da capital (Campo Grande). Ficava bastante preocupada com o número de ocorrências de casos de não-concordância verbal encontradas nos textos escritos.

Ao começar a desenvolver as atividades docentes no Ensino Superior, imaginava que um quadro diferente iria surgir. Para perplexidade, a “pintura” do novo quadro não era diferente ao fazer a correção de textos dos candidatos<sup>3</sup> que pretendiam iniciar um curso de graduação; a reincidência de casos de falta de concordância era gritante e, ao ministrar aulas no primeiro semestre<sup>4</sup> dos cursos superiores na disciplina de Língua e Produção Textual, não conseguia entender porque tão reiteradamente as ocorrências de não concordâncias continuavam a existir; pois entre aqueles que haviam passado pelo processo de seleção, esperava-se que fosse bem menor a incidência da falta de concordância verbal.

---

<sup>1</sup> Cópias de alguns textos de alunos do Ensino Médio seguem no anexo.

<sup>2</sup> Cópias de alguns textos de jornais seguem no anexo.

<sup>3</sup> Cópias de alguns textos de vestibulandos seguem no anexo.

<sup>4</sup> Cópias de alguns textos de graduandos seguem no anexo.

Diante desse fato, fiquei bastante preocupada e curiosa para saber se o problema que há muito observava na língua escrita era o reflexo de uma tendência de uso na língua falada. A partir daí, decidi por pesquisar a língua falada em Mato Grosso do Sul para descobrir se a hipótese confirmava-se ou não. Para tanto, procurei buscar suporte teórico-metodológico na Gramática Funcional e na Sociolinguística, acreditando que essa investigação poderá contribuir com os estudos sociolinguísticos referentes a essa região brasileira, uma vez que indicará as tendências da língua falada na comunidade estudada, que poderão ser comparadas às de outras regiões desse nosso país tão extenso e diversificado, tanto do ponto de vista étnico como social, e, conseqüentemente, também lingüístico.

É, portanto, nosso objetivo, analisar um *corpus* constituído de entrevistas utilizadas para a construção do Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul, por meio dos recursos da Lingüística Funcional, que considera a língua como um fenômeno dinâmico, não estático e imutável. A opção pela Sociolinguística justifica-se por essa área permitir compreender as estruturas variantes sob parâmetros tanto lingüísticos como sociais, tentando, assim, analisar a variação na aplicação da regra de concordância verbal com o sujeito.

Desta forma, tendo em vista que a concordância verbal (CV) mostra-se como regra variável bastante recorrente no Português do Brasil, e, sabendo que no Estado do Mato Grosso do Sul ainda não foi sistematicamente elaborado nenhum estudo que tomasse a fala do homem sul-mato-grossense para perceber esse fenômeno da variação verbal, pensamos na necessidade de fazer uma investigação para que pudéssemos descrever e analisar os casos de concordância/não concordância verbal presentes na fala da comunidade do referido Estado, contribuindo, desta forma, para os estudos do português falado na região Centro-Oeste do Brasil.

Este estudo se insere nos pressupostos metodológicos da teoria da variação lingüística (cf. Labov, 1975), com vistas a definir uma possível sistematicidade das relações entre organização sociocultural e uso lingüístico. Acreditamos, dessa maneira, que a concordância verbal é uma área da gramática que está intimamente relacionada com os domínios social e cultural. Daí, portanto, traçamos como objetivos específicos: descrever os padrões de concordância/não concordância verbal da terceira pessoa do plural e analisar grupos de fatores lingüísticos e sociais que estejam condicionados a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Algumas das hipóteses que permeiam nosso trabalho foram construídas a partir do método teórico adotado, outras partiram de resultados obtidos em estudos que investigaram a CV em outras regiões do Brasil e elas enunciaram a possibilidade de que o falar popular dos sul-mato-grossenses tende a não seguir a regra padrão de CV e que a aplicação da regra da CV é condicionada tanto por grupos de fatores lingüísticos como sociais.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos o *corpus* pertencente ao Banco de Dados do Projeto Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul (ALMS/UFMS). Analisamos amostras de falas oriundas de 30 municípios desse Estado que perfizeram um total de 144 informantes, distribuídos entre 82 homens e 62 mulheres, com intervalo de idade entre 12 e 50 anos em diante e tempo de escolaridade entre zero e 08 anos de estudos (atual Ensino Fundamental completo), parte deles residentes na zona rural e parte na zona urbana.

Este trabalho está organizado em cinco Seções. Na primeira, discorremos sobre as teorias que respaldaram o tema em discussão, tais como a Lingüística Funcional, o Funcionalismo de Halliday e Dik, a Sociolingüística Variacionista, a Variabilidade e a

Invariabilidade lingüística, pontuando algumas idéias como as de Halliday (1970, 1994), Dik (1980, 1997), Labov (1963, 1974, 1975, 1983, 1994), entre outros.

Na segunda Seção, tecemos considerações sobre o fenômeno em estudo. Primeiro discutimos o tema na perspectiva da gramática normativa, em que foram chamados gramáticos com suas respectivas propostas sobre concordância verbo/sujeito de 3ª pessoa do plural e, em seguida, abordamos o fenômeno da concordância na perspectiva da lingüística e, ainda, trouxemos para exposição as idéias de alguns pesquisadores que desenvolveram importantes pesquisas na área da concordância do português no Brasil.

Na terceira Seção, exploramos os procedimentos metodológicos que adotamos para a realização da pesquisa. Esclarecemos acerca da linha investigativa assumida, tratamos da amostra, das características dos informantes, do processo de coleta de dados, da seleção dos dados, dos programas estatísticos do VARBRUL, das variantes e variáveis, dos objetivos e das hipóteses traçadas.

Na quarta Seção, apresentamos um breve relato sobre o Estado do Mato Grosso do Sul, com relação à população e aos aspectos geográficos, históricos, socioculturais e lingüísticos.

Prosseguindo, na quinta, e última, Seção, estão as análises e as interpretações dos dados. Tomando por base os cálculos fornecidos pelo pacote de programas computacionais VARBRUL, discorremos sobre os fatores lingüísticos e sociais que condicionam a variação na aplicação da regra de concordância verbal.

Finalmente, nas considerações finais, retomamos brevemente os resultados mais relevantes percebidos na pesquisa.



# **1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

## **1.1 Breve história da Lingüística**

Acreditamos que subjacente a toda atividade de pesquisa existe uma teoria que dá suporte para as reflexões que deverão ser feitas. Assim, ao trabalharmos com a variação da concordância verbal na língua falada, devemos da mesma maneira, tomar uma teoria que dê sustentação para a análise dos dados. Como já foi dito na introdução, a teoria que norteará nosso trabalho é a Sociolingüística Laboviana. Esta teoria foi selecionada de acordo com nosso objeto de estudo.

Nesta parte de nosso trabalho apresentamos algumas das principais idéias relevantes à Lingüística Funcional, ao Funcionalismo e ao Formalismo, bem como à Sociolingüística Laboviana. Entretanto, antes de iniciarmos tais considerações, acreditamos que um breve relato sobre a história da origem da Lingüística possa auxiliar no melhor entendimento de algumas questões teóricas.

Somente a partir do século XX é que a Lingüística foi instituída como ciência; até então, o que havia era o estudo assistemático, podendo-se dizer que era um estudo que partia das manifestações da curiosidade do homem acerca dos fatos da linguagem de caráter puramente normativo ou prescritivo, ou, então, se voltarmos à Grécia Antiga, as infundáveis discussões filosóficas para saber se as palavras imitavam as coisas ou se os nomes eram dados por pura criação.

Orlandi (1990, p.11) acentua dois momentos-chave para a história da constituição da Lingüística: o século XVIII, que é o século das gramáticas gerais, e o século XIX, com suas gramáticas comparadas.

O racionalismo marcou os estudos da linguagem durante o século XVIII; os estudiosos concentravam seus esforços na linguagem como representação do pensamento, queriam demonstrar que as línguas seguiam princípios lógicos e, para eles, estes princípios governavam todas as línguas existentes. Desta forma, acreditavam ser possível exigir dos falantes a lógica da clareza e da exatidão. Os estudiosos desse período pensavam na língua ideal que garantisse a coesão comunicativa.

Um outro momento de destaque para a história da lingüística foi o século XIX, neste século o foco dos estudos da linguagem estava nas línguas indo-européias, consideradas da mesma família, então o centro não era mais a língua ideal, mas a língua-mãe, os pesquisadores queriam descobrir a origem da língua. Neste século ainda os chamados neogramáticos anunciavam leis para as mudanças da língua, tentando explicar a evolução fonética. Mas, como reação aos neogramáticos, floresceu a “fase” culturalista, a qual combatia o naturalismo até então preponderante, e a partir daí o historicismo impôs sua tese: o único tipo de explicação válida para a Lingüística era o tipo de explicação que um historiador dava: as línguas eram o que eram porque estavam sujeitas a uma variedade de forças causativas internas e externas.

Assim, o século XIX foi o século da Lingüística Histórica. Nesse século, os interesses diferiram muito daqueles que iluminavam os estudos da linguagem no século XVII I porque “caiu por terra” o ideal universal e o que tomou o lugar deste ideal foi o fato de as línguas se transformarem com o tempo, era a dinamicidade em oposição à exatidão do ideal universal. O que importava era mostrar que a mudança das línguas não se

sujeitava à vontade dos homens, mas que seguia as necessidades da própria língua dentro de uma harmonia/regularidade.

Seguindo a cronologia, logo após o historicismo, dá-se o nascimento do Estruturalismo, comumente datado a partir da publicação do *Cours de linguistique generale* (CLG) (1916), de Saussure, resultado de anotações de aulas dos alunos de Saussure, dentre eles Charles Bally e Albert Sechehaye.

O grande valor conferido aos estudos saussureanos, na questão metodológica, foi no sentido de ter estabelecido recortes e delimitado o objeto de estudo da nova ciência, o que não havia sido feito anteriormente. Ao delimitar a língua em si mesma e por si mesma (estrutura abstrata), como objeto específico da lingüística, Saussure assegurou, finalmente, à lingüística o *status* de ciência.

A necessidade de designar a Lingüística como ciência, fez com que Saussure estabelecesse recortes para que pudesse sistematizar o estudo da língua. Sendo assim, abordaremos brevemente duas das principais definições saussureanas para, mais adiante, tratarmos da variação lingüística. Muito se questiona, e, às vezes, surgem críticas a Saussure no que tange a não inclusão da variação, também, como objeto dos estudos lingüísticos, o que, com as “explicações” que seguem podemos entender.

Muito há para ser dito sobre o Estruturalismo saussureano; para Weedwood (2002, p.127), o Estruturalismo saussureano pode ser sintetizado em duas dicotomias, *langue* em oposição à *parole e forma* em oposição à *substância*. A *langue* corresponde à língua, ao sistema lingüístico, portanto, social e fixo. Já a *parole* corresponde à fala, à realização concreta, sendo, portanto, individual e livre.

Uma diferença pontual entre elas consiste na homogeneidade inerente ao sistema, à estrutura, à *langue*, em oposição a heterogeneidade inerente à fala. Apesar das diferenças entre *langue* e *parole*, elas são constitutivas e quando se fala de uma, automaticamente, está se tratando de outra também. Lembramos que a idéia de “homogeneidade”, diferença pontual, citada acima, só existe abstratamente, uma vez que a língua em uso sempre será heterogênea.

Não há como negar que Saussure reconheceu a variação na língua, porém tinha necessidade de delimitar o objeto de estudo da Lingüística (língua) e por conseqüência, a “superioridade” do mesmo. Só em admitir a existência de uma atividade lingüística completa, que era a fala, já foi mais do que suficiente para perceber seu reconhecimento à variação.

Em várias partes do texto do *Curso* encontramos referência à fala, é claro que sempre abordando a “supremacia” da língua sobre a fala, como já dissemos, porque seu objeto era este. Ao questionar o não reconhecimento da Lingüística como ciência, Saussure (1975, p.24-25) expõe a defesa de sua tese, e, mais uma vez, a sua preocupação que os estudos lingüísticos atenham-se à língua:

Por que não é esta reconhecida como ciência autônoma, tendo, como qualquer outra, seu objeto próprio? (...) necessário se faz estudar a língua em si; ora até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sobre outros pontos de vista.

Enfim, baseados no modelo saussureano, inúmeros pesquisadores elaboraram teorias e sistemas a partir da estrutura abstrata, excluindo de seus estudos todo o aspecto social da linguagem. Portanto, toda a variação e a ênfase dos estudos lingüísticos da primeira metade do século XIX centraram-se, como já afirmamos, na lingüística histórica.

Assim, no século XX, alguns estudos tiveram destaques, e entre eles estava o Funcionalismo, que de acordo com Neves (1994) teve como grandes difusores os membros da Escola de Praga. Com a teoria Funcionalista, desenvolveu-se, finalmente, uma lingüística da *fala* (em oposição à língua da antinomia saussureana) a qual insistiu no fato de que se podem encontrar regularidades mesmo no nível da oração realizada. A referida escola realçou a importância do contexto verbal e não-verbal e do conhecimento dos interlocutores para a interpretação das unidades lingüísticas.

A Sociolingüística por sua vez, historicamente posterior ao Funcionalismo de Praga, aproximou-se do mesmo ao dar destaque à importância da fala e do contexto extralingüístico, ou seja, a Sociolingüística aproximou-se da Teoria Funcionalista na medida em que ambas têm como foco de estudo o uso da língua, sendo, portanto, teorias que se baseiam em dados completos e não abstratos. Há que se esclarecer que a sociolingüística delimita um novo objeto de análise lingüística: a comunidade de fala, que substitui a língua; objeto de análise estruturalista.

Este novo “olhar” opôs-se ao que defendia a escola formalista; nesta o objeto dos estudos lingüísticos era a competência lingüística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade lingüística homogênea, o que excluía todo aspecto social da linguagem.

A partir das informações acerca do percurso da Lingüística, observamos a “tensão” entre o anseio da estruturalidade do fenômeno lingüístico e sua variação. Desta forma, se estudarmos o objeto sob uma perspectiva formal, ele será visto como algo abstrato, se o considerarmos sob uma perspectiva funcional, ele será visto como algo real/concreto. Logo, o que temos não são objetos diferentes; o que temos são olhares diferenciados que estudam o fenômeno da língua.

De agora em diante, como afirmamos no início deste trabalho, passaremos a abordar de maneira mais detalhada algumas teorias lingüísticas que teceram a história da Lingüística, tais como: o Funcionalismo e o Formalismo.

## **1.2 A Lingüística Funcional**

A Lingüística Funcional, da mesma forma que a Sociolingüística, preocupa-se em estudar como a língua é utilizada de fato, no ato comunicativo; ambas se preocupam em descrever e explicar o uso da língua a partir das interações verbais dos indivíduos em circunstâncias reais que envolvem a intenção do evento de fala, os participantes deste evento e seus contextos de discurso.

Neste trabalho, optamos por uma abordagem funcionalista que defende a atuação de forças internas e externas sobre a língua, levando em consideração que essas forças estão em constante competição entre si, ou seja, nessa abordagem, a estrutura lingüística torna-se mais comprometida com o modo concreto de a língua existir, com o seu funcionamento efetivo e, também, com a sua função social.

Muitos são os conceitos que envolvem o Funcionalismo, mas há um consenso entre os funcionalistas ao dizerem que ele estuda o modo como os usuários de uma língua natural comunicam-se eficientemente, o que dá relevância ao estudo do discurso como expressão lingüística no ato da comunicação.

O termo função, em lingüística, pode atingir diferentes sentidos. Este termo pode ser usado para designar a relação entre a forma lingüística e outras partes do sistema da língua em que é usado<sup>5</sup>.

Nichols (1984, p.87) reconhece que:

O funcionalismo lingüístico combina certos avanços teóricos da gramática formal com as preocupações e avanços teóricos da sociolingüística e da etnografia da comunicação. Busca preencher a lacuna entre o estudo da língua e o estudo da comunicação, e, por isso, oferece a perspectiva de teorias gramaticais compatíveis com os pressupostos de estudantes da língua antropológicamente orientados e com o trabalho teórico de estudiosos como Gumperz (e.g.32) e Hymes (e.g.47). Busca dar à gramática um material direto assentado na situação comunicativa.

Halliday (1994), ao tecer considerações sobre o ato comunicativo, afirma que tudo o que é dito ou escrito ocorre em um contexto, ou seja, o ato comunicativo não é algo solto e a gramática funcional é necessariamente uma gramática natural em que todas as estruturas semânticas e gramaticais podem ser explicadas com alusão ao modo como a língua é usada. Então, analisar o uso lingüístico, interpretando-o ao relacioná-lo ao sistema, é o objetivo da Lingüística Funcional.

**A questão primordial de toda a abordagem funcionalista de determinada língua é perceber “como se obtém” a comunicação; é ver o modo como os usuários da língua comunicam-se proficientemente, ou seja, a competência comunicativa desses usuários. Para Givón (1995), todo funcionalista defende a idéia da não-autonomia lingüística, porque a gramática não pode ser entendida sem referência a questões como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, além da aquisição e evolução, daí o porquê de tratarmos da gramática funcional ao escrevermos acerca da variabilidade lingüística.**

---

<sup>5</sup> Por exemplo, quando no SN (Sintagma Nominal) o sujeito, dependendo do contexto, desempenha uma função discursiva de Tema ou Rema para fazer a coesão, auxiliando na coerência textual. Ainda o termo função pode ser utilizado para estudar as funções da linguagem, i. e., os diversos fins que são atribuídos aos enunciados. Vimos, portanto, que o termo função é polissêmico.

Martinet (1994, p.13) afirma que o termo “funcional” só tem sentido para os lingüistas se visto como “(...) o papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros”. Halliday (1970), por sua vez, percebe a linguagem, servindo, em um primeiro momento, à expressão do conteúdo, com função ideacional; ou seja, a linguagem tem significado como construção de processos baseados na experiência humana; é uma representação. Em um segundo momento, a linguagem serve à função interpessoal, mantenedora dos papéis sociais; esta linguagem tem significado com base na transação estabelecida entre os participantes da interação; uma troca, e finalmente, em um terceiro momento, a linguagem serve à função textual, a qual trabalha a criação do texto. Nesta função, a linguagem adquire um tipo especial de significado a partir do modo como foi organizada, o objetivo é criar relevância para o contexto a partir da organização da mensagem.

A gramática funcional procura unir a teoria da organização gramatical à teoria da interação social. Assim, a gramática do falante torna-se acessível às pressões do uso: ela leva em conta a capacidade que as pessoas têm de, além de codificar e decodificar expressões, usarem e interpretarem as expressões de maneira intencional. Dessa forma, a linguagem não é um fenômeno isolado para o Funcionalismo como o é para alguns teóricos do Estruturalismo americano; ela serve para vários propósitos e é atividade cooperativa entre falantes reais que pragmatizam o componente sintático-semântico. Nessa vertente, Du Bois (1993, p.11) afirma que:

**(...) a gramática é feita à imagem do discurso; mas: o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática e o (...) comportamento sintático-semântico pode ser bem explicado dentro de um esquema que leva em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.**

Nesta concepção, a língua é entendida como um sistema de significações seguido de formas as quais as realizam; a forma da língua, por sua vez, é percebida como um meio para um fim; dessa maneira, o jeito como os significados são expressos e como se codificam gramaticalmente são pontos primordiais da análise funcionalista. Para esta



gramática, as formas lingüísticas são estudadas, levando em consideração os seus significados.

As idéias de Du Bois (1993) e Givón (1995) relacionam-se à medida que ambos defendem a tese de que o mais importante no trato com a linguagem é justamente perceber que a gramática da língua não existe por si só, não se basta, mas precisa levar em consideração os significados que as formas lingüísticas adquirem na língua em uso, e, para isto, faz-se importante entender tanto a competência comunicativa de quem faz uso da língua, quanto o contexto onde o ato comunicativo se realiza.

Ainda de acordo com Halliday (1994), os componentes principais de significado na língua são funcionais. Para ele, como citado há pouco, as línguas são estruturadas de acordo com três tipos de “metafunções”<sup>6</sup>: experiencial, interpessoal e textual. Estes componentes metafuncionais são, na verdade opções que o falante dispõe para construir significados. Desta forma, a construção de um modelo de experiência está voltada para a metafunção experiencial, assim como o desempenho das relações sociais volta-se para a metafunção interpessoal e a relevância contextual para a metafunção textual.

Em nosso trabalho, abordaremos com maior atenção a metafunção textual por ser ela a que, com certeza, mais nos auxiliará a tecer explicações possíveis para as construções orais que envolvem as concordâncias, não-concordâncias verbais percebidas em nossos *corpus*.

De acordo com Halliday (1994), a metafunção textual confere à oração um caráter de evento comunicativo, mediante o recurso: Tema x Rema. O Tema, segundo os

---

<sup>6</sup> O termo “metafunção” refere-se, portanto, às funções da língua, incorporadas no sistema lingüístico.

lingüistas da Escola de Praga (1928), é o elemento que indica o ponto de partida da mensagem, e o Rema é o desenvolvimento do Tema. Para Halliday (1994), a escolha do Tema é muito importante para que um texto se estruture. Dependendo do texto que esteja sendo desenvolvido, as funções Tema/Rema alteram-se; assim, em um texto narrativo há grande probabilidade de que um mesmo participante exerça a função de Tema por um bom trecho do discurso; já em um diálogo existe alternativa de Temas por parte do falante e do ouvinte.

Quanto ao recurso Dado  $x$  Novo, que também é elencado por Halliday como auxiliar na construção do evento comunicativo, o autor afirma que uma informação compõe-se de um elemento novo obrigatório e mais um elemento dado opcional; desta forma, o Dado é a informação que é recuperável do contexto verbal ou não verbal, ao passo que o Novo é aquela informação não recuperável. Existe, assim, uma relação forte entre Tema e Dado, o que não quer dizer que sejam a mesma coisa: o Tema é uma escolha feita para que se inicie um “texto”, enquanto que o Dado é algo que é do conhecimento do interlocutor, portanto, os dois têm perspectivas diferenciadas.

Em se tratando da coesão, Halliday (1994) indica que existem relações em um texto que vão além das orações e que estas relações são “direcionadas” pela semântica discursiva, relações coesivas que permitem que determinado termo seja entendido sob a dependência do outro. Segundo o autor, a coesão é a “porta” de entrada para descrever e explicar o texto. O autor define a coesão como “(...) um conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior do texto e que o definem como um texto”. (Koch, 1991, p.17). Neste trabalho, trataremos das coesões referenciais e elípticas, por percebermos que terão maior peso na interpretação dos dados se comparadas às coesões tecidas por meio das conjunções, assim como a coesão lexical, uma vez que esta última

responde fundamentalmente pela contigüidade semântica entre expressões lingüísticas, tais como: reiteração, sinonímia, antonímia, entre outras.

Para Halliday, a coesão ocorre quando a interpretação de um elemento no discurso é dependente da interpretação do outro, ou seja, a coesão é uma espécie de “elo” onde um elemento para ser interpretado pressupõe outro. Cita, também, como principais mecanismos de coesão: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical.

Para o autor, a coesão referencial integra a textualidade na medida em que, quando em uma construção textual um pronome e seu referente estão longe um do outro, em períodos diferentes; é a coesão referencial que tem a responsabilidade de fazer a ligação necessária entre os termos, para que se estabeleça a textualidade, da mesma forma que se um referente está na estrutura narrativa de um texto, seja ele citado por um nome, pronome ou mesmo se elíptico, ainda assim produz coerência; portanto, a elipse, também auxilia na coerência e na coesão textual.

Halliday (1994) faz, também, uma diferenciação muito interessante entre referência e elipse: a elipse está mais para as relações que ocorrem no nível léxico-gramatical, enquanto que a referência está mais para as relações que ocorrem no nível semântico; portanto, esta é bem mais ampla que a elipse porque a referência é entendida como “itens” que para serem interpretados necessitam ser referentes a alguém ou alguma coisa; eles não são interpretados semanticamente quando isolados.

Dik (1980) diz que a Gramática Funcional menciona as relações funcionais a partir de três diferentes níveis lingüísticos, os quais são: semântico, sintático e pragmático. Ele percebe o nível semântico como especificador dos papéis desempenhados pelos

diferentes termos envolvidos na comunicação, sem levar em conta o “estado de coisas” que designa a predicação na qual os mesmos ocorrem. O nível sintático, por sua vez, especifica a perspectiva na qual o “estado de coisas” está presente na expressão lingüística e o nível pragmático especifica a situação informacional dos constituintes sem aprofundar-se na escala sintática na qual eles – os constituintes – ocorrem. Para o referido teórico, o estudo da teoria funcional da gramática tem por objetivo descrever a linguagem não com um fim em si mesma, mas como um requisito pragmático de interação verbal.

O autor nega a idéia de autonomia sintática e defende a inclusão de uma descrição semântica completa de uma expressão lingüística na sua especificação gramatical. Dessa forma, a lingüística tem que trabalhar com dois sistemas de regras, ambos assegurados por convenção social: as regras que comandam a constituição lingüística, sendo elas as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e as que comandam os padrões de interação verbal, nos quais as expressões lingüísticas são postas em uso, ou seja, as regras gramaticais.

O teórico sustenta a idéia de que todo falante tem um objetivo, uma intenção que se realiza mediante o conteúdo externado por meio da expressão lingüística, mas que o conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte também corrobora para o sucesso, ou não do ato comunicativo, indicativo de que para a Lingüística Funcional o discurso tende a ser regido muito mais pelo arranjo semântico que pelo formal.

### **1.3 Funcionalismo e Formalismo: duas frentes de pensamento lingüístico**

O pensamento lingüístico pode ser estudado a partir de duas grandes frentes, de um lado está o Funcionalismo (Neves, 1994, p.114), para este a função das formas

lingüística é prioridade e, de outro lado, está o Formalismo; neste a forma lingüística é que é prioridade, relegando a funcionalidade a um segundo plano.

Os maiores representantes, de acordo com Dirven & Fried (1987 apud Neves 1994, p.114), da frente funcionalista são: Saussure, Bally e Tesnière (Escola de Genebra); Matheusius, Trubztz - Koy, Jakobson, Danes, Firbas, Vachek, Sgall (Escola de Praga); Firth, Halliday (Escola de Londres); Reichling e Dik (Grupo da Holanda). A frente formalista tem seus maiores representantes no estruturalismo americano de Blomfield, Trazer, Bloch, Harris e Fries, além de Chomsky, lembrando que este apresenta sinais da frente funcionalista da frase, tais como as noções de Tema/Rema (cf. Neves, 1994).

Por hora, dedicar-nos-emos, neste trabalho, mais aos estudos extraídos das idéias funcionalistas de Halliday (1994) e Dik (1997), cujos aspectos consideramos relevantes.

### **1.3.1 Halliday e suas idéias funcionalistas**

Halliday (1994) em seu texto “Uma introdução à gramática funcional” justifica o uso do termo funcional para esta gramática porque o fundamento e a estrutura conceitual em que ela está consolidada é uma estrutura funcional, isto é, as interpretações de texto, de sistema e de elementos de estruturas lingüísticas se interrelacionam. Neste mesmo texto, o autor esclarece que uma gramática funcional é necessariamente uma gramática “natural”, na medida em que tudo nela, com relação ao modo como a língua é usada, é possível de ser explicado. Assim, ele deixa claro que os objetivos são os usos da língua, uma vez que são esses usos que, com o passar do tempo, têm concedido forma ao sistema.

Para Halliday (1976 apud Ilari, 1996), todo texto escrito ou falado ocorre em um contexto de uso e são, justamente, os usos que caracterizam o sistema. O que ele quer explicar com esta afirmação é que se a língua é útil para satisfazer as necessidades humanas, então o modo pelo qual ela se organiza não pode ser arbitrário, pois sua natureza está relacionada às exigências que fazemos dela e às funções que desempenha. A forma “particular” que observamos no sistema gramatical da língua, para o autor, está vinculada às necessidades individuais e sociais que a linguagem tem de atender.

A teoria sistêmica funcional, norteadora da gramática funcional de Halliday, subentende uma teoria de significado como escolha e a língua, como redes de opções que se envolvem. Essas redes permitem ao usuário fazer opções, logo, ao produzir seus textos, “aproveita-se” do sistema e, ao mesmo tempo faz a sua opção, de acordo com o que intenta comunicar. Por isso Halliday propõe uma gramática que seja, tanto funcional como estrutural.

Para o pesquisador, como já abordamos, a língua se arranja em volta de três tipos de significação, as metafunções universais da língua: a ideacional, a interpessoal e a textual.

A função ideacional caracteriza-se pelo fato de a linguagem servir à expressão do conteúdo. Une-se ao uso da linguagem para ordenar experiências e interpretar a realidade, o que ocorre mediante as referências às pessoas reais ou fictícias, coisas, ações e fatos.

Quanto à função interpessoal, corresponde à relação que se estabelece entre o remetente e o destinatário da comunicação. Segundo Neves (1994, p.65), nesta função o

falante exprime o que pensa, assim como as relações que mantém entre si e o ouvinte/leitor.

A função textual permite que o discurso se mostre como texto, sendo este realizado por meio de sentenças. Assim, é por meio da função textual que as funções ideacional e interpessoal podem tomar forma.

Observamos que, para Halliday, efetivamente o uso da língua é o que importa, o contexto que a permeia tem papel muito importante no processo comunicativo. Para o teórico, são as metafunções que possibilitam à linguagem, mediante uma relação entre emissor e receptor, ser expressa por meio de um texto.

### **1.3.2 Simon Dik e suas idéias funcionalistas**

Dik (1997), ao estudar a Gramática Funcional (GF), teoria geral que se reporta à organização das línguas naturais, pondera acerca de duas correntes, uma formalista e a outra funcionalista, contrapondo-as da seguinte maneira: sob a perspectiva formal, a língua é um encadeamento de orações que serve, elementarmente à expressão do pensamento e que tem a capacidade de produzir, interpretar e julgar a gramaticalidade oracional; em outras palavras, o formalismo vê a língua como um sistema autônomo. Sabemos que a grande crítica que os funcionalistas fazem ao formalismo é justamente pelo fato de os formalistas estudarem a língua como um objeto descontextualizado, sem levar em consideração os falantes-ouvintes ou as circunstâncias nas quais a língua é usada. Assim, as orações são descritas independentemente do contexto; a aquisição da língua dá-se a partir de características inatas, típicas do organismo humano e a síntese independe das relações semântica e pragmática.

Sob a perspectiva funcional, como já expusemos, a língua é um instrumento interativo, que objetiva estabelecer comunicação entre os usuários e que tem a capacidade de manter a interação social mediante o uso da linguagem, ou seja, nesta perspectiva, a língua é entendida como um sistema não-autônomo inserido em um contexto de interação social. Desta forma, todas as expressões lingüísticas devem considerar o funcionamento em uma situação comunicativa, assim como a aquisição da língua ocorre, também, com a ajuda de dados originários do contexto natural, o que significa priorizar o estudo da língua em uso, em seu respectivo contexto.

Para o citado teórico, não existe autonomia por parte da sintaxe. A pragmática é vista como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; dessa maneira, a semântica é instrumental em relação à pragmática e a sintaxe é instrumental em relação à semântica. Nessa visão, não há lugar para uma sintaxe autônoma, obrigatoriamente tem-se que trabalhar com dois tipos de sistema de regras, assegurados pela convenção social, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e as regras pragmáticas.

Podemos perceber que Dik concebe a gramática como um “instrumento” que possa explicar as regras de determinada língua em se tratando de sua funcionalidade. Para ele, uma gramática funcional – teorias de sintaxe e semântica – pode ser estudada na teoria de interação verbal. Desta forma, ao valorizar a interação verbal, inegavelmente ele trata da variabilidade da língua, uma vez que ela está no uso que as pessoas fazem da língua. Dik a vê como uma propriedade inerente aos fatos explicados; esta língua variável é dinâmica e, portanto, há que ser um arquétipo de descrição lingüística que possa representar a variação.

Compreendemos que o Funcionalismo de Dik é pragmático e tem nas expressões lingüísticas propriedades sensíveis e codeterminadas por determinantes



pragmáticos da interação verbal humana, no sentido de que estuda as relações da linguagem levando em conta suas utilizações, ou seja, as motivações psicológicas dos falantes, as reações dos interlocutores, os tipos socializados da fala, o objeto da fala, entre outras questões.

O Funcionalismo de Halliday tem como base a teoria sistêmica funcional que se apóia na teoria de significado como opção e tem a língua como uma rede de relações. Também, por outro lado, dá realce às variações entre línguas, de tal modo que a organização semântica faz-se em torno do texto ou do discurso. Para esclarecer melhor esta abordagem da língua declaradamente funcionalista, procura explicitamente combinar, em uma única descrição integrada, as informações mais estritamente estruturais, com fatores abertamente sociais, interessando-se a fundo pelos propósitos do uso lingüístico.

#### **1.4 Sociolingüística Variacionista**

Acreditamos que a língua seja elemento essencial para a transmissão de idéias e informações entre as pessoas de uma determinada comunidade de fala. Nessa estreita relação entre língua e sociedade, novas formas de dizer e de nomear os fatos do mundo são criadas para atender às necessidades do homem no seu processo de interação e integração social. Por ser produto desse meio, a língua falada é dinâmica e diversificada, cabendo aos lingüistas, e, em especial, aos sociolingüistas, o papel de procurar o que há de regular e sistemático nessa relação de heterogeneidade, com o objetivo de observar e descrever as variantes lingüísticas utilizadas pelos falantes de uma mesma comunidade.

Rememorando um pouco a história, desde os primórdios de nossa civilização, os seres humanos se organizavam em sociedade e, com a evolução histórica, fizeram-se detentores de um sistema de comunicação oral de uma língua. Desta intrínseca relação (língua/sociedade), nasceu a necessidade de investigar a língua de maneira sistematizada. A partir da década de 60, tem-se um novo fenômeno lingüístico a ser estudado: a relação entre linguagem e sociedade e, para tal, o termo “sociolingüística” foi cunhado.

Se tomarmos os primeiros estudos lingüísticos sistematizados a partir de Saussure (século XX) percebemos que o caminho para chegar aos estudos sociolingüísticos foi longo. Alguns manuais da história da Lingüística proporcionam-nos uma visão bastante ampla acerca das diversas abordagens no estudo dos fenômenos lingüísticos, fenômenos estes que se caracterizam por um determinado acontecimento que ocorre na história de determinada língua, criando uma nova forma de comunicação, modificando a língua como um todo. São exemplos de fenômeno lingüístico determinadas expressões idiomáticas que aparecem do decorrer do desenvolvimento de uma língua; palavras desconhecidas, que com o uso no cotidiano e com o tempo, passam a se tornar palavras reconhecidas oficialmente.

Em seu curso de Lingüística Geral, em 1916, Saussure postulou que a linguagem verbal é um produto social independente da criação individual e desprovida de qualquer intenção, ou seja, a linguagem é assumida como um objeto autônomo definido por relações puramente lingüísticas internas. A única participação do indivíduo ocorre pelo aceite desse em utilizá-la conforme sua necessidade, sem nenhuma interferência de sua parte no sistema, que já se encontra pronto. Assim, a lingüística, partindo desta idéia, tomou a língua como sendo “mesma” para todos os indivíduos de uma sociedade; algo já impresso na mente (conceitos e imagens acústicas) de todos os seres de um determinado tempo e espaço.

A posição de Saussure, vindo do comparatismo do século XIX, no qual ele se formou, procurou, de alguma maneira, unir duas tradições daquele momento: a alemã e a francesa. E foi desta forma que Saussure chegou à sua clássica distinção entre língua e fala, como forma de definir um objeto específico para a lingüística, que, segundo ele, apresenta uma homogeneidade interna, sem o que seria impossível pensar a linguagem

cientificamente. A língua é este objeto homogêneo que ele mostra como um sistema de forma que se caracterizam pelas relações que têm umas com as outras, ou seja, estamos diante de uma concepção da língua como sistema, que substituiu a concepção naturalista, característica do comparativismo. E, juntamente a esta distinção, Saussure colocou outra, a distinção entre sincronia e diacronia. Desta maneira, o que percebemos é que embora ele tenha reconhecido o lugar dos estudos das mudanças, ele considerou que a lingüística deveria colocar como foco de seu interesse o estudo do sistema da língua num dado momento. Ao estabelecer a língua como objeto da lingüística, constituiu um objeto no qual não estavam incluídas, aparentemente, as questões do sujeito, da relação com o mundo; o que se tinha pontuado era que nada no lingüístico era externo à língua.

Saussure realçou, como já abordamos, o caráter formal e estrutural do fenômeno lingüístico e distinguiu a Lingüística Interna da Lingüística Externa; melhor explicando, as dicotomias *langue/parole* e forma/substância é que marcavam a distinção citada, pois embora *langue* signifique língua em geral, como termo técnico saussuriano fica melhor traduzido por “sistema lingüístico”, e designa a totalidade de regularidade e padrões de formação que estão por trás dos enunciados de uma língua; a lingüística interna. Já, o termo *parole*, que pode ser compreendido como comportamento lingüístico, designa os enunciados reais; a lingüística externa. De maneira semelhante também se “comportam” a forma e a substância; a forma está para a lingüística externa e a substância para a lingüística interna. E foram, justamente, estas distinções/oposições que deflagraram, no campo dos estudos lingüísticos contemporâneos, disciplinas como a Psicolingüística, a Etnolingüística e, aquela que nos interessa em especial, a Sociolingüística. Dessa forma, foi a partir do século XX que a linguagem começou a ser tomada para reflexão, levando em consideração os fatores sociais.

A contribuição maior, no entanto, para fortalecer os estudos relacionando língua e sociedade, surgiu em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), no ano de 1964. Lá, pela primeira vez, nomes como John Gumpers, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes e John Fischer passaram a compor a mais recente área da Lingüística: a Sociolingüística. A publicação, em 1966, dos trabalhos apresentados no referido congresso com o título de *Sociolingüistics*, trouxe como texto primeiro os pressupostos da nova vertente dos estudos lingüísticos: “As dimensões da sociolingüística”. Neste texto, Bright (1974, p.34) define a tarefa da Sociolingüística, cuja função seria a de “(...) demonstrar a covariação sistemática das variáveis lingüística e social”. Para ele, isto significa arrolar as variações lingüísticas de uma sociedade às estruturas dessa mesma sociedade. A língua, assim, seria o reflexo dessas diferenciações sociais (Alkmin, 2004, p.28).

**A Sociolingüística, portanto, tem raízes históricas no meio acadêmico norte-americano. Sua consolidação fez-se pelo estudo de vários pesquisadores que continuaram a tradição iniciada no século XX por Boas (1911) e seus discípulos Sapir (1921) e Whorf (1941), cujos estudos situavam-se na área da chamada Antropologia Lingüística. Na verdade, a Sociolingüística é uma ciência interdisciplinar porque não desobriga o auxílio de ciências afins como Antropologia, Etnografia, Psicologia e Lingüística. A língua, observada sob essa proposta, mantém um relacionamento intrínseco com a cultura e a sociedade, onde lingüistas e cientistas sociais trabalham conjuntamente.**

Foi William Labov, conhecido como precursor da sociolingüística que, na década de 60, por meio de sua pesquisa sobre o inglês falado na ilha Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, quem demonstrou a possibilidade da variação lingüística ser objeto de sistematização. Pela primeira vez, alguém conseguiu destacar o papel preponderante dos fatores sociais na explicação da variação lingüística.

Em 1964, após o término de sua pesquisa sobre a estratificação social do inglês em Nova Iorque, ele estabeleceu um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no contexto social de comunidades urbanas e a esse modelo deu o nome de Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação, estudo baseado em dados colhidos das práticas orais do dia-a-dia, particularmente da fala espontânea. A naturalidade contida nesses dados tem muito a revelar acerca das inter-relações entre língua e sociedade, pois eles evidenciam as diversas formas lingüísticas que os grupos sociais utilizam para sua comunicação. Essa indissociabilidade entre a língua e o contexto social estabelece a heterogeneidade ordenada como fator constitutivo de um sistema lingüístico, descartando-se, então, a uniformidade como característica única do jogo comunicativo na linguagem oral (Weinreich, Labov & Herzo, 1968, p.100; Labov, 1975, p.203).

Segundo Labov (1963), os fatos da língua são condicionados por fatores extralingüísticos, alguns em constante estado de mudança, outros não (como o sexo, por exemplo). Sendo a língua heterogênea, a relação social e a interação dos locutores em situações específicas fixam-se como fatores de intensa relevância para determinarem as variantes lingüísticas de certa comunidade lingüística.

Tomando a heterogeneidade constitutiva e a inter-relação existente entre a língua e a sociedade, estabelecem-se os objetivos principais da Teoria da Variação ou Sociolingüística Laboviana, quais sejam: analisar e legitimar variantes lingüísticas usadas numa comunidade de fala (Labov, 1975), bem como entender a relação entre variação e mudança lingüística (Weinreich, Labov & Herzog, 1968). Dessa forma, seu objeto de estudo está centrado nos padrões, por sua vez, do comportamento lingüístico que são observáveis dentro de uma comunidade de fala e estes padrões são formalizados analiticamente por meio de um sistema heterogêneo, formado por unidades e regras

variáveis. Tal modelo objetiva responder a questões centrais das mudanças lingüísticas a partir de dois princípios teóricos fundamentais: o que informa que o sistema lingüístico, assim como sua comunidade, deve ser heterogêneo e plural e o que afirma que os processos de mudança observados em uma comunidade de fala atualizam-se momento a momento, o que produz uma variação, mas que não obrigatoriamente esta variação implica em uma mudança.

Labov, ao observar, em suas pesquisas, a importância de analisar a interdependência entre o domínio da linguagem e o meio social, possibilitou-nos estender sua teoria à práxis, uma vez que é exatamente a inter-relação existente entre a linguagem e a sociedade o que observamos rotineiramente, porque a variedade padrão que define o modo “correto” de falar acaba, muitas vezes, por disseminar a idéia errônea de que as outras variedades lingüísticas, destoantes da variedade padrão, são “inferiores”. De fato, os estudos realizados por Labov têm como principal característica a percepção de discursos concretos, objetivando descrever a gramática real de um grupo lingüístico, assim como compreender as relações lingüísticas e sociais existentes.

Na verdade, a partir da teoria laboviana, o que percebemos é que, por vezes, o julgamento, por assim dizer, social que tecemos ante a língua é norteado por critérios não-lingüísticos (político ou social), daí julgarmos feio ou errado quando ouvimos uma forma verbal sem a concordância verbal.

Segundo Alkmin (2004, p.41), no século XVI:

(...) as construções sintáticas do tipo “se esta gente, cuja valia e obra tanto amaste/ não queres que padeçam vitupério” (Concordância do sujeito gente com o verbo flexionado no plural) – hoje consideradas incorretas – são encontradas em *Os Lusíadas*, de Camões (1572).

Desta forma, se a construção exposta era referendada no século XVI e é “desprestigiada” atualmente, em se pensando na variante padrão convencionalizada como correta, podemos afirmar que certas formas podem ser tomadas como adequadas e pertencentes à variante padrão em um período da história e deixar de sê-lo em outro. Da mesma maneira quando ouvimos um falante dizer “(...) aqueles véio vê as meninas e...” (ZRA, 710)<sup>7</sup>, e percebemos a não concordância verbal ocorrendo, podemos investigar as possíveis causas, mas se pretendemos enveredar nos caminhos da Sociolinguística, não podemos dizer que a fala é pobre ou inferir aí a existência de um problema, uma vez que a homogeneidade linguística é um mito.

O que podemos e devemos fazer, a partir dos dados emergidos, entre outras coisas, é estudar determinado fenômeno tendo como objetivo, por exemplo, possibilitar o conhecer dos falares característicos de determinados grupos e, se for o caso, subsidiar a instituição Escola para que, de posse desses dados, desenvolva, de maneira mais elaborada, uma metodologia para o ensino da variante padrão para esses grupos, ensino esse que não tem como meta impor a padronização, mas dotá-los de mais uma variante linguística, o que lhes possibilitará, em certas circunstâncias, maior flexibilidade comunicativa, apesar de não ser este o objetivo de nosso trabalho. Apenas descrevemos uma possibilidade que, também, pode ser vislumbrada quando tratamos das análises sociolinguísticas.

Ainda pensando nos objetivos da Teoria da Variação, compete a ela explicar a inserção ou encaixamento de uma variável no sistema de relações sociolinguísticas de uma comunidade. Apesar de o sistema linguístico constituir-se de regras e elementos, seu modo de existência é, ao mesmo tempo, individual e social; portanto, o sistema não é fixado de

---

<sup>7</sup> Exemplo retirado de nosso *corpus*.

forma absoluta, o que comporta um modelo de análise conhecido como Sociolingüística Quantitativa porque opera com um tratamento estatístico das configurações dos dados coletados e possibilita o revelar de regras e elementos que podem variar em conformidade com fatores lingüísticos e extralingüísticos (Labov, 1975).

Esse tratamento baseia-se na teoria da probabilidade aplicada aos dados a fim de extrair regularidades altamente ordenadas que governam a variação na comunidade (Labov, 1994, p.25; Sandkoff, 1988a, p.141). O objetivo maior da teoria sociolingüística é construir um conjunto mínimo de princípios gerais que configurem uma teoria da variação/mudança lingüística.

**É de nosso conhecimento que os pressupostos da sociolingüística rebelaram-se contra a homogeneidade lingüística, exatamente para provar que a variação é essencial à natureza da linguagem humana e que a homogeneidade, a ausência de variação no sistema lingüístico é o que precisaria ser explicado, uma vez que a linguagem tem suas formas diversificadas mediante a multiplicidade de discursos possíveis de serem elaborados.**

**Desta forma, as variações são consideradas um processo heterogêneo construído, reforçando a perspectiva de que não existe um caos lingüístico, cujo processamento, análise e sistematização sejam impossíveis de serem efetivados. Há, pelo contrário, uma organização por trás da diversidade da língua falada.**

**O variacionismo assume a idéia de não uniformidade lingüística e busca compreender toda a organização dinâmica que existe na língua e que pode ser entendida como deflagradora da diversidade que se observa na fala (Weinreich, Labov & Herzog 1968; Labov, 1975). Desta maneira, é compreensível a dinâmica interna de competição ou coexistência entre as variadas organizações lingüísticas.**

**Labov introduziu conceitos teóricos-metodológicos relevantes para as pesquisas sociolingüísticas. Segundo ele, uma gramática abarca não somente regras categóricas (regras**



lingüísticas que sempre se aplicam), mas também regras variáveis (conceito que substitui a noção de regra opcional, na medida em que não pressupõe variação livre, mas sistemática).

Neste caso, as regras gramaticais se definem como categóricas, uma vez que um falante não pode violá-las. Como exemplo na língua portuguesa, o artigo sempre antecede o nome e se um falante inverter esta ordem, ele estará violando uma construção gramatical. Por outro lado, as regras variáveis possibilitam ao falante optar por uma ou outra maneira de dizer a mesma coisa; como exemplo, na concordância verbal da língua portuguesa, o falante, escolhe dizer “eles foram trabalhar” ou “eles foro trabalhá”, ou ainda “eles foi trabalhar”, dependendo, conforme afirma Labov (1975), da função comunicativa (estilística, expressiva) que o falante tenha como objetivo, levando em consideração uma série de fatores, tanto internos como externos.

Para ele as variantes lingüísticas são cada uma das maneiras de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade; elas são iguais quanto ao valor de verdade, mas diversas em sua significação social e, ao conjunto destas variantes, dá-se o nome de variável lingüística.

As variáveis subdividem-se, segundo o autor, em variáveis lingüísticas dependentes e variáveis lingüísticas independentes. Assim, a concordância verbal no português do Brasil constitui uma regra variável ou uma variável lingüística que comporta duas variantes: a aplicação ou não-aplicação da regra, fenômeno que pretendemos estudar nessa pesquisa.

Nesse sentido, o estudo sociolingüístico aponta para a descrição estatisticamente fundamentada de um fenômeno variável, tendo como objetivo analisar, apreender e organizar variantes lingüísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Para tanto, calcula-se a força que cada fator, seja ele interno ou externo ao sistema lingüístico, tem na realização de uma ou outra variante. Ao formalizar esse ambiente, a análise sociolingüística busca estabelecer a relação entre o processo de variação que se observa na língua em um determinado tempo (dimensão sincrônica/tempo aparente), com

os processos de mudança que estão ocorrendo na estrutura da língua, no decorrer do tempo (dimensão diacrônica/tempo real).

O estudo da variação lingüística proposto por Labov é de natureza quantitativa. Para tanto, o pacote de programas computacionais Varbrul (“Variable Rules” de D. Sankoff) é utilizado para o tratamento estatístico dos dados, fazendo cálculos de frequência e probabilidade de aplicação de uma determinada regra gramatical, avaliando o peso relativo de cada fator condicionante e realizando o cruzamento dos fatores. Somente deste modo, torna-se o lingüista apto a identificar os fatores internos e externos que estão direcionando a variação lingüística, bem como estabelecer a correlação entre comportamento lingüístico e estrutura social.

Cabe, assim, ao lingüista depreender do *corpus* os fatores condicionantes da aplicação de uma regra variável e avaliar a importância relativa de cada um deles, para aquela comunidade lingüística estudada, ou seja, o pesquisador deve saber detectar qual a importância dos fatores condicionantes para um grupo de pessoas que compartilha um conjunto de normas e atitudes com relação à linguagem, porque isto é o que representa uma comunidade lingüística e não um grupo de pessoas que fala da mesma forma (Rodrigues,1987, p.77).

De acordo com Labov, embora os estudos tradicionais de dialetos regionais postulem que o isolamento leva à diversidade lingüística enquanto a mistura de populações leva à uniformidade, em seus estudos desenvolvidos em centros metropolitanos, ao invés de uma diferenciação horizontal (geográfica), ele percebeu uma diferenciação vertical (social) que não pressupõe isolamento do estrato lingüístico considerado, ou seja, grupos que mantêm relações estreitas podem participar de rápidas mudanças lingüísticas que levam a um grau ainda maior de diversidade.

Em suma, o autor postula a idéia de que a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada de uma dada língua que serve a uma comunidade real auxilia na compreensão da mudança lingüística, bem como da própria linguagem. Acreditamos que todos estes conceitos teórico-metodológicos fornecidos pela Sociolingüística sejam essenciais para uma pesquisa que adota como objeto de estudo um fenômeno de variação observado a partir do uso lingüístico em seu contexto social.

#### **1.4.1 A Variabilidade e a Invariabilidade Lingüística**

É fato sabido que, mesmo dentro do próprio território, inclusive na fala de um mesmo indivíduo, por diversas razões, entre as quais sobressaem-se a lei do menor esforço e, principalmente, a necessidade de clareza de expressão, as línguas tendem a modificar-se. Isto ocorreu, como se sabe, inclusive com o latim vulgar que, como qualquer fala coloquial, era bem mais expressiva e flexível do que o clássico. Era uma língua mais livre, mais disposta a aceitar mudanças e, assim, deixou-se influenciar pelas línguas locais dos territórios conquistados. Esse fato explica, em parte, a diferenciação entre as línguas românicas, ainda que todas elas tenham como origem comum o latim.

Assim como o latim vulgar diferenciou-se do clássico, por influências diretas de outras línguas e de outros povos, o português do Brasil também não acompanhou as mudanças que ocorreram no português de Portugal, mas sofreu diferentes influências de línguas indígenas, africanas e, mais tarde, de outras línguas européias, trazidas pelos imigrantes. E como toda língua viva, passou e continua passando por um contínuo processo de evolução lingüística, pois nenhuma língua é um fato homogêneo em si, mas

um verdadeiro conjunto heterogêneo de variedades que tem organização, tem regras, tem gramática própria.

Do ponto de vista exclusivamente lingüístico, as variedades se equivalem e não há como diferenciá-las em termos de melhor ou pior, de certo ou errado. Todas têm organização e todas servem para articular as experiências dos grupos que as usam, fornecendo-lhes um modo de expressão.

Podemos dizer que a mudança lingüística, uma das características fundamentais das línguas humanas, é lenta e contínua. Às vezes, o falante não percebe ou não quer perceber que a língua está mudando, mas o processo é permanente e não há como e nem porque bloqueá-lo. Entretanto, nem todas as variantes de uma mesma língua são consideradas “boas” socialmente; às vezes

em nome da boa língua pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor (Scherre, 1997, p.04).

Por outro lado, a sociedade quase sempre demora a aceitar as mudanças lingüísticas, embora estejam sempre presentes, especialmente na conversa informal, por ser esta uma atividade mais espontânea e, portanto, mais livre dos controles sociais.

Entre muitos outros fatos da língua, um exemplo que mostra a questão da variabilidade lingüística é a ausência de concordância de número no português popular falado por algumas comunidades; variabilidade, aliás, que não se restringe unicamente ao português popular falado, pois pesquisas revelam que, embora a língua padrão

adequadamente flexionada continue a ser o ideal lingüístico das comunidades brasileiras de um nível cultural elevado, “a regra de concordância nominal e verbal não é categórica”, já que, às vezes, “as flexões não se realizam conforme as regras gramaticais”, inclusive para este último grupo de falantes mencionado, constituindo, desse modo, uma regra influenciada por diferentes fatores lingüísticos e extralingüísticos (Ponte, 1979,p.22).

Acreditamos ser pertinente recordar que a questão da variabilidade e invariabilidade lingüística, de certa forma, também foi abordada por Saussure (1975) e por Chomsky (1975). A partir desses dois estudiosos, a língua, entendida por Saussure como “langue” e por Chomsky como “competência” foi considerada um conjunto de regras invariáveis, e a fala, entendida por Saussure como “parole” e por Chomsky como desempenho, foi considerada passível de variação.

Saussure (1975, p.15-25) estabeleceu que a linguagem, no que concerne à língua e à fala, desvia-se dos padrões gramaticais porque é heterogênea. Apenas a língua é homogênea e social, por se tratar de um sistema gramatical que existe na mente de um conjunto de indivíduos; ela é um código, um sistema, que depositado na mente humana, como já afirmado, tem função semelhante a de um dicionário ou de uma gramática, os quais propiciarão maior ou menor “mobilidade” proporcionalmente de acordo com o conhecimento e a percepção lingüística de cada falante; isto é, quanto maior for o conhecimento lingüístico de quem fala determinada língua, melhor conseguirá explorar este código, sistema que mantém a unidade da linguagem.

A fala, por sua vez, constituída de atos individuais, torna-se múltipla e é, segundo o autor, capaz de produzir transformações, alterações, mesmo que somente limitadas à fonologia. É evidente que Saussure não admite de pronto que estas transformações fonéticas acarretem necessariamente mudanças lingüísticas.

Chomsky (1975) distinguiu na linguagem uma dicotomia fundamental entre competência e desempenho, semelhante à de Saussure em relação à língua e fala. A competência é caracterizada pela capacidade que tem o falante-ouvinte de assimilar conhecimentos gramaticais, às vezes, inconscientemente, de sua língua e o desempenho é o comportamento lingüístico, ou seja, o uso que o falante faz desse conhecimento em situações concretas da fala. Tal uso não se baseia apenas no conhecimento que o falante tem de sua língua, mas também em outros fatores como limitação da memória, dificuldade de concretização, desvios de interesse, etc.

Para o referido autor, o objeto fundamental dos estudos lingüísticos é a competência lingüística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguisticamente homogênea, que conhece perfeitamente a sua língua, faz uso dos conhecimentos por meio do desempenho e não se deixa afetar por circunstâncias não-lingüísticas.

Em resumo, percebe-se que tanto Saussure como Chomsky se preocuparam com a invariabilidade lingüística, não podemos dizer, portanto, que a variabilidade deixou de fazer parte, mesmo que em um plano secundário, de suas reflexões, na medida em que ao pontuarem dualismos como social/individual, homogêneo/heterogêneo já deram indícios de inquietações que traziam consigo.

Labov (1983, p.237-324), diferentemente dos dois estudiosos acima citados, foi além no estudo da variabilidade e invariabilidade da língua. Afirmava que a variação é um princípio natural, geral e universal das línguas, lembrando que a língua é inerentemente variável na comunidade e, principalmente, no indivíduo, acrescentando que ela deve ser analisada no contexto social, levando-se em conta o desempenho lingüístico do falante.

Convém ressaltar que a Teoria das Regras Variáveis de Labov tem ajudado, de maneira significativa, os estudiosos da língua a analisarem e descreverem os diferentes fatos variáveis, além de revelar as diferentes tendências das mudanças lingüísticas, fato de extrema importância não só para entendermos a língua, mas, principalmente, para nos entendermos como falantes desta língua na comunidade em que vivemos.

Heckler e Back (1988, p.51), em se tratando da variabilidade, afirmavam que os dialetos adquiriram um valor significativo para os lingüistas a partir do momento em que “os comparativistas preocuparam-se com a história e a evolução das línguas”. Percebe-se, então, que a verdadeira língua e a de maior poder expressivo é a falada pelo povo, com todas as suas variações, em relação à língua comum ou padrão.

Para encerrar esta parte da pesquisa, em que relatamos a posição de alguns estudiosos da língua com relação à lingüística, gostaríamos de expor alguns exemplos selecionados do nosso *corpus* com o objetivo de mostrar que a variedade do português popular falado pela comunidade em estudo, - Mato Grosso do Sul - ao lado de estruturas inovadoras, conserva muitas palavras do português dos séculos XV e XVI: “viemo da outra fazenda prá cá, *dispois* passemos o...” (MAC, 328), “...na fazenda eles comia bem, *dispois* só rapa.” (JPA, 29).

Câmara Jr (1991), estudioso da língua portuguesa, lembra-nos que, desde a Antiguidade Clássica, a Gramática Descritiva vem se preocupando com a variabilidade da língua. Os estudos demonstraram que a língua varia no espaço geográfico, criando os dialetos regionais; varia nas diferentes camadas sociais, dando origem aos dialetos sociais e varia em um mesmo indivíduo, conforme o ambiente social em que ele se encontra (registros), manifestando seu estilo individual; portanto, a “novidade” não está na variabilidade propriamente dita, mas na sistematicidade que a envolveu.

As referidas formas destacadas são hoje estigmatizadas, mas foram de uso comum no passado. A palavra “despois”, por exemplo, foi usada por Luís de Camões, em seu famoso poema *Os Lusíadas* “pergunta-lhe *despois*, se estão na terra” e “*despois* de procelosa tempestade” (Luís de Camões, L. II, 6).

Percebemos, por meio dos exemplos, que apesar de essas palavras terem sido usadas com uma certa frequência em séculos passados, hoje são consideradas “obsoletas”. Em nosso *corpus*, foram enunciadas por falantes de diferentes faixas etárias (29, 32 e 68 anos), apontando-nos, preliminarmente, que as faixas etárias parecem não influenciar o uso dessas palavras.

Pensamos que a tendência lingüística oral referente à variabilidade da concordância verbal, fato observado no *corpus* desta pesquisa, merece ser estudado com muita atenção, pois parece extrapolar o oral e chegar ao escrito, uma vez que observamos, em textos escritos por pessoas da comunidade em foco, o aparecimento de variantes tais como “... os dias de luta está tudo contado”; trecho de um texto produzido por uma aluna de 15 anos que está no 1º ano do Ensino Médio, ainda, “sempre de manhã quando os pais sai...”; trecho de um texto elaborado por um aluno de 16 anos que está no 2º ano do Ensino Médio, ou “... na peça foi mostrada as constantes interrupções...”; trecho de um texto elaborado por um aluno de 20 anos que está no 1º semestre do curso de Enfermagem, ou, “... necessitam da colaboração e do silêncio para poder ...”; trecho de um texto de vestibulando.

#### **1.4.2 Norma padrão e dialeto social**



Toda língua tem sua organização e nós, falantes, conhecemos esta organização e a seguimos ao falar. Grande parte desse conhecimento não é consciente; poucas vezes sabemos explicar porque falamos, como falamos, embora a fala esteja em nós, ou seja, começamos a falar esta ou aquela língua, desta ou daquela maneira, com um ou outro estilo, utilizando uma variante ou outra, sem pararmos para refletir sobre tais situações; apenas fazemos porque estamos inseridos em um meio lingüístico que nos favorece ou nos “deixa” que assim o façamos.

A língua permite-nos variar bastante nossa maneira de dizer as coisas, porém não variamos nossa forma de dizer apenas pelo prazer de variá-la. A busca de determinadas alternativas tem sentido, principalmente, quando estamos empenhados em construir um estilo próprio, uma forma de falar e escrever que nos distinga como pessoa. O mesmo diríamos quando precisamos encontrar a melhor forma de dizer alguma coisa numa dada situação, pois sabemos que o uso de formas inadequadas, fora de seu contexto social, pode revelar o não conhecimento, pelo falante, do sistema lingüístico de uso de sua língua. Assim, aprender a adequar nossa fala aos nossos objetivos é aprender a participar com qualidade no processo de interação sócio-verbal.

Partindo dessa perspectiva de interação sócio-verbal, podemos dizer que compreender a variação lingüística relacionando-a às diferentes experiências históricas dos grupos humanos significa olhar com outros olhos a diversidade que nos caracteriza como seres sociais e nos dota da capacidade de superar a visão preconceituosa que a sociedade e a escola criam em nós. Equivoca-se, então, quem imagina ser melhor ou pior uma ou outra variedade lingüística. Essas diferenças de valorização das variedades criam-se socialmente: algumas, por razões históricas e sociais, adquirem uma marca de prestígio; geralmente, são

aquelas usadas por grupos de poder dentro da sociedade, enquanto outras são estigmatizadas.

No caso específico da sociedade brasileira, as variedades rurais quase não têm prestígio social. As variedades urbanas ditas cultas ou de prestígio constituem “a variedade padrão” que representa um ideal de língua cultivado pela elite intelectual, pelo sistema escolar, pelos meios de comunicação social. É esta forma padrão prestigiada que ocorre com maior frequência na língua escrita.

Faz-se importante lembrar que mesmo sabendo ser a norma culta ou padrão a variedade de maior prestígio social, jamais podemos discriminar as variedades não-padrão em detrimento da padrão e, sim, utilizar uma ou outra de acordo com as circunstâncias em que nos encontramos. Além do mais, tornar obrigatório o ensino do dialeto padrão aos grupos menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido, “seria uma violência cultural”, pois tal imposição implicaria o uso de “valores culturais ligados à formas ditas cultas de falar e escrever” e, conseqüentemente, “implicaria em destruir ou diminuir valores populares” (Possenti, 1996, p.18).

No Brasil, apesar dos avanços nos estudos lingüísticos, sociolingüísticos e dialetológicos, sempre enfatizando a variação e a mudança lingüística e a sua importância no contexto social, ou seja, a variação e a mudança lingüística influenciadas por fatos históricos e sociais, ainda não foi possível convencer boa parte dos falantes de que a língua muda porque as pessoas mudam, as sociedades mudam, os conceitos, os valores também mudam e que tais mudanças não devem ser vistas como “erro”, como “decadência” da língua, como constatou Castilho(1988, p.53) mediante questionário aplicado a professores de Ensino Fundamental. Este estudioso percebeu haver entre os professores um certo preconceito em relação às mudanças na língua. Para eles “O bom português é aquele

exemplificado nas chamadas épocas de ouro da literatura. Os séculos clássicos, portanto. Depois dos clássicos veio a decadência da língua portuguesa”.

Diante de tal preconceito, é possível observar que as pessoas não percebem ou não querem perceber que as mudanças são necessárias e que não há português certo ou errado e sim modalidades de prestígio (norma culta ou padrão) e modalidades desprestigiadas (não-padrão), cada qual correspondendo ao meio em que se acha o falante. Dessa forma, essas variações não deixam o português melhor ou pior. Elas ocorrem para suprir as nossas necessidades lingüísticas na interação social e verbal. Compreendê-las e utilizá-las é abrir horizontes para entender melhor a grande pluralidade social, cultural e histórica que marca nossa espécie. Igualmente, ampliar nossos conhecimentos sobre a língua, de modo geral, é ampliar nossos conhecimentos sobre a realidade humana como um todo.

Ao comentar sobre a diferença no linguajar da classe menos privilegiada em relação à norma padrão, Castilho (1988) ressalta que é possível que um dos aspectos que estabelece essa diferença esteja relacionado ao sistema de valores, ou seja, à lealdade existente entre os membros de cada grupo social, atitude que visa a manter a unidade do grupo e, conseqüentemente, a unidade social dos indivíduos.

### **1.4.3 O conceito de correção**

Sabemos que todo o nosso comportamento social é guiado por normas que devemos obedecer. Com a linguagem não poderia ser diferente, pois ela é parte constitutiva de toda sociedade, recebendo influência e, ao mesmo tempo, influenciando as pessoas que compõem a comunidade social. Sabemos que o falar de qualquer comunidade

varia, e esta variação acontece, justamente, porque há pluralidade. Esperar, então, que as pessoas falem igualmente, que sigam a mesma normatização ou eleger uma ou outra variante lingüística como a melhor não condiz com as idéias de linguagem, de sociedade e de diversidade que abordamos. Cunha e Cintra (1985, p.6) dizem que “falar correto significa falar o que a comunidade espera; o erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras”, ou seja, esta idéia equivocada e reduzida do “falar correto” pautado na norma culta desconsidera o contexto sócio-histórico da heterogeneidade lingüística e desconsidera os desvios da norma que configuram a realidade da fala. Castilho (1988, p.53) tem opinião semelhante ao afirmar que a norma culta ou padrão corresponde à atitude que a classe socialmente prestigiada “espera que as pessoas ou façam ou digam em determinadas situações”. Cunha acrescenta que a “aceitabilidade social é o único critério válido de correção em qualquer circunstância”.

Diante desse novo conceito de correção e aceitabilidade lingüística, os estudiosos da língua vêm tentando analisá-las sob outra ótica, a da freqüência e probabilidade em que ocorrem as formas. Assim, Labov, com sua Teoria da Variação Lingüística dá um tratamento quantitativo aos dados em estudo, que, por sua vez, pode nos mostrar com uma certa segurança, o como e o porquê falamos diferentemente uns dos outros, lembrando que “falar diferentemente não é falar errado”, pois as variedades lingüísticas (dialetos regionais, dialetos sociais e registros) têm sua organização, têm suas regras e têm também sua gramática particular, embora muitas vezes a gramática tradicional considere “irregularidades”, o que, na verdade, são regras dessas línguas particulares.

Esta abordagem é bastante relevante para a presente pesquisa para que possamos perceber certas peculiaridades do falar (ou falares) do Estado de Mato Grosso do

Sul, que constitui(em) nosso *corpus* de pesquisa, uma vez que nela se estudam as causas e a sua ocorrência.

## **2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FENÔMENO DA CONCORDÂNCIA VERBAL**

A concordância verbal é um exemplo característico de variação lingüística. Mesmo os gramáticos tradicionais, ao apresentá-la, mostram que há várias situações em que a língua portuguesa admite duas possibilidades, a concordância ou a não concordância. Assim, pretendemos mostrar como alguns gramáticos tratam a concordância verbal, comparando-a com a maneira pela qual alguns lingüistas a apresentam.

Desta forma, nesta seção, estudamos o fenômeno da concordância observando como alguns estudiosos do assunto conceituam-na para, logo em seguida, refletirmos sobre a concordância verbal abordada em algumas gramáticas e, por último, analisarmos o processo da CV na perspectiva da lingüística.

### **2.1 O fenômeno da concordância na visão de alguns estudiosos do assunto**

Ao expormos sobre os estudos da concordância, fá-la-emos em ordem cronológica para que possamos perceber possíveis mudanças que tenham ocorrido nas conceituações.

Said Ali (1965, p.279) conceituou a concordância da seguinte maneira:

Consiste a concordância em dar a certas palavras flexionáveis as formas de gênero, número ou pessoa correspondentes à palavra que no discurso se referem (...) A concordância não é, como parece à primeira vista, uma necessidade imperiosamente ditada pela lógica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero ou pessoa já marcados no termo determinado de que se fala, é antes de tudo uma redundância.

Notamos na conceituação exposta que a questão da redundância presente na concordância nos possibilita formular uma hipótese de que os fatores lingüísticos e sociais mais a redundância poderiam contribuir para perda das regras ditadas pela gramática normativa, uma vez que o falante julgaria desnecessário marcar em um termo determinante o que já está marcado no termo determinado. Por exemplo, quando o falante diz: “... as crianças da escola foi de carroça...” (WLA, 454)<sup>8</sup>, como já marcou em número os termos “as crianças” , julgaria que o verbo não necessitaria da marca de plural, porque já é perfeitamente compreensível que se trata de mais de uma criança.

Said Ali completa esta idéia, afirmando ainda que as regras não são fórmulas que atuam com absoluto rigor, e é esta a realidade que notamos ao estudar nas gramáticas normativas os capítulos que se referem à CV; de todas as regras expostas apenas duas são obrigatórias porque as demais são exceções, tratadas como casos particulares.

Câmara Jr. (1975), por sua vez, ao fazer uma incursão pela história da Língua Portuguesa, esclarece que a concordância em latim era um “mecanismo sintático” essencial, que tinha o objetivo de associar os elementos da frase; o que se estendeu para a Língua Portuguesa. Quanto à concordância nominal, ela se faz mediante duas categorias que são o gênero e o número. Apesar de algumas insuficiências do sistema de flexão em gênero e número, tais como a falta de distinção de número para os vocábulos paroxítonos

---

<sup>8</sup> Exemplo retirado do nosso *corpus*.

terminados em /s/, como em “pires”, a inexistência de marca de gênero em adjetivos com tema em –e-, como em “grande” e substantivos que têm o gênero unido ao radical, como em “jovem”, o mecanismo sintático da concordância nominal não ficou prejudicado porque existe o artigo que determina o substantivo e o adjetivo que determina o nome. Assim temos: *o pires* ou *os pires*, *mulher grande* ou *homem grande* e *o jovem* ou *a jovem*.

Quanto à concordância verbal, objeto de nosso estudo, o autor afirma que, no latim, a marca de sujeito estava na desinência de nominativo do substantivo, o que não acontece na Língua Portuguesa; nela a concordância, em número, tornou-se mecanismo básico para relacionar um verbo na 3ª pessoa do singular ou do plural do substantivo que é seu sujeito. Desta forma, a concordância verbal fez-se mecanismo sintático fundamental para indicar um substantivo sujeito.

Ainda, em seu dicionário de Lingüística e Gramática referente à Língua Portuguesa, Câmara Jr (1978) pontua que muitas línguas fazem uso do princípio da concordância e que para este princípio, em um sintagma, seja nominal ou verbal, o vocábulo determinante se molda, se adequa, a certas categorias gramaticais do termo determinado. Por exemplo, na Língua portuguesa o adjetivo deve concordar, em gênero e número, com o substantivo ao qual está ligado, como em: boa escola, altas montanhas.

O lingüista também faz esclarecimentos quanto à concordância que se dá com o sujeito, seja ele presente ou oculto, nas desinências número-pessoais que a forma verbal recebe, surgindo, portanto, dois tipos de concordância – nominal e verbal –, a nominal acontecendo entre adjetivo e substantivo e a verbal entre verbo e sujeito.

O estudioso, ainda, afirma que a desinência número-pessoal é tomada como a “expressão do sujeito” (“-mos”, por exemplo) e o pronome pessoal sujeito, quando

expresso juntamente à desinência número-pessoal do verbo e o número do substantivo, é entendido como uma redundância verbal. Para exemplificar, quando temos conjugado o verbo “cantamos”, a desinência número-pessoal –mos- indica que mais de uma pessoa cantou; assim, se falamos ou escrevemos – “Nós cantamos” – ou – “Pedro e eu cantamos” –, estamos reiterando a expressão do sujeito, ou seja, fazendo redundância verbal.

Especificamente acerca da concordância verbal Câmara Jr. afirma que:

A concordância verbal é só o que assinala em português um substantivo como sujeito; a sua falta nas orações impessoais como as formadas com o verbo haver (ex.: há homens) ou, por vulgarismo (v.), como um verbo médio-passivo (ex.: aluga-se pianos) é uma consequência da impessoalidade da frase (v.) (1978, p. 77-78).

Em 1989, Teyssièr em seu texto *Manual de Língua Portuguesa*, afirma que ocorreu uma simplificação nas desinências verbais, simplificação esta causada pelo desgaste fonético, pela supressão do final. Por exemplo, *falar* se “transformou” em “falá” e *nós falamos* se “transformou” em “*nós fala*” pela supressão da desinência - mos- da primeira pessoa do plural. O autor, ainda, explicando os usos da norma padrão, apesar de reconhecer a variação que se dá na CV, é taxativo ao deixar claro que o desvio da norma deve ser evitado porque não é pertencente à linguagem culta, mas sim à linguagem popular, recomendando que:

A morfologia simplificada é sentida como incorreta e deve ser evitada. Mas é muitas vezes reproduzida, quer parcialmente quer integralmente, pelos romancistas contemporâneos que desejam imitar os traços da linguagem popular. (Teyssièr, 1989,p.239)

Para Trask (1993, p.12), a concordância é o fenômeno pelo qual o aparecimento de um item em uma sentença requer um segundo item que seja gramaticalmente ligado a ele de uma forma particular. A concordância acontece, então, a



partir de um conjunto de escolhas oferecidas a uma ou mais categorias gramaticais que são morfologicamente marcadas em certas classes/flexões de palavras, tais como gênero, número, caso, pessoas ou tempo verbal. Assim, a frase inglesa “These books are expensive” exemplifica concordância em número entre o substantivo plural “books” e o determinante “these” (do qual “these” é a forma do plural) e, também, na frase substantiva plural “these books” e o verbo “are” (do qual “are” é a forma do plural). Na língua portuguesa teríamos, por exemplo, a frase “Aqueles homens são hábeis”, em que ocorre a concordância em número entre o substantivo plural “homens” e o determinante “aqueles” e a concordância, também em número, com o adjetivo “hábeis” e o verbo “são”.

O autor ainda tece comentários sobre a adequação/inadequação do termo “concordância”, lembrando que o adjetivo toma forma feminina porque o substantivo é feminino, porém se o substantivo ao qual o adjetivo se une não possui outra forma, que não seja feminina, então, é a presença do substantivo, e não a sua forma, que pede o adjetivo no feminino.

Rocha Lima (1997) esclarece que a concordância por ser um amplo campo de estudo, apresenta, inevitavelmente, um “dualismo” bastante tenso: há uma lógica gramatical e uma criatividade fervilhante que ficam em constante agitação. Sendo assim, as normas da lógica gramatical, por melhores e mais certas que sejam, ou queiram ser, acabam por ser desestabilizadas por questões psicológicas. Por exemplo, os substantivos singulares como “povo”, apesar de estarem na forma singular, expressam a idéia de plural; ninguém pensa “povo” como uma pessoa. Neste caso, a forma cede lugar à idéia e a concordância acontece respeitando a pluralização; é a concordância ideológica. Vemos que os gramáticos, de certa forma, aceitam que a concordância, em algumas situações, podem não ser realizadas.

De maneira generalizada os gramáticos não diferem muito ao tratarem da concordância. Para Bechara (2001, p.543) a concordância está “em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada”, o que nos indica que para um termo concordar com outro, ambos têm que estar de acordo em determinados aspectos. Bechara, porém, lembra-nos que ao iniciarmos a oração com o verbo e depois colocarmos os outros termos da oração, como por exemplo em : “...canta demais de bonito aqueles menino...” (PNS, 101)<sup>9</sup>, o que ocorre é que o falante pronuncia o verbo no singular exatamente porque, naquele momento:

(...) não pensou no sujeito a quem atribuirá a função predicativa contida no verbo; se o sujeito, neste momento, for pensado como pluralidade, os casos de discordância serão aí freqüentes (...) A língua escrita, formalmente mais elaborada, tem meios de evitar estas discordâncias.

Perini (2001, p.187), por sua vez, quando define a concordância verbal, não aborda a questão da variação, ou melhor, o “problema” da variação, ele procura esclarecer acerca da função sintática que permeia a concordância verbal. Para ele a concordância verbal:

(...) compreende basicamente alguns procedimentos que rotulam certos sintagmas, atribuindo-lhes funções sintáticas. A concordância verbal limita-se a atribuir funções aos SNs de nível oracional.

O que percebemos até aqui é que os autores citados, cada um de acordo com suas peculiares formas de entender o processo de concordância, seja percebendo-o como não absoluto, como se sujeitando à criatividade, ou mesmo relacionando a concordância com a função sintática; seja como for, revelam, cada um a seu modo, que a concordância

---

<sup>9</sup> Exemplo retirado de nosso *corpus*.

não é assim tão explícita e certa, uma vez que os próprios estudiosos da gramática normativa admitem as exceções à regra, além dos casos em que a CV é facultativa.

Como já dissemos, este estudo está voltado para o caso da concordância do verbo com o sujeito de 3ª pessoa de plural; portanto, a observação mais detalhada em alguns compêndios gramaticais acerca das regras e suas exceções (ou a variação) é indispensável para uma reflexão mais aprofundada.

## **2.2 A Concordância Verbal na Gramática Normativa**

Nesta parte de nosso trabalho apresentamos o enfoque normativo da Concordância Verbal a partir de conceitos encontrados em algumas das principais gramáticas da Língua Portuguesa. Inicialmente, tratamos das regras gerais, aquelas em que não há ambigüidades sobre a concordância e depois observaremos os casos das exceções, procurando, na medida do possível, selecionar apenas casos de CV relativos aos que estão sob análise neste trabalho. Para tanto, ateremos-nos às gramáticas de Dias (1970); Lima (1997); Melo (1978); Cunha (1985) e Bechara (2001).

Aparentemente as regras parecem simples e categóricas. Vemos, porém, que a simplicidade e a certeza não são tão efetivas, pois as gramáticas normativas, algumas vezes, trazem esclarecimentos não muito satisfatórios que necessitam de um grande número de “exceções” para que se façam compreensíveis.

De acordo com o ponto de vista da abordagem normativa, a regra de CV é obrigatória; portanto a ausência é um desvio ou um “erro”. Há, no entanto, mais exceções

que regras, já que são em número bem maior e, para compreender melhor, iniciamos tais estudos:

### **I - Em relação ao sujeito simples:**

a. “Com um só sujeito – O verbo concorda em número e pessoa com o sujeito, venha ele claro ou subentendido”.

(Cunha, 1985, p.339-342)

b. “Se o sujeito for simples e singular, o verbo irá para o singular (...)”

(Bechara, 2001, p.555)

c. “Quando o sujeito é simples, o verbo do predicado vai para o número e a pessoa a que pertence o sujeito”.

(Dias, 1970, p.22-23)

Vemos que se o sujeito simples está no plural, o verbo irá segui-lo, da mesma forma que se o sujeito estiver no plural, o verbo irá para o plural. Trata-se de uma regra obrigatória que defende o princípio de que o sujeito está atrelado ao verbo; se o sujeito é o ser de quem se fala alguma coisa e o predicado é aquilo que falamos sobre o sujeito, um tem que concordar obrigatoriamente com o outro.

### **II - Em relação ao sujeito composto:**

a. “O verbo que tem mais de um sujeito (sujeito composto) vai para o plural”.

(Cunha, 1985, p.339-342)

b. “O sujeito composto leva o verbo para o plural (...) Casos há no entanto e numerosos, em que o verbo fica no singular”.

(Melo, 1978, p.221-223)

c. “Em certas situações, não é raro que o verbo que tem sujeito composto concorde apenas com o núcleo que lhe estiver mais próximo”.

(Lima, 1997, p.373)

d. “Se o sujeito for composto, o verbo irá, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua posição em relação ao verbo”.

(Bechara, 2001, p.555)

O sujeito composto, também, tal qual o sujeito simples, tem uma regra. Observamos, porém, que alguns gramáticos já dão indícios da variação no caso do sujeito composto, uma vez que em suas definições usam construções como: “Casos há... “Em certas situações não é raro (...)”, ou ainda “(...) o verbo irá, normalmente, ...”. Desta maneira, mesmo na regra obrigatória existem casos em que esta “obrigatoriedade” cede espaço às exceções.

Abordamos, as seguir, alguns casos especiais referentes à CV, de preferência aqueles que analisaremos nesta pesquisa.

### **III - Em relação aos casos especiais:**

“Se os sujeitos são todos de 3ª pessoa do plural, o verbo vai para a 3ª pessoa”.

(Dias, 1970, p.23)

“O verbo (...) vai para o plural e quanto à pessoa irá (...) para a 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa”.

(Cunha, 1985, p.341)

Em se tratando da 3ª pessoa do plural há uma sistematicidade de concordância ditada pela gramática normativa, o que, como veremos mais adiante, não constatamos na língua em uso, quando colhemos nossas ocorrências.

“Os verbos *ser* e *estar* se impessoalizam quando modificados por adjunto adverbial de tempo: *É cedo. Está tarde. São dez horas (...)*. Nas frases *é cedo, é tarde*, talvez se possa admitir um emprego idiomático do advérbio pelo adjetivo: *é tardio*, pois o advérbio não exerce a função predicativa”.

(Lima, 1978, p.373)

“Nas orações ditas eqüitativas em que com *ser* se exprime a definição ou a identidade, o verbo, posto entre dois substantivos de números diferentes, concorda em geral com aquele que estiver no plural. Às vezes, um dos termos é um pronome:

Ex.: A pátria não é ninguém: são todos [RB. 3, 11]”

(Bechara, 2001,p.559)

“Se o sujeito está representado por pronome pessoal, o verbo *ser* concorda com o sujeito, qualquer que seja o número do termo que funciona como predicativo.

Ex.: Ela era as preocupações do pai”.

(Bechara, 2001, p.559)

“Todavia em alguns casos o verbo *ser* se acomoda à flexão do predicativo, especialmente quando se acha no plural. São os seguintes casos em que se dá esta concordância:

“(...) quando o verbo *ser* é empregado impessoalmente, isto é, sem sujeito, nas designações de horas, datas, distâncias.

Ex.: São dez horas? Ainda não o são”.

Hoje são 15 de agosto.

Da estação à fazenda são três léguas a cavalo [M.Said].

(Bechara, 2001, p.558)

Percebemos, assim, nestes casos de exceções, principalmente na concordância com o verbo *ser*, a falta de sistematicidade no trato especial dos casos de CV.

Continuemos nossas observações:

#### **IV - Em relação ao sujeito como expressão partitiva:**

Quanto aos casos do sujeito com expressão partitiva, como por exemplo:

Com expressões como: *Grande parte, a maior parte*, entre outras, seguidas por substantivo ou pronome no plural, o verbo pode ir para o singular ou ficar no plural.

“(...) a maior parte deles recusou a segui-lo com temor do poder da regente (...)”(AH:2, 38).

“(...) e a maior parte dos esquadrões seguiram-nos (...)” (AH, 1, 111).

(Bechara, 2001, p.55)

Existem ainda exceções que se referem ao uso de construções do tipo *um dos ...que*, porém, nestes casos o verbo vai normalmente para a terceira pessoa do plural. Cunha (1985) afirma que quase não há “exemplos literários contemporâneos” de tais expressões seguidas de verbo no singular.

Já, Bechara (2001, p.562), a este respeito, afirma que o “(...) singular impõe-se imperiosamente pelo sentido do discurso”, e, desta maneira, o singular é de regra quando o verbo da oração só se aplica ao seletivo **um, uma**. O exemplo seguinte ilustra este caso:

“(...) é uma das tragédias de Racine que se apresentará hoje no teatro (...)”

(Cr. 2, 763)”.

Apesar de não ser o foco do nosso estudo investigar os sentidos do discurso, notamos no comentário de Bechara quando afirma que “(...) o singular impõe-se imperiosamente pelo sentido do discurso” que esta singularização está diretamente ligada à questão semântica.

Bechara (2001, p.561), a respeito da concordância com os pronomes relativos, afirma que:

Se o sujeito da oração é o pronome relativo **que**, o verbo concorda com o antecedente, desde que este não funcione como predicativo de outra oração.

Ex. “Não gastava ele as horas **que** lhe **sobejavam** do exercício do seu laborioso ministério numa obra do senhor?” (AH-1,18)

Se o antecedente do sujeito que for um pronome demonstrativo, o verbo da oração adjetiva vai para a 3ª pessoa:

“**Aquele que trabalha acredita num futuro melhor**”.

“**Aqueles que trabalham acreditam num futuro melhor**”.

Mais adiante Bechara (2001, p.561) complementa:

Se o antecedente do pronome relativo funciona como predicativo, o verbo da oração adjetiva pode concordar com o sujeito de sua principal ou ir para a 3ª pessoa (se não se quer insistir na íntima relação entre o predicativo e o sujeito):

“Sou **eu** o primeiro que não **sei** classificar este livro.” (AH.1,311)

“Fui o **primeiro** que não **conseguiu** sair”.

Éramos **dois sócios**, que **entravam** no comércio da vida com diferente capital (MA apud 55.1,§ 461).

É de rigor, continua Bechara,

...a concordância do verbo com o sujeito de *ser* nas expressões do tipo sou eu que, és tu que, foste tu, etc. (neste caso, era prática da língua



até fins do século XVIII usar o artigo como antecedente do relativo: sou eu o que, etc.)

“Não *fui eu que o assassinei* (AH apud AS, 5, II, 75)”.

“Foste *tu que me buscaste* (AH apud AS, 5, II, 75)”.

Sabemos que muito teríamos a expor, porém acreditamos que o posto até aqui já nos dá uma boa noção do que as gramáticas em geral indicam como regra de CV. Neves (2003), sobre este assunto, alerta-nos para o fato de que os “usos obrigatórios” estão centrados nas exemplificações (exemplos modelos ou frases soltas) que são expostas nas gramáticas e que mesmo os exemplos, nos casos especiais, são passíveis de variação; o que demonstra claramente que a rigidez não é assim tão pontual quanto querem os gramáticos que pareça. Desta forma, a pretensa obrigatoriedade, acaba por não acontecer à medida que, às vezes, quando os gramáticos indicam a CV, usam construções sugestivas, como: “... em certas situações...”.

Não seria, diante deste fato, possível pensar que a obediência ou não à regra pode ter interferências outras, além dos fatores estruturais, como, por exemplo, a idade do falante, a escolaridade, a procedência, entre outros fatores sociais que envolvem este falante? Postulamos isto porque sabemos que temos mais exceções que regras e que as últimas nem sempre nos persuadem; muito pelo contrário, deixam grandes lacunas a serem preenchidas.

Como afirma Perini (2001), os gramáticos, ao selecionarem textos para suas exemplificações, fazem-no utilizando autores que gozam de “prestígio”, que são tidos como muito bons, que são modelos e deixam de lado outros que são tão qualificados quanto, mas em seus textos deixam fluir os “outros falares”, aqueles que não vão ao encontro dos falares sacramentados pela norma.

Nossa intenção com esta abordagem não é, sob forma alguma, tecer críticas às gramáticas normativas, supondo que as normas são dispensáveis; muito pelo contrário, sabemos da importante função que as mesmas desempenham para o sistema. O que intentamos é refletir sobre estas regras, mostrando que os próprios gramáticos têm perguntas as quais precisam de melhores respostas, além do que eles deixam evidente a partir dos vários casos de exceções que admitem, mesmo que não de forma aberta, a existência da variação presente na língua. Para completar o estudo sobre a concordância, julgamos necessário, ainda, uma reflexão sob a perspectiva da lingüística, como se pode constatar em seguida.

### **2.3 A Concordância Verbal na Lingüística**

No Brasil, vários estudiosos nas áreas da Lingüística e da Sociolingüística vêm desenvolvendo trabalhos sobre o fenômeno da concordância. Mais especificamente na Lingüística, esse fenômeno é comumente visto como um mecanismo morfológico e sintático. É morfológico, na medida em que faz uso de morfemas que, possuindo valor semântico próprio, formam, juntamente com o radical, um determinado paradigma, do nome ou do verbo. Além disso, têm a função de indicar as relações gramaticais entre dois elementos; assim, no caso da Concordância Verbal (CV), entre o sujeito e o verbo, e, no caso da Concordância Nominal (CN) entre um nome e um determinante, que por sua vez, são mecanismos sintáticos. Na verdade, a CV configura-se, portanto, como morfossintática. A morfologia flexional cuida dos morfemas flexionais que comumente indicam para os nomes: as categorias de gênero, número e caso e para os verbos as categorias de aspecto, tempo, modo, número e pessoa.

Câmara (1975) afirma ser a flexão um mecanismo gramatical que ajuda na indicação de que determinado termo se abre para novos empregos, ou seja, como esclarece Cunha (2004:124), para Câmara, “(...) a flexão é um processo em que se “flete” o vocábulo para nele expressarem-se várias categorias gramaticais”. A flexão em português, assim, acontece sob a forma de segmentos fônicos pospostos ao radical, constituindo o que comumente chamamos de sufixos ou desinências. Os sufixos podem ser derivacionais ou flexionais. Há, contudo, segundo Câmara, diferença fundamental entre eles: enquanto os sufixos flexionais são “obrigatórios”, os sufixos derivacionais não têm esta obrigação, além do que os sufixos derivacionais não estão organizados em paradigmas coesos, sendo denominados de “*derivatio voluntária*”, nome que sugere a indicação da marca ocasional e não harmoniosa do processo de derivação. Por outro lado, a flexão recebeu a denominação de “*derivatio naturalis*”, uma vez que é imposta pela própria natureza da frase. Os morfemas flexionais, ao contrário dos morfemas derivacionais, estão sistematizados em paradigmas coesos e têm baixa probabilidade de variação; portanto, as flexões verbais e nominais têm caráter obrigatório.

Câmara diz ainda que a concordância é um traço característico dos morfemas flexionais e os verbos trazem um sufixo flexional de tempo verbal que acumula as noções de tempo e modo (indicativo, subjuntivo e imperativo); no caso dos pretéritos, acumula também a noção de aspecto. Por sua vez, a flexão da pessoa gramatical implica, automaticamente, na indicação do número do sujeito, singular ou plural, e da pessoa.

Se seguirmos o que diz a regra gramatical: que o verbo concorda com o sujeito e formos notar a desinência verbal, quando tivermos uma oração como: “O leão comeram os tigres”, o sujeito só poderia ser “os tigres”, já que a regra indica que o verbo deve concordar com o sujeito e a desinência verbal indica 3ª pessoa do plural.

Não poderia ser “o leão” porque este não está concordando com o verbo: a desinência verbal indica o sujeito da frase. Tal afirmação, porém, não poderia ser estendida de maneira categórica à língua falada espontânea, pois, em alguns casos, há uma tendência para a não-concordância (de número) do verbo com o sujeito e, mesmo que o verbo deixe de concordar com o sujeito, este não deixa de desempenhar tal função. Observemos o exemplo que segue:

“... o ponto de casa estudou os guri...(PSS,673)”<sup>10</sup>

Neste caso, vimos que o sujeito não está em concordância com o verbo *estudou*; mesmo assim, identificamos o sujeito *os guri* porque, semanticamente, é impossível que *o ponto de casa tenha “estudado” os guri*. Mesmo a desinência verbal não indicando 3ª pessoa do plural, lançando mão de outros recursos, chegamos a identificar corretamente o sujeito; o verbo determina que o sujeito seja humano e animado e *o ponto* não é nem animado, nem humano; portanto, está excluída a possibilidade de ser sujeito.

Percebemos que a concordância não é fundamental para a identificação do sujeito, já que a natureza do verbo pode auxiliar nesta identificação porque determina como deverá ser o restante da oração, que nomes o acompanharão, entre outras questões.

Quando trabalhamos com a língua falada, sabemos que existem construções bem discrepantes daquelas referentes à língua escrita, o que não nos permite afirmar se a CV é realmente fundamental na identificação do sujeito ou não, porque o contexto, assim como o valor semântico do verbo, interfere na interpretação, dirimindo as dúvidas que possam ser estabelecidas.

---

<sup>10</sup> Exemplo retirado de nosso *corpus*

Como afirmamos na introdução de nosso trabalho, alguns textos escritos por alunos do Ensino Médio, por vestibulandos e, também, por aqueles alunos que cursavam o 1º semestre do curso superior, além de textos de jornais locais, deixaram-nos preocupada, mas também curiosa para descobrir o que ocorria com esses alunos; porque tanta recorrência de falta de CV. Esta curiosidade chegou ao ponto de fazer-nos lançar o olhar para a língua falada, para saber se o que aparecia da língua escrita era reflexo de uma tendência de uso na língua falada.

Desta forma, já que citamos as discrepantes construções da fala se comparadas à escrita, achamos pertinente expormos alguns exemplos da língua escrita que encontramos em nossa comunidade para refletirmos acerca do como/quanto, ou, em que medida, nossos informantes, quando escrevem, têm ou percebem como “fundamental” para a identificação do sujeito o uso da concordância.

Seguindo uma ordem, vamos mostrar exemplos de textos elaborados por alunos do Ensino Médio, depois iremos para os exemplos de vestibulandos, universitários, e, finalmente exporemos trechos de jornais locais/ regionais.

Trechos de textos elaborados por alunos do Ensino Médio:

“... os candidatos do curso tinha que ter muito estudo para ir para a faculdade...” (sexo feminino, 15 anos, 1º ano do Ensino Médio).

“As seleções de candidatas para o curso em janeiro, era bem rígida e tinha só uma por ano...” (sexo masculino, 15 anos, 2º ano do Ensino Médio).

“... a aluna tinha que ser leal, digna calma; praticavam basicamente a parte curativa...” (sexo feminino, 17 anos, 3º ano do Ensino Médio).

“As casas tinham o objetivo de abrigar as pessoas, as crianças e todos aqueles que precisava de bastante apoio. (sexo masculino, 16 anos, 2º ano do Ensino Médio).

Trechos de textos elaborados por vestibulandos:

“Portanto, os problemas da sociedade não pode ser colocado só para o governo, também as pessoas que fala assim...”

“Nos dia de hoje as pessoas tem que entender que elas não pode de jeito nenhum fazer mal para as outras pessoas que...”

“(...) eles precisam se fortalece para que possa ir para o poder com vontade de fazer...”

“Sem luta não a vitória, assim é que se as mulheres todas não se unir para combater os preconceito...”

Trechos de textos elaborados por universitários do 1º semestre:

“(...) carregar uma pilha de edição e não saber ou melhor, não usufruir dessas informações, que seria necessária para...” (sexo masculino, curso de Pedagogia, período noturno).

“(...) a nossa realidade é repleta de textos bonitos e cheio de palavra complexas, que na sua essência não transmite o conteúdo...(sexo feminino, curso de Enfermagem, período matutino).

“(...) muitas vezes seus projetos beneficia a população mais carente”. (sexo feminino, curso de Serviço Social, período noturno).

“(...) os avanços era que a sociedade da mulher...” (sexo feminino, curso de Matemática, período noturno).

Trechos de matérias de jornais locais e da região:

“A Câmara, através dos vereadores Edson Lima do Nascimento e Laudir Antonio Munaretto, apresentaram em Sessão Ordinária...” (Jornal O Progresso, Dourados, 20 de maio de 2006, p.02).

“O sócio-proprietário da Automed, Evandro Bandeira Lecey, diz que os usuários que aderir a um dos planos...” (Jornal O Progresso, Dourados, 03 de junho de 2006, p.01).

“Depois de concluídos os levantamentos, os destroços da moto foi encaminhado para o ...” (Diário MS, Dourados, 27 de maio de 2003, p.04).

“O Sindicato Rural, estão orientando a todos os produtores que se...” (Diário MS, Dourados, 30 de maio de 2006, p.5).

“De acordo com o Sargento da Polícia Militar, Carlos, cerca de oito mil pessoas passou pelo recinto durante os quatro...” (Jornal A Tribuna, Rio Brilhante, 26 de agosto de 2003, p.07).

Observamos nos exemplos que, efetivamente, os autores dos textos citados não seguiram a regra de concordância verbal, isto ocorreu não só entre estudantes, mas, para nossa maior preocupação, os textos veiculados em jornais, também reproduziram uma prática oral recorrente na região.

Continuando com nossas reflexões, ainda sobre a CV, voltando a Câmara, ele afirma que ela de fato só ocorre quando existe uma correspondência entre a desinência número-pessoal do verbo e o número do substantivo ou da seqüência de substantivos que indicam na oração o ser ou os seres empregados como sujeito.

Pensando acerca da idéia de “obligatoriedade” presente na CV, poderíamos citar Bybee (1985, p.13) que propôs o princípio da relevância, que é de natureza semântica, segundo o qual “um elemento é relevante a outro elemento significativo se o conteúdo semântico do primeiro afeta diretamente ou modifica o conteúdo semântico do segundo”. Dessa forma, uma categoria será mais relevante caso venha a afetar o significado da outra raiz verbal diretamente, por referir-se a um elemento externo ao verbo, a saber, o seu sujeito, acaba sendo menos relevante que a desinência modo-temporal.

Devido a essa menor relevância do morfema número-pessoal, ele poderia ser omitido, o que não acontece com o modo-temporal.

Além do princípio da relevância, é interessante destacar que a ocorrência da falta de marcas de plural também se dá por conta, no caso dos substantivos, da economia lingüística, uma vez que se realiza a flexão em apenas um dos elementos, em se tratando da marca do plural, por exemplo, isto já seria suficiente para o falante não tendo ele necessidade de repeti-la, como no caso que segue: ...as barbatana é lisinha... (PNS, 156)<sup>11</sup>, assim, quando o falante marca o plural com o artigo (as) se descompromete a, novamente, marcá-lo no substantivo *barbatana*, no verbo “ser” e no predicativo do sujeito.

No caso da CV, havendo marca de plural no sujeito, seria desnecessário a marca de plural no verbo. É também um caso de economia lingüística.

Acreditamos, ainda, ser importante trazermos para exposição algumas idéias que estejam comprometidas com a corrente sociolingüística acerca do fenômeno da concordância verbal, para que a sistematicidade da variação possa ser estudada. Para tanto faremos referência aos estudos de Lemle & Naro (1977) e de Rodrigues (1987), expondo as principais conclusões a que chegaram, para, logo em seguida, tecermos comentários sobre seus resultados.

Lemle & Naro (1977) ao pesquisarem a fala produzida por alunos do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), notaram que a ausência de concordância na 3ª pessoa de plural não era um fenômeno aleatório, mas que estava relacionado tanto a fatores sociais como a fatores lingüísticos.

Quanto aos fatores lingüísticos, observaram que o fator da saliência fônica verbal foi o que mais interferiu na concordância verbal. Constataram que os verbos

---

<sup>11</sup> Exemplo retirado de nosso *corpus*.



pertencentes ao grupo de maior saliência fônica tenderam mais à concordância, ao passo que os de menor saliência realizaram menor número de CV.

Em se tratando da variável posição do sujeito em relação ao verbo, esta também se mostrou importante no atendimento à regra, atuando em conjunto à saliência fônica. Desta forma, os verbos de maior saliência que vinham junto ao sujeito anteposto favoreceram à CV e os verbos de menor saliência, que surgiam juntamente ao sujeito posposto demonstraram baixa frequência de concordância. Há que se lembrar que o sujeito oculto era um subfator do fator posição do sujeito em relação ao verbo e que, também, favoreceu a concordância verbal.

Com relação ao fator lingüístico que menos interferiu na concordância, foi o fator semântico; para os autores, se o sujeito era definido (referência óbvia) ou indefinido (referência exata não óbvia), isto foi o que menos influenciou.

Quanto aos fatores sociais, notaram que as informantes mulheres e as pessoas mais idosas foram as que atenderam com maior frequência a norma da concordância verbal.

Em se tratando do trabalho realizado por Rodrigues (1987), em que foi feita uma análise da CV de primeira e terceira pessoas do plural na língua falada de duas comunidades da periferia de São Paulo, esclarecemos que neste momento faremos a exposição, apenas, dos resultados encontrados pela pesquisadora na terceira pessoa do plural.

Quanto aos fatores lingüísticos, o fator de saliência fônica verbal foi o que mais interferiu na aplicação da regra; as formas verbais mais salientes tenderam à concordância e as menos salientes à não concordância. O fator lingüístico posição do sujeito em relação

ao verbo, também teve força na realização da CV; assim como os sujeitos antepostos favoreceram e os pospostos desfavoreceram. Para o sujeito pronominal, sua ausência ou presença (eles/elas) pouco interferiu na concordância.

De maneira geral, a pesquisadora constatou que os fatores lingüísticos tiveram maior “peso” na realização da regra, se comparados aos fatores sociais. Assim, o fator social que, realmente, propiciou o atendimento à regra foi o da procedência; os informantes nascidos na capital realizaram mais a concordância verbal que os outros vindos de outras partes do Brasil. Quanto aos fatores sexo e escolaridade foram inoperantes e o fator idade, não teve peso maior, demonstrando que falantes adultos e jovens obtiveram P.R. (Peso Relativo) de favorecimento de CV praticamente idênticos.

Os resultados dos dois trabalhos demonstram a importância que tem o estudo da língua popular fundamentado nos estudos sociovariacionistas e indicam também que, mesmo em pesquisas diferenciadas, alguns resultados se aproximaram, desta forma, tanto no *corpus* observado por Lemle e Naro (1977) quanto no *corpus* estudado por Rodrigues (1987), no que se refere aos fatores lingüísticos favorecedores de CV, os resultados foram semelhantes, tanto para as variáveis da saliência fônica verbal, quanto para as variáveis da posição do sujeito em relação ao verbo. Quanto aos fatores sociais, a variável sexo que na pesquisa de Lemle e Naro, assim como a idade interferiram na CV, para Rodrigues, indicaram resultados diferenciados: a variável sexo não interferiu e a variável idade teve baixíssima interferência. Para Rodrigues foi o fator social, procedência, que atuou com força e desencadeou a concordância verbal.

Esses resultados, como os de outras investigações que tomaram a língua falada como *corpus* para suas pesquisas, nos impulsionam, de certa forma, a seguirmos com nossos estudos, na medida em que desejamos saber como as falas de nossos informantes

deverão comportar-se diante dos fatores sociais e lingüísticos que elencamos para serem investigados, quais suas características, o que teremos de novo, ou mesmo, que resultados poderão ratificar os que já temos em outras pesquisas realizadas.

Selecionamos, então, para investigar em nosso *corpus* as estruturas simples de concordância, uma vez que a ausência das mesmas é criticada e preconceituosamente julgada e condenada.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta seção apresenta o *corpus*, os aspectos metodológicos, os objetivos e as hipóteses que nortearam a coleta e análise de dados acerca da concordância/ não

concordância verbal e as variáveis lingüísticas e sociais investigadas na fala dos informantes sul-mato-grossenses que fazem parte do ALMS.

### 3.1 O *corpus* investigado

Como já pontuamos, quando redigimos a fundamentação teórica, o grande objetivo do modelo teórico-metodológico da variação sociolingüística é estudar a variação intrínseca ao sistema lingüístico. Temos conhecimento, também, de que é na língua em funcionamento, observada sob seu aspecto pragmático, que esta variação incide.

Nem todo texto falado é adequado a este tipo de estudo sociovariacionista; os textos falados que foram antecipadamente planejados ou então aqueles textos em que os falantes ficam atentos ao que dizem, ou seja, fazem o “policiamento” do que irão dizer não refletem com propriedade a variação justamente porque não são espontâneos. Desta forma, para que um trabalho possa desenvolver com eficiência o modelo teórico-metodológico da variação sociolingüística, faz-se necessário que o *corpus* trabalhado reflita a naturalidade da situação de falar e que o informante sinta-se bastante à vontade para falar naturalmente sem qualquer preocupação com a forma.

No Brasil, atualmente, vários estudos têm tratado sobre a língua falada, além de existir um crescente número de Atlas Lingüísticos sendo elaborados, nas mais variadas localidades do Brasil, com o objetivo de, justamente, colher informações dos falares regionais.

No Mato Grosso do Sul, Estado relativamente jovem, pois tem somente 28 anos de existência, não temos conhecimento de trabalhos de investigação científica que tenham tratado sobre os fenômenos que envolvem a língua falada. O que temos conhecimento, nesta área, é de um projeto elaborado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o Atlas Lingüístico do Mato Grosso do sul – ALMS-, que está em

fase de desenvolvimento e que parte dele nos foi gentilmente cedida para que usássemos na análise desta pesquisa.

Desta forma, de posse deste *corpus* constituído por entrevistas, escolhemos as questões abertas, os discursos semidirigidos, ou seja, as narrativas de experiência pessoal, uma vez que entendíamos serem estas narrativas que revelariam com maior expressividade a fala espontânea dos informantes, pois como afirma Tarallo (2003, p.22) “Os estudos de narrativas de experiência pessoal têm demonstrado que, ao relatá-las, o informante está tão envolvido emocionalmente com *o que* relata que presta o mínimo de atenção ao *como*”.

As narrativas que escolhemos versavam sobre experiências vividas pelos informantes, que lembravam as brincadeiras de infância, o período escolar (quando haviam freqüentado), as festas, a vida em família, os medos, as alegrias, as tristezas, enfim o seu dia-a-dia, o que proporcionava maior descontração por parte dos mesmos.

A decisão em escolher as narrativas acima descritas para compor o *corpus* de nossa investigação foi tomada em função, também, do objetivo que pretendemos atingir, descrever e analisar o fenômeno da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural presente na fala popular de informantes sul-mato-grossenses, com a intenção de definir uma possível sistematicidade das relações entre ambiente sociocultural e uso lingüístico.

Levamos em conta, também, os objetivos específicos, que foram os de: descrever os padrões de concordância/ não concordância verbal de terceira pessoa do plural e analisar grupos de fatores lingüísticos e sociais que condicionam a variação da CV na terceira pessoa do plural.

Para tanto, formulamos hipóteses que nortearam o trabalho, as quais passamos a elencar:

- O falar popular dos sul-mato-grossenses tende à não aplicação sistemática da regra padrão de CV;

- a variação do fenômeno da concordância verbal é condicionada por fatores lingüísticos e sociais.

Definidos, portanto nossos objetivos e hipótese, pudemos seguir com a escolha do *corpus* que nos foi cedido. Desta forma, a etapa das gravações para coleta de dados foi dispensada e iniciamos a seleção das narrativas e dos informantes. É atributo deste *corpus* ter informantes analfabetos, com Ensino Fundamental incompleto (máximo 3 anos de escolaridade) e com grau máximo de escolaridade, o Ensino Fundamental completo, o que implica que não pudemos perceber o comportamento lingüístico em outros níveis de escolaridade. Também, como já exposto, elegemos a parte das entrevistas que tinham os discursos semidirigidos, porém nem todas as entrevistas apresentavam estes discursos, o que aconteceu foi que o número de ocorrências não foi o número que pretendíamos. Mesmo assim, apesar das limitações citadas, acreditamos que este *corpus* permita realizar uma análise válida das tendências dessa região no que diz respeito à concordância verbal.

Contamos com um total de 832 ocorrências, de terceira pessoa do plural oriundas de amostras de 30 dos 77 municípios que compõem o Estado do Mato Grosso do Sul. Tivemos a preocupação de que esta amostra pudesse retratar os falares dos diferentes povos que compõem este Estado. Por ser um Estado bastante extenso geograficamente (358.158,7 km<sup>2</sup>), a escolha dos municípios que comporiam o *corpus* teve que ser direcionada, uma vez que, caso esta medida não fosse adotada, correríamos o risco de

obtermos dados que nos revelassem apenas o falar de algumas regiões em detrimento de outras.

Assim, os informantes que compuseram nossa amostra residem nos municípios de Água Clara, Aquidauana, Aral Moreira, Brasilândia, Bonito, Caarapó, Campo Grande, Caracol, Cassilândia, Corumbá, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Naviraí, Nioaque, Nova Andradina, Paranaíba, Pedro Gomes, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sidrolândia, Vicentina e Três Lagoas.

A amostra utilizada é constituída de entrevistas entre informantes e documentador que tinham narrativas de experiência pessoal, com duração de mais ou menos 15 minutos cada uma, totalizando em média, 2.000 minutos ou 36 horas de gravações. Os informantes, todos eles, são moradores nas cidades acima citadas, localizadas na região Centro-Oeste do Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e as entrevistas foram transcritas por uma equipe de pesquisadores sob nossa orientação.

Cumprida a tarefa das transcrições, iniciamos as observações sistematizadas; fomos buscar o que nos interessava: trechos das falas que apresentavam tanto a concordância, quanto a não concordância verbal. Há que se acrescentar ainda que este *corpus* composto por 144 informantes teve a seguinte distribuição: 82 homens e 62 mulheres, com intervalo de idade entre 12 e 50 anos a mais e tempo de escolaridade entre zero e 08 anos de estudos (atual Ensino Fundamental completo). Não buscamos investigar maior nível de escolaridade, como já dito, porque uma das características do ALMS é, justamente, a de envolver falantes com, no máximo, o Ensino Fundamental completo (antiga 1ª a 8ª séries). Vale ressaltar que suas ocupações de trabalho eram as seguintes: estudante, cozinheira, peão, do lar, auxiliar de escritório, lavadeira, vigia noturno, gari, funcionário de fazenda, capataz, serviços gerais, pescador, boiadeiro, motorista, servente

de pedreiro, doméstica, diarista, agricultor, domador, faxineira, auxiliar de caixa de supermercados, vendedor, carroceiro, entre outras.

A amostra foi disposta segundo características sociais já tradicionalmente conhecidas, a saber, o sexo do informante, faixa etária, os anos de escolarização e a procedência. O recorte relativo ao sexo é por si só evidente: masculino (M) e feminino (F).

No que concerne à faixa etária, estabelecemos quatro categorias:

- **De 12 a 20 anos:** esta faixa etária cobre um intervalo de 8 anos, englobando o período da pré-adolescência, adolescência e início da fase adulta.
- **De 21 a 30 anos:** esta faixa etária cobre um intervalo de 9 anos que vai do início da fase adulta até a plenitude da idade adulta.
- **De 31 a 49 anos:** esta faixa etária cobre um intervalo de 18 anos e corresponde à fase adulta e madura do informante, período em que teoricamente os falantes estariam inseridos no mercado de trabalho.
- **De 50 anos em diante:** o intervalo desta faixa etária fica indefinido, compreende um período em que alguns dos informantes estão ainda trabalhando, outros já aposentados, enfim o informante mais idoso da amostra possui 74 anos de idade.

Já em relação à escolaridade, seguimos a que já estava definido no ALMS:

- **Escolaridade nula:** corresponde aos analfabetos.
- **Ensino Fundamental incompleto:** máximo 3 anos de escolaridade.
- **Ensino Fundamental completo:** 8 anos de estudos.



Quanto à procedência, tivemos informantes pertencentes à zona rural e à zona urbana.

Segue anexo a este trabalho o quadro contendo os dados dos informantes de nosso *corpus*.

### **3.2 Características sociais de nossos informantes**

Abaixo relacionamos os principais dados acerca dos informantes que tomamos para o *corpus* investigado:

- De 12 a 20 anos:
  - 04 informantes do sexo masculino sem escolaridade;
  - 06 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental incompleto;
  - 05 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental incompleto;
  - 07 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental completo;
  - 11 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental completo.
- De 21 a 30 anos:
  - 02 informantes do sexo feminino sem escolaridade;
  - 05 informantes do sexo masculino sem escolaridade;
  - 06 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental incompleto;
  - 06 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental incompleto;

- 08 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental completo;
- 14 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental completo;
- De 31 a 49 anos:
  - 05 informantes do sexo feminino sem escolaridade;
  - 07 informantes do sexo masculino sem escolaridade;
  - 08 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental incompleto;
  - 08 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental incompleto;
  - 11 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental completo;
  - 09 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental completo;
- De 50 anos em diante:
  - 05 informantes do sexo feminino sem escolaridade;
  - 08 informantes do sexo masculino sem escolaridade;
  - 04 informantes do sexo feminino com Ensino Fundamental completo;
  - 05 informantes do sexo masculino com Ensino Fundamental completo.

Em um momento posterior, após termos feito as escolhas de nossos informantes, iniciamos a leitura atenta dos trabalhos realizados por Rodrigues (1987), Nicolau (1984), Lemle e Naro (1977), além de artigos publicados por Scherre e Naro, levando em consideração tanto as forças de natureza lingüística como as de natureza extralingüística. Seleccionamos, então, os dados e fizemos a escolha dos fatores da análise.

Nesta amostra analisamos todos os dados de sujeitos de terceira pessoa do plural, o que fez um total de 832 ocorrências. É oportuno esclarecer que apenas trabalhamos com aqueles casos que a gramática normativa recomenda que o verbo seja flexionado de acordo com a mesma pessoa e número do sujeito a que está ligado, uma vez que pretendemos investigar os contextos onde a regra não seja obedecida, apesar de ser determinada pela gramática.

Desta maneira, tivemos que proceder à exclusão de alguns dados para que pudéssemos empreender nosso trabalho e, a partir de agora, exporemos os casos excluídos.

### 3.3 Casos de Exclusão

A – Como já citado há pouco, nosso interesse não estava em estudar os contextos em que a gramática normativa aceita o uso do verbo tanto na terceira pessoa do plural, como do singular. Assim, expressões como: *a maioria de*, *grande parte*, entre outras, não foram observadas, porque o verbo poderia tanto estar no plural como no singular e ser aceito pela gramática.

(1) ... a maioria deles foi com o pai ... (BAS, 81)

(2) ...A grande parte dos moinho tombaram. (MLOC, 341)

B - Também foram excluídas as ocorrências de verbos conjugados no presente do indicativo cujas formas do singular e do plural são homófonas; não se diferenciam na pronúncia.

(3)...sempre eles têm que passíá. (AG. 450)

(4)...os menino vêm de fora... (MUT. 332)

C – Verbo *ser* como marcador conversacional.

(5) ...cuidá de boi num é fáci, não é mesmo? (SMA, 21)

(6) ...tirá o lixão é bom não, não é? (GA, 53)

D – Também não foram por nós analisados os casos em que o Sujeito do verbo *ser* pode ocorrer em determinado momento concordando com o sujeito e em outro momento com o predicativo.

(7) ...a votação agora é duas veiz... (DMA, 315)

(8) ...daí, tudim isso são coisa boa. (ECP, 609)

E –Foram excluídos também os casos do infinitivo pessoal, uma vez que as gramáticas normativas afirmam ser, neste caso, a concordância facultativa, e, em nosso *corpus* todas as ocorrências encontradas apresentavam verbos não-flexionados.

(9) ...o pão dei prá eles comê... (UAP, 322)

(10) ...com o trabalho dava prá eles tê de tudo... (PNS, 157)

F – Foram também excluídos os sujeitos expressos por coletivos.

(11) ...a turma do seu Dinho tomaro tudo... (RQS, 23)

(12) O pessoal arranjaro de ir na praça. (SMA, 31)

G – Foram também excluídos os casos de sujeito representado pelo pronome de tratamento *a gente*, que apresentaram concordância categórica, no singular.

(13) ...a genti comeu até fruta com casca.... (AQK, 301)

(14) ...daquele jeito a genti criou os filho. (DFI, 74)

Explicitados os casos excluídos em nossa pesquisa, indicamos as variáveis investigadas.

### **3.4 Descrição das variáveis dependente e independente**

Compreendemos por variantes as formas de escolhas que denotam um fenômeno variável chamado, tecnicamente, de variável dependente. Um exemplo de variável lingüística dependente é a concordância entre verbo e sujeito, uma vez que pode ocorrer mediante duas variantes: a marca de concordância no verbo ou sua ausência (discussão presente neste trabalho).

O que temos, em se tratando das variantes, é um preconceito bastante forte que considera a variante padrão como gozando de prestígio sociolingüístico, ao passo que as demais variantes são relegadas a um segundo plano e até mesmo estigmatizadas pela comunidade lingüística.

Portanto, a aplicação da regra de CV, por ser padrão, é recomendada e a não aplicação é marcada negativamente. Nesta direção a ausência de concordância verbal é uma marca lingüística estigmatizada na sociedade que pode indicar diferenças sociais, até porque a variante padrão é ensinada nas escolas e quem não a segue é rotulado como pertencente a um grupo não escolarizado e de classe baixa.

Achamos pertinente esclarecer que estas formas verbais não-padrão correspondem sempre a uma forma verbal de terceira pessoa do singular, como em *eles fala*, portanto não há que confundi-las com as formas em que a desinência número-pessoal dos verbos de terceira pessoa do plural é geralmente marcada pela nasalização na variante prestigiada, podendo apresentar alomorfia fonológica /comeru/ como um *comerum*, em vez de escrito por –m precedido de /a/, como em *comeram*, além da possibilidade de aparecer sem nasalização como em *comeru*; típica da língua falada.

Deste modo, as regras são variáveis, porque a aplicação de uma variante e não de outra decorre tanto de circunstâncias linguísticas quanto de circunstâncias não-linguísticas, ou seja, fatores internos e externos exercem pressão sobre a variante.

Assim sendo, estes fatores reunidos formam grupos constituídos por variáveis independentes que interferem na aplicação da regra de CV; fato já observado em trabalhos desenvolvidos por Nicolau (1984), Rodrigues (1987), Scherre e Naro (1993), entre outros. Com base nas leituras feitas nestes trabalhos, delimitamos possíveis fatores que podem condicionar a utilização/não-utilização da regra de CV nas ocorrências de terceira pessoa do plural.

Como afirmam Scherre e Naro (1993) o português popular do Brasil é um campo fértil de estudo da variação em fenômenos que envolvem a repetição de marcas formais com a mesma informação em diversos pontos das estruturas, como é o caso da concordância verbal. Assim, dado um sujeito formalmente plural, com presença explícita de pelo menos uma marca formal de plural, o verbo pode se apresentar com marca formal explícita ou com a forma zero.

A partir de agora, faremos a exposição dos grupos de fatores que escolhemos para investigar a variação da CV na terceira pessoa do plural, esclarecendo que nossa variável dependente é binária, ou seja, trabalha a ausência vs presença de marca formal de plural nos verbos.

Nossa variável dependente ficou constituída das seguintes variantes:

- Presença de marca formal de plural nos verbos;
- Ausência de marca formal de plural nos verbos.

Temos os exemplos que seguem:

A – Presença de marca formal de plural.

(15) ...os menino falaro que ela... (BAS, 89)

B – Ausência de marca formal de plural

(16) ...as mulher de hoje tá tudo mudada. (ACS, 20)

O exemplo 15 demonstra que consideramos como atendimento à regra de concordância as formas *falaro, foro, tão*; variantes típicas do português falado, que correspondem às formas cultas *falaram, foram, estão*. Quanto à não aplicação da regra, fazem parte dela os casos que, apesar de serem semanticamente plurais, não trazem marca formal alguma dessa pluralização na forma do verbo, como é o caso do exemplo 16.

Para que pudéssemos entender a variação procuramos investigar que contextos propiciavam ou não a aplicação da CV e, para tanto, elegemos 9 grupos de fatores lingüísticos e 4 grupos de fatores sociais, os quais serão apresentados na seqüência.

### 3.4.1 Variável dependente

**Quadro 1 – A variável dependente:**

<b>Variável Dependente</b>	<b>codificação</b>
Presença de marca formal de plural nos verbos (eles foram ou foro)	A
Ausência de marca formal de plural nos verbos (os menino caiu)	B



### 3.4.2 Variáveis independentes

#### Quadro 2 – Variável saliência fônica verbal:

Saliência fônica verbal	Codificação
Verbos regulares. A diferença entre singular e plural reside na nasalidade (só nasalização ou nasalização e mudança de qualidade vocálica). Ex.: <i>fala/falam; come/comem; sai/saem</i> . <sup>12</sup>	R
A diferença entre singular e plural está em uma vogal final átona, possivelmente nasalada (nasalização e adição de segmento). Ex.: <i>faz/fazem; quer/querem; faltar/faltarem</i>	V
Elemento vocálico tônico oral no singular, em contraste com ditongo tônico nasal no plural (nasalização e mudança de qualidade). Ex.: <i>está/estão; vai/vão; dá/dão</i> .	L
Pretéritos perfeitos regulares, independentemente da conjugação; o acento recai na vogal temática. Ex.: <i>falou/falaram; vendeu/venderam; partiu/partiram</i> . <sup>13</sup>	E
Pretéritos perfeitos irregulares, com variação no grau de abertura da vogal tônica, em ambas as formas do singular e do plural. Ex.: <i>trouxe/trouxeram; fez/fizeram; teve/tiveram; veio/vieram</i>	F
Forma completamente distinta para o singular e o plural. Ex.: <i>é/são</i>	W

Baseando-nos no princípio da saliência fônica (Lemle & Naro, 1977), estabelecemos a hipótese de que quanto maior ou mais saliente for a diferença material entre as formas verbais do singular e do plural, maior a probabilidade de aplicação da CV, assim como, quanto menor, ou menos saliente, for essa diferença, menor a possibilidade de realizar-se a CV.

A hierarquia da saliência fônica verbal é posta em virtude de dois critérios: presença ou ausência de acento na desinência e quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural. No 1º nível, de acordo com Naro e Scherre (1999a), temos nas classes R e V (também codificadas como R e V em nossa pesquisa) as formas menos salientes, pares cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados em ambos os membros, portanto, com tendência para a não realização da regra, como nos exemplos que seguem:

(17) ...aquelas minina se prostitui e sai de casa... (PSS, 671)

<sup>12</sup> Formas como: *falava/falavam; vendia/vendiam* (pretérito imperfeito do indicativo) e *tivesse/tivessem* (subjuntivo) foram classificadas como R.

<sup>13</sup> Formas como: *foi/foram*, classificamos como E.

(18) ...de noite eles falta dimais da conta... (OGAS, 180)

No 2º nível, seguindo a classificação de Scherre e Naro, temos nas classes L, E, F e W (que receberam, respectivamente, a codificação L, E, F, W) onde estão as formas mais salientes; pares cujos segmentos fonéticos com valor mórfico são acentuados em pelo menos um membro da oposição, com tendência para a realização da regra, como nos exemplos que seguem:

(19) Nos dia de hoje eles dão conta... (DAS, 101)

(20) ...os carretero partiro prá cidade... (RBTS, 110)

(21) ...eles viero de carro... (ISA, 209)

(22) ...as mulher são bem forte aqui... (VAP, 329)

O exemplo 19 ilustra os casos de verbos (*dá/dão*) com desinência tônica, já o exemplo 20 ilustra os casos de verbos (*partiu/partiram*) conjugados no pretérito regular em que a oposição se dá entre desinências tônicas. O verbo do exemplo 21 (*veio/vieram*) mostra o caso do pretérito irregular em que há transferência do acento do radical para a desinência e/ou a alteração das vogais do radical nas formas do plural. O exemplo 22 (*é/são*) mostra formas completamente diferenciadas para o singular e para o plural.

### Quadro 3 – Variável posição do sujeito em relação ao verbo

Posição do sujeito em relação ao verbo	Codificação
Anteposto: as pessoa tinham medo... (CCD, 294)	G

Posposto: diz os colega que... (RQA, 758)	H
Sujeito oculto: foro embora de veiz. (GA, 55)	T

As análises variacionistas revelam que a presença, posição e distância do sujeito em relação ao verbo condicionam a aplicação/não aplicação da regra de concordância. Os estudos apontam a posição à esquerda do verbo-posição de relevo tópica – como favorecedora da presença da marca de plural do verbo, tanto nos casos de concordância nominal quanto verbal, independentemente, inclusive, do grau de escolarização dos falantes.

Portanto, nossa hipótese para este grupo de fatores é a mesma que guia a distância do sujeito em relação ao verbo em número de sílabas, ou seja, de que as amarrações sintáticas entre sujeito e verbo ficam mais relevantes quando o sujeito determinante antecede imediatamente o verbo determinado, candidato à concordância. Porém, quando o sujeito sucede o verbo, sua relação fica menos relevante tornando a concordância menos óbvia e, desta forma, apresentando menor probabilidade de aplicação da regra.

Desta forma, quando temos:

(23) ...eles contam que na chuva... (RAS, 26)

com o sujeito localizado imediatamente à esquerda do verbo, pensamos que as chances de que ocorra a concordância sejam maiores se comparadas à construção:

(24) ...ficô muito bom aqueles manguero... (AQF, 303)

em que a posição do sujeito está à direita do verbo. Neste último exemplo a posposição tenderia a desfavorecer a CV.

**Quadro 4 – Variável distância entre o sujeito e o verbo em número de sílabas**

<b>Distância entre sujeito/verbo de acordo com o número de sílabas</b>	<b>Codificação</b>
Ausência de material fônico entre sujeito e verbo: Os motorista dizem que na chuva... (WLA, 456)	I
Presença de uma ou duas sílabas entre sujeito e verbo: Eles já moraram numa fazenda. (RMF, 567)	J
Presença de três ou mais sílabas entre sujeito e verbo: ... As menina lá da vila come bastante ... (DTZ, 371)	L

Em 1977, Lemle e Naro com o objetivo de observar em que medida a distância entre sujeito e verbo interferia na CV, subcategorizaram a distância entre o sujeito e o verbo da seguinte forma: sujeito imediatamente anteposto (de zero a cinco sílabas separando o sujeito do verbo) e sujeito anteposto distante (mais do que cinco sílabas separando o sujeito do verbo). A partir desta subcategorização, muitos estudos desenvolveram-se, dentre estes estudos destacam-se os de Naro (1981), Guy (1981), Rodrigues (1997), entre outros.

Para realizar nossa pesquisa, estabelecemos a categoria “três ou mais sílabas” porque o *corpus* não nos indicava necessidade de desmembrarmos, tal qual Lemle e Naro: “mais do que cinco”, uma vez que para as ocorrências que dispúnhamos a categorização “três ou mais sílabas” atendia satisfatoriamente.

Nossa hipótese para esta variável é a de que quanto maior for a quantidade de material interveniente entre o sujeito e o verbo, maior será a probabilidade de não ocorrer a CV, o corolário também acontecendo: menor quantidade de material interveniente ou ausência de material fônico possibilitando maiores chances de a concordância ser feita.

#### Quadro 5 – Variável constituição morfossintática do sujeito

Constituição morfossintática do sujeito	Codificação
Pronome pessoal: elas cantaram... (BAS, 91)	M
Pronome indefinido e/ou demonstrativo: aqueles viajam de ônibus. (PNS, 154)	N
Pronome possessivo e numeral: minhas duas estudou bastante. (PAT, 17)	O
Nome não precedido por artigo ou pronome: crianças bonita da prima dele crescero tudo brigando. (CCD, 295)	R
Nome precedido por artigo ou pronome: Os pais foro embora...(DMA, 314); vários homens estudavam lá... (LFQ, 160)	X
Pronome relativo precedido de nome: alguns menino que ajudam... (DAS, 103)	B
Não se aplica: sujeito oculto: sumiro daqui quando ele chego. (SMA, 34)	I

Este grupo de fatores foi pensado a partir das ocorrências que foram surgindo quando da análise de nosso *corpus*, com o objetivo de estabelecermos uma possível relação entre a aplicação da CV e a constituição morfossintática do sujeito. Quando lemos alguns trabalhos publicados por Naro (2003) vimos que esse autor percebeu que em casos de sujeitos com *que* relativo diminuía as possibilidades da CV acontecer, assim como em Rodrigues (1987), que ao estudar a constituição morfossintática, afirmou que o sujeito oculto favorecia o aparecimento da concordância. Estabelecemos, portanto, duas hipóteses para este grupo: a de que a não explicitação do sujeito na oração (sujeito oculto) tende a

favorecer a CV e a de que o uso do pronome *que* relativo, como sujeito, tende a desfavorecer a CV.

#### Quadro 6 – Variável categorização semântica do sujeito

<b>Categorização semântica de sujeito</b>	<b>Codificação</b>
Humano: As pessoas acham que é bom. (OGAS, 183)	S
Não-humano: Os carro patinava no barro. (RBTS, 115)	T
Não-animado: Aquelas tábua lá dispencô na menina... (NHA, 625)	N

A variável traço semântico do sujeito diz respeito ao traço [humano] do núcleo do sujeito, assim como ao traço animado/inanimado.

Baseando-nos no trabalho de Scherre e Naro (2000), Graciosa (1994) e Anjos (1999), que estudaram esta variável, resolvemos analisar o traço semântico do sujeito. A hipótese que temos é a de que há um percentual maior de concordância verbal quando o sujeito é humano se comparado aos sujeitos não-humanos e não-animados. Dessa forma acreditamos que construções tais como:

(25) Os piá gostam de mel (LX, 501)

tenderão mais a obedecer a regra se comparadas às construções:

(26) ...Aqueles pau de cedro vai tudo de balsa... (MAM, 572) e

(27) ...os vidro da janela dibulhô no chão. (NHA, 621).

### Quadro 7 – Variável paralelismo formal

Paralelismo formal	Codificação
Presença de marca formal de plural em todos os elementos (também os pronomes): Os professores não perceberam isso. (DTZ, 375)	3
Ausência de marca formal de plural no 2º elemento: As professora foro embora. (SMA, 18)	2
Não se aplica (sujeito oculto): Cantaram bonito que só vendo. (GA, 57)	1

Scherre (1998) foi quem estabeleceu o princípio do paralelismo formal, princípio que tem sido bastante estudado. Em 1993, Naro e Scherre, ao publicarem um artigo, definem o princípio do paralelismo como uma tendência para formas semelhantes co-ocorrerem em situações reais de uso lingüístico. Para os autores, o paralelismo ocorre no nível oracional e a ausência de marcas de plural no SN sujeito pode favorecer ou não a presença ou ausência de marcas explícitas de plural nos verbos.

Dessa maneira, a proposição destes autores, acerca deste fator, é a seguinte: marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, ou de maneira mais generalizada, há uma tendência de que formas gramaticais semelhantes ocorram juntas. A variável paralelismo formal atua no nível da cláusula, ou seja, no nível da oração. Um sujeito com marcas explícitas de plural se correlacionará a um verbo com tais marcas. Inversamente, um sujeito com marca zero de plural se correlacionará com um verbo com marca zero de plural. Tomando nossos dados, estabelecemos a categorização apresentada no quadro 7, para desenvolvermos nossa análise.

De acordo com o princípio do paralelismo formal, temos a hipótese de que ocorra mais concordância verbal quando os sujeitos também apresentarem marcas explícitas de plural, ou seja, falas como:

(30) ... as crianças não olharo... ( ELAS,242 ), tenderiam a seguir a regra, enquanto que falas do tipo:

(31) ...os filho de Pedro gosta de ... ( MUT,312 ), tenderiam menos a seguir a regra de CV.

#### **Quadro 8 – Variável sujeito pronominal**

<b>Presença/ausência de sujeito pronominal (eles, elas, vocês)</b>	<b>Codificação</b>
Sujeito pronominal explícito: eles me levam sempre prá lá (FAS, 461)	P
Sujeito pronominal não-explícito: tinham medo de ir por lá... (DFI, 75)	Z
Sujeito não-pronominal: os filho do Dito lero tudim. (VRP, 325)	N

Esta variável foi adotada em nosso trabalho a partir da leitura de um estudo desenvolvido por Rodrigues (1987), em que a autora afirma que o sujeito zero condicionaria o uso de formas verbais marcadas porque a própria flexão deixa evidente o referente da casa vazia. Por outro lado, as formas verbais não-marcadas seriam mais utilizadas com sujeito explícito, expresso por pronome ou nome lexical.

Com a intenção de percebermos como nosso *corpus* se comportaria em se tratando do sujeito pronominal, estabelecemos a mesma hipótese de Rodrigues, queremos



ver se nesta comunidade o sujeito oculto, se comparado aos sujeitos pronominal e não-pronominal, tenderá mais a seguir a regra. Desta maneira, o exemplo que segue tenderia mais a obedecer a regra:

(28) ...mexero com a menina... (ZAA, 701),

se comparado a estes exemplos:

(29) ...as guria falou tudo prá ele. (ZRA, 711)

(30) ...eles teve que vará a mata (CRV, 613).

#### **Quadro 9 – Variável função discursiva do sujeito**

<b>Função discursiva do sujeito</b>	<b>Codificação</b>
Tema: Meus avô foro bem prá lá. (ZAA, 708)	T
Rema: Morreu de fome os passarim... (FAS, 463)	R

Conforme Halliday (1994), os componentes fundamentais de significado na língua são funcionais. Para ele, todas as línguas são organizadas em torno de dois principais tipos de significação: ideal, interpessoal e, combinando com estes dois, um terceiro que é o textual; que tem a função de arranjar a expressão como mensagem. Determinamos em nossa pesquisa na significação textual, por vermos que esta compõe um instrumento de análise que pode auxiliar e explicar os padrões de concordância sujeito-verbo encontrado no *corpus*.

Desta forma, observaremos a função textual realizada através do recurso da estrutura temática Tema x Rema, que de acordo com Halliday (1994), assim se estabelece: o Tema que funciona na estrutura do texto como o ponto de partida para a mensagem, é o elemento que o falante seleciona para dar base ao que vai dizer/escrever, e o Rema, por sua vez, é a parte do texto onde o Tema é divulgado. O Rema é tudo o que não é Tema em um texto; portanto, identificado o Tema, o Rema é automaticamente identificado.

Koch (1991, p. 138) também aborda esta questão dizendo que o Tema exerce um papel importante na construção da coerência textual. Segundo a autora, “(...) o falante seleciona um elemento (...) que deseja ativar ou reativar na memória do interlocutor e sobre o qual seu enunciado deverá lançar nova luz”. Estas idéias serão úteis para nosso estudo ao aplicarem-se aos casos em que o elemento em questão corresponde ao referente do verbo. Desta forma, nossa hipótese é a de que nas construções em que o sujeito assume o papel discursivo de Rema, e o verbo, o de Tema, a aplicação da regra de CV será desfavorecida.

Portanto, inferimos que em falas do tipo:

(31) ...correro as rumadera que nem loca ... (PAT, 519), a concordância verbal possa ocorrer com menor frequência se comparadas as falas assim realizadas:

(32) ...as pessoas de lá já comero de tudo... (ICT, 219)

#### **Quadro 10 – Variável valor semântico do verbo**

<b>Valor semântico do verbo</b>	<b>Codificação</b>
---------------------------------	--------------------

Ação: Aquelas mulher correram pra podê fugi. (RQA, 753)	A
Processo: Eles sentia muita dor de cabeça... (PNS, 157)	P
Ação-Processo: Os vento da noite partiu as parede. (DMA, 316)	2
Estado: As professoras são tudo muito dedicada... (DJP, 99)	E

Tomando como ponto de partida a classificação da tipologia verbal apresentada por Ignácio (2002, p. 115-120) e entendendo que os verbos, do ponto de vista lógico-semântico, representam uma visão dinâmica ou estática da realidade, decidimos observar como este valor semântico pode interferir nas falas dos nossos informantes, favorecendo ou não o atendimento à regra de concordância.

Assim, subdividimos esta variável da seguinte maneira: na categoria dos verbos representantes de uma visão dinâmica da realidade, estão os verbos de ação, processo e ação-processo. Como exemplo temos, respectivamente, verbos de ação:

(33) ...as menina brinca de casinha e boneca... (RDD, 704),

verbos de processo:

(34) ...os pasto da braquiara crescero bastante... (ELAS, 229)

e verbos de ação-processo:

(35) ...as duença da mata matou os pintinho... (OJP, 98).

Na categoria dos verbos representantes de uma visão estática da realidade estão os verbos de estado, como no exemplo que segue:

(36) ...os bicho tava com churriu. (WLA, 451).

Para este grupo de fatores estabelecemos a hipótese de que os verbos representantes de uma visão dinâmica da realidade, especialmente aqueles que requerem sujeitos “agente”, como os da tipologia ação e ação-processo, devem fazer mais concordâncias porque têm no sujeito agente os traços + animado, + volitivo e + controlador, o que os tornariam mais salientes para o falante.

Mais adiante, quando fizermos nossa análise é que obteremos respostas à nossa pergunta para sabermos se, realmente, o valor semântico do verbo interferirá ou não na CV.

#### **Quadro 11 – Variável sexo**

<i>Sexo</i>	<b>Codificação</b>
Feminino	4
Masculino	3

Estudos sociolinguísticos, de um modo geral, têm verificado que a mulher tende a se aproximar mais da norma padrão do que o homem. Isto ocorre pelo fato de as mulheres “(...) quebrarem menos as regras sociais estabelecidas” (Scherre e Naro, 1997, p. 107)”, serem mais receptivas à norma instituída pela escola e também pela pressão que a sociedade lhes impõe, exigindo conduta “mais correta” do que os homens. Tomando estes estudos pensamos em observar se esta tendência se repete no universo linguístico dos informantes de nossa região; portanto, nossa hipótese é a de que as mulheres farão a CV com maior frequência.

#### **Quadro 12 – Variável faixa etária**

<b>Faixa etária</b>	<b>Codificação</b>
12 – 20 anos	R
21 – 30 anos	6
31 – 49 anos	7
50 anos em diante	8

Pensamos que o fator idade poderá interferir na aplicação da regra de CV, na medida em que esperamos que os jovens, por manterem grande interação com as pessoas, serem inovadores e abertos às descobertas, simpatizantes às mudanças, possam apresentar maior probabilidade de não aplicação da regra. Já as pessoas mais adultas, ou mesmo idosas, por serem mais conservadoras e já estarem atuando no mercado de trabalho, predisponham-se mais a seguir a regra.

### **Quadro 13 – Variável Escolarização**

<b>Escolarização</b>	<b>Codificação</b>
Nula (analfabetos)	9
Ensino Fundamental incompleto (máximo 3 anos de escolaridade)	K
Ensino Fundamental completo (8 anos de escolaridade)	W

Somos sabedores de que a instituição Escola tem a função de transmitir a norma padrão, recomendando a flexão verbal para o uso da língua. Assim sendo, pretendemos avaliar de que forma ou em que medida a escolaridade de nossos informantes controla a aplicação da CV, ou como/em que medida a instituição Escola interfere no uso da CV aqui em nossa região. Para tanto, estabelecemos a hipótese de que os informantes mais escolarizados tendem a utilizar com maior frequência o uso da regra formal de concordância porque esta regra é a variante de prestígio, como já salientamos, colocada pela escola e também a que mais se identifica com a classe socioeconômica de maior prestígio, a qual tende mais ao uso da norma se comparada à classe socioeconômica de menor prestígio.

Já os informantes não escolarizados, por fazerem uso mais efetivo da língua popular, aproximar-se-iam, com maior frequência, do uso da variante desprestigiada.

Creemos que a aplicação da CV prevista pela gramática normativa tem correspondência com a escolarização; conseqüentemente, quanto menos escolarizado for o informante, maiores serão as probabilidades de utilizar as formas verbais sem a marca de plural.

#### **Quadro 14 – Variável procedência**

<b>Procedência</b>	<b>Codificação</b>
Zona Rural	R
Zona Urbana	U

Grande parte da população que forma a comunidade sul-mato-grossense é originária da zona rural (migrante para a zona urbana) ou tem parentes que moram ou já moraram no campo; portanto, é forte o vínculo dos sul-mato-grossenses com a vida rural.

Desta forma, acreditamos ser bastante importante verificarmos como a variável procedência pode influenciar da aplicação/não-aplicação da CV neste universo pesquisado. Nossa hipótese é a de que os informantes da zona urbana devam fazer uso mais intenso de construções que seguem a regra de concordância verbal se comparados com os informantes da zona rural; é o que veremos mais adiante quando da análise do *corpus*.

Prosseguindo com a descrição da metodologia que utilizamos, depois de termos codificado nossas variáveis, partimos para análise das ocorrências selecionadas de acordo com os grupos de fatores citados. Nossa tarefa seguinte foi a de inserir no pacote de programas computacional VARBRUL os dados coletados para que obtivéssemos os cálculos estatísticos.

Assim, sobre os programas do VARBRUL que muito nos auxiliaram, gostaríamos de tecer algumas considerações.

### **3.4.3 Os programas do VARBRUL**

O VARBRUL, grupo de programas com que trabalhamos nosso *corpus*, calcula porcentagens após fazer uma série de cálculos que produzirão os pesos relativos (PR) de cada fator. Após a preparação das células com as frequências dos fatores em análise, os programas selecionam os fatores relevantes, assim como descartam os irrelevantes para a

análise da variante em questão. Nesse momento, o instrumental estatístico avalia o peso individual ou distribuição de cada um dos fatores de análise propostos (frequência relativa), assim como o valor de cada fator em relação aos demais fatores da amostra (peso relativo ou frequência relativa corrigida). Esses PR medem mediante uma escala de zero a 1, a influência de cada fator sobre a variável analisada. Dessa forma, pesos relativos acima de .50 indicam favorecimento da variante em foco; abaixo de .50 apontam para o desfavorecimento da ocorrência dessa variante e próximos a .50 indicam a não influência do fator em questão.

Sankoff (1988b, p. 991-992) afirma que pode acontecer que no processo de projeção de PR o programa selecione e descarte um grupo de fatores e, logo em seguida, não selecione nem elimine esse mesmo grupo.

O que deve ocorrer, nesse caso, é que houve alguma interferência entre os fatores, de tal forma que não possibilitou aos programas disporem, isoladamente, uma coerência interna no conjunto de fatores, o que revela que, estatisticamente, esses fatores não têm *status* definido. Nesse caso, aconselha-se que os critérios utilizados na codificação, assim como as motivações dessa codificação sejam revistos.

Faz-se interessante lembrar que a atividade dos programas do VARBRUL desenvolve-se em níveis diversos de análise. Inicialmente os programas projetam uma média global que recebe o nome de INPUT. Essa média funciona como um ponto de referência para a medida do desvio de cada fator em relação a essa média. Em seguida, um nível denominado STEPUP calcula as probabilidades dos fatores de cada variável em relação à média ou INPUT e seleciona a variável estatisticamente mais significativa para a explicação da variação em foco.



Os programas, a partir daí, passam a comparar, sucessivamente, a variável selecionada às outras variáveis, duas a duas; depois, três a três e assim ocorre até que todas as variáveis relevantes tenham sido identificadas. Vem, então, uma etapa denominada *STEPDOWN*, que verifica, contrariamente, se as variáveis descartadas são igualmente eliminadas. Assim os programas descartam os grupos de fatores cuja perda não produz diminuição significativa na medida de probabilidade (LOG LIKELI HOOD).

Outra possibilidade que o VARBRUL oferece é a projeção de tabulações cruzadas de variáveis independentes a fim de que se façam possíveis distribuições não equilibradas dos dados. Há que se lembrar, ainda, que, quando não ocorrem problemas de sobreposição de classificação de variáveis, os diversos níveis de análise quantitativa feitos mostram-se equilibrados quanto à verificação da interferência entre as variáveis e os pesos relativos.

Finalmente, a partir dos cálculos oriundos do VARBRUL, elaboramos as tabelas e os quadros que dão sustentação para a análise quantitativa dos dados e empreendemos a tarefa de interpretar o fenômeno lingüístico variável que escolhemos trabalhar.

#### **4. OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DE MATO GROSSO DO SUL**

A proposta de análise desta tese, como já expusemos na seção que trata dos procedimentos metodológicos, tem como base os dados coletados de falantes do Estado de Mato Grosso do Sul - região centro-oeste brasileira. Por estudarmos a língua como fato social, além de levarmos em conta a procedência desta comunidade analisada, rural e urbana, entre outras características sociais, pensamos ser interessante fazer uma descrição dos aspectos geográficos, históricos e socioculturais que permeiam os falantes sul-mato-grossenses.

Sabemos que a diversidade lingüística é uma propriedade comum a todas as línguas naturais e manifesta-se nos mais variados grupos que compõem uma sociedade. Essa diversidade caracteriza-se, de forma eficiente, como uma espécie de identidade lingüística dos indivíduos de determinada comunidade, evidenciando aspectos como a localidade de origem, a sua classe social, a sua idade, enfim, aspectos que denotam a sua própria história de vida uma espécie de identidade viva.

O português, na sua variante brasileira, apresenta traços diferentes nas diversas regiões do amplo território do Brasil. Não há necessidade de ser um estudioso da linguagem para que se possa distinguir, por exemplo, o falar de um gaúcho do falar de um nordestino, o falar de um paulista, do falar de um carioca e assim por diante.

Têm-se, desta forma, na visão coseriana, várias normas oriundas de um mesmo sistema. Ou seja, a língua, ao ser atualizada por seus usuários, revela sua heterogeneidade mediante os aspectos sociais e lingüísticos comuns aos diferentes grupos aos quais estes usuários pertencem, ainda que se valham de um mesmo sistema lingüístico.

No Estado do Mato Grosso do Sul, a pluralidade lingüística é evidente, pois facilmente identificam-se os “falares” corumbaense, pantaneiro, fronteiriço (fronteira com o Paraguai e a Bolívia), entre outros. A origem de toda essa variação pode ser compreendida a partir da posição geográfica e do contexto da formação histórica e sociocultural dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, haja vista que, até a algum tempo, constituíam um só Estado. Segundo Lamoso (1993, p.31), a divisão deu-se por meio da lei complementar, de 11 de outubro de 1977 e o governo foi instalado em 1º de janeiro de 1979; o Estado de Mato Grosso do Sul ficou então com uma área que corresponde a 4,19% da área do Brasil, ou seja, 358.158,7 km<sup>2</sup>.

## **4.1 Considerações geográficas e históricas**

O Estado de Mato Grosso do Sul está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, limitando-se ao norte com os Estados de Mato Grosso e Goiás, ao sul com a

República do Paraguai e o Estado do Paraná, a leste com o Estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná e a oeste com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia.

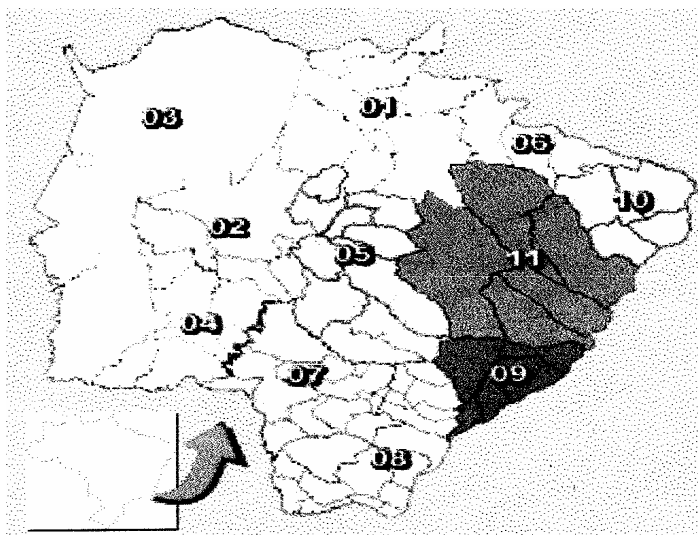
A população total, segundo o último censo do IBGE<sup>14</sup>, é de 2.078.001 milhões de habitantes, sendo 83,22% urbana e 16,78% rural. O Estado possui 77 municípios, que estão divididos em 11 microrregiões.

O mapa a seguir expõe a distribuição geográfica das microrregiões que estão organizadas da seguinte maneira: 01 – Alto Taquari – Alcinópolis, Camapuã, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora; 02 – Aquidauana – Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Miranda; 03 – Baixo Pantanal – Corumbá, Ladário, Porto Murtinho; 04 – Bodoquena – Bodoquena, Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque; 05 – Campo Grande – Campo Grande, Bandeirantes, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia, Terenos; 06 – Cassilândia – Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia; 07 – Dourados – Dourados, Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Douradina, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante, Vicentina; 08 – Iguatemi – Iguatemi, Angélica, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Eldorado, Glória de Dourados, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru; 09 – Nova Andradina – Nova Andradina, Anaurilândia, Bataguassu, Bataipora, Taquarussu; 10 – Paranaíba – Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Selvíria; 11 – Três Lagoas – Três Lagoas, Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo.

---

<sup>14</sup> Dados extraídos do site [www.ibge.br](http://www.ibge.br)

**Figura 1 – Mapa das microrregiões que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul**



Os primeiros habitantes do atual território do Mato Grosso do Sul, de acordo com Martins (2002,p.40), foram vários povos indígenas. Conforme esse autor, no início do século XVI, por ocasião do “descobrimento” do Brasil, essa região era densamente povoada por “índios Guarani, Guató, Ofayé, Kaiapó Meridional, Payaguá e outras sociedades indígenas que ainda não foram identificadas pela arqueologia e pela etno-história”.

Quando os colonizadores europeus chegaram nesta região, nas primeiras décadas do século XVI,

(...) encontraram aqui um conjunto de sociedades indígenas, composto por etnias representantes de três dos quatro troncos lingüísticos que formam o universo etnolingüístico brasileiro. Eram várias centenas de milhares de índios portadores de sistemas culturais ricamente diferenciados. Esses grupos, às vezes, possuíam divergências entre si, mas respondiam bem, cada segmento ao seu modo, às equações

colocadas pela paisagem que também era múltipla e variada. (Martins, 2002, p.11).

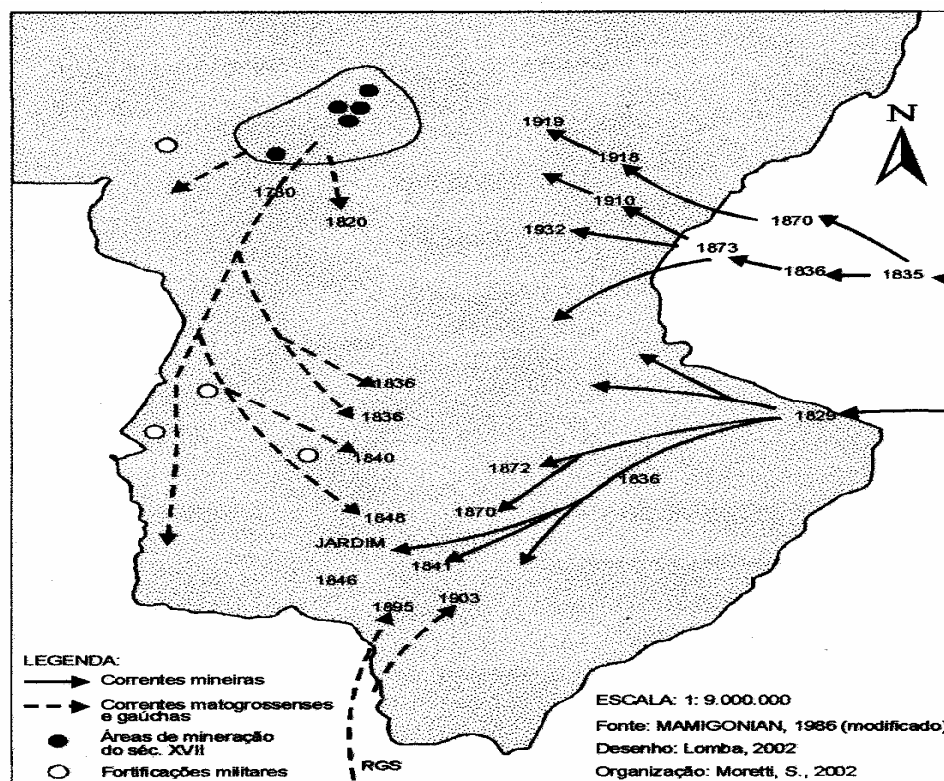
Como se sabe, a presença do homem branco no Estado quase provocou o extermínio da população indígena. Nos três primeiros séculos da colonização, diversas sociedades autóctones, portadoras de modelos comportamentais específicos, desapareceram deixando poucos vestígios arqueológicos representativos do seu modo de ser, o que acarretou perdas irreparáveis para o conhecimento do homem e de sua natureza cultural. Atualmente, mais de cinquenta mil índios vivem em Mato Grosso do Sul, ou seja, é a segunda maior concentração de população indígena do Brasil, após a Amazônia (Martins, 2002, p.12).

Além da presença do índio, deve-se considerar, também, que, conforme Nogueira (1998, p.146-147), participaram ativamente do processo de ocupação desta região, paulistas, gaúchos, mineiros, paranaenses e nordestinos, além de um grande contingente de estrangeiros que imigrou para o Estado, dentre eles, portugueses, espanhóis, japoneses, paraguaios e bolivianos. É certo, pois, que todos esses migrantes e imigrantes trouxeram consigo parte de suas culturas, suas particularidades lingüísticas, enfim, suas visões de mundo. A autora acrescenta que, embora o processo evolutivo de invasão/ocupação das terras e posterior povoamento tenha iniciado no século XVI, Mato Grosso do Sul “encontra-se, ainda hoje, em estágio de ocupação de seu território, sendo que, segundo o IBGE, as áreas de maior fluxo demográfico são as situadas ao longo da fronteira Paraná/São Paulo” (Nogueira, 1998, p.146-147).

O mapa a seguir, visualiza o fluxo de migrantes vindos de Minas Gerais, de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul que, entre os anos de 1780 e 1903, instalaram-se no

Estado com o objetivo de, sobretudo, desenvolver a atividade da pecuária e de buscar minas de ouro.

**Figura 2 – Expansão da pecuária no Mato Grosso**



Um fator que contribuiu para a colonização de Mato Grosso do Sul foi o término da guerra entre Brasil e Paraguai (1864-1870). De acordo com Gressler e Swenson (1978, p.23), com o fim das hostilidades, fixou-se na região um grande número de ex-combatentes oriundos de várias partes do Brasil. Segundo os autores, o fim da guerra também ocasionou a reestruturação e a formação de novas propriedades rurais, principalmente em virtude da migração do gaúcho e da ação desenvolvida pela Cia. Mate Laranjeira

Após a primeira guerra mundial, europeus vindos, principalmente, da Alemanha, Rússia e Bulgária, habitaram a região onde está situada hoje a cidade de Campo Grande (capital de Mato Grosso do Sul). Constituíram um total de aproximadamente 100 famílias que passaram a cultivar a terra do cerrado com tecnologia muito superior à que era aplicada nas demais regiões do Estado. Neste mesmo período, de acordo com Gressler e Swenson (1978, p.54), seguiu-se uma grande corrente povoadora, a princípio de São Paulo, e, em seguida do Paraná, para a região Centro-Oeste, atingindo notadamente o Estado de Mato Grosso, que passou a comportar-se como uma frente pioneira.

De acordo com os autores citados, nos anos 60, uma nova frente de agricultores chegou ao Sul do Estado. Vieram como consequência da mão-de-obra abundante e ociosa no Paraná e, principalmente, motivados pela grande diferença de preços das terras paranaenses em relação às terras sul-mato-grossenses. Os autores retratam, também, que, a partir de 1969, nova leva de migrantes dirigiu-se para Mato Grosso do Sul: “granjeiros”, fazendeiros de campos oriundos do Estado do Rio Grande do Sul habituados à cultura mecanizada de cereais.

Mato Grosso do Sul continua recebendo, ainda nos dias atuais, um elevado número de pessoas das mais diferentes regiões do Brasil e do exterior: são empresários, operários, profissionais liberais e pequenos e médios agricultores, bem como outros sem qualificações especializadas que vêm em busca de melhores condições de vida. Há que se acrescentar que no Estado destacam-se como centros migratórios as cidades de Campo Grande (capital) e Dourados (segunda maior cidade do Estado).



## 4.2 Aspectos sociais, culturais e lingüísticos

O Estado de Mato Grosso do Sul configura-se como universo cultural, diverso e particular. Martins (2002, p.131) argumenta que o Estado como região fronteiriça com o Paraguai e a Bolívia, conserva matizes culturais específicos por abrigar em seu território grandes diferenças relacionadas aos costumes, à religião e à sociedade. O autor acrescenta que as contribuições culturais indígenas somaram-se à paraguaia, à boliviana, à platina, à andina, à européia e à brasileira e, desta forma, constituíram a pluralidade sociocultural existente no Estado.

Segundo o autor,

As dessemelhanças culturais e a diversidade étnica permitiram a conjugação de diferentes acervos, memórias e tradições, resultado de trocas e do convívio intercultural cotidiano e da transformação das diferenças através de choques, tensões e resistências. O aumento do contingente militar, na década de 1920, e os projetos colonizadores, a partir de 1930 tornaram ainda mais complexas as contribuições e diferenças. Gentes de todas as regiões do país e imigrantes estrangeiros passam a povoar o Mato Grosso do Sul, resultando nessa efervescência cultural. Como corredor, ponto de passagem, de convivência e troca de experiências, propiciou a heterogeneidade, traduzida na sua multinacionalidade, no multilingüísmo, no mosaico de etnias e no pluralismo cultural religioso (Martins, 2002, p.131).

Faz-se necessário mencionar, também, que Mato Grosso do Sul abriga grande parte do Pantanal, uma das mais ricas fauna e flora do planeta e bem sucedido setor de turismo. Segundo Nogueira (1998, p.147), nessa região habitam complexos grupos humanos “que ora favorecem atitudes conservadoras e ora surpreendem pela predisposição para a inovação”. Conforme registra a mesma autora, “o turismo assume proporções gigantescas e a região vê-se constantemente invadida por visitantes das mais inusitadas partes do globo terrestre”.

O grande número de migrantes que o Estado tem recebido, desde o início do seu povoamento, tem, possivelmente, contribuído para a constituição de uma pluralidade lingüística nessa faixa de território. No Estado se instalou um falar que recebe influências notórias das línguas indígenas, que é fortemente influenciado pela língua espanhola nas regiões fronteiriças e que conta com uma mistura lingüística entre o português e o guarani ou entre o português e o espanhol. Na região de Ponta Porã, por exemplo, existe o uso de vanerón (base portuguesa vaner e sufixo espanhol on) para designar vanerão – uma dança típica na região e amigokuera (amigo, base portuguesa, e kuera que marca plural em guarani).

Vislumbra-se, desta forma, a existência de um falar regional que é plural em si mesmo, que deve ser pesquisado e entendido, pois, com certeza, configura, também, aspectos peculiares no que diz respeito à cultura sul-mato-grossense. Torna-se evidente, então, a necessidade de trabalhos que registrem a riqueza da língua popular falada no Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo em se tratando da questão concordância/não concordância verbal, uma vez que não temos conhecimento, até o momento, de nenhum trabalho que aborde este tema específico nesse Estado e, do mesmo modo, contribua para o conhecimento da realidade sociocultural sul-mato-grossense.

## **5. ANÁLISE DOS DADOS**

### **5.1 Introdução**

Nesta parte de nosso trabalho, expomos a análise dos dados de acordo com os cálculos estatísticos desenvolvidos pelos programas computacionais do pacote VARBRUL.

As tabelas que seguem mostram o percentual de aplicação da regra de concordância verbal de acordo com os fatores arrolados na seção que aborda os procedimentos metodológicos.

Lembramos que, inicialmente, apresentamos o quadro que traz os grupos de fatores selecionados pelo programa IVARB em ordem de significância; tanto os fatores lingüísticos como os fatores sociais, assim como os fatores descartados, ou seja, aqueles fatores que não demonstraram relevância estatística no cômputo geral. Logo em seguida as tabelas ficam assim dispostas: tabelas dos fatores lingüísticos de acordo com a ordem de relevância e tabelas dos fatores sociais conforme a ordem de relevância. Finalmente, as últimas tabelas serão as de cruzamento; por meio destas intentamos detalhar a análise dos grupos de fatores selecionados.

Há que ser ressaltado que fizemos o cruzamento de todos os fatores lingüísticos selecionados pelo IVARB com o grupo procedência por ser este o grupo mais importante estatisticamente. Subsequentemente, além destes cruzamentos apresentamos também outros cruzamentos feitos entre os demais fatores sociais, os quais consideramos importantes, uma vez que em nosso *corpus* surgiu um dado interessante e singular, revelando serem os fatores sociais selecionados como estatisticamente mais importantes, favorecedores da CV; o que é incomum.

Geralmente o que temos observado é que os fatores lingüísticos, e não os sociais, é que tendem a se mostrar mais relevantes, influenciando com maior força na concordância verbal, ou, pelo menos, há uma intercalação entre fatores lingüísticos e sociais. No nosso caso, os fatores procedência, sexo e escolaridade (nesta seqüência) foram sucessivamente os três primeiros mais importantes estatisticamente, como veremos a seguir.

Assim, os grupos de fatores selecionados e descartados pelo programa IVARB em ordem de significância foram:

**Quadro 1a: Fatores lingüísticos e sociais selecionados e descartados pelos programas do VARBRUL como estatisticamente relevantes/irrelevantes**

<b>Fatores selecionados</b>	<b>Fatores descartados</b>
1) Procedência	1) Posição do sujeito
2) Sexo	2) Tema/Rema
3) Escolaridade	3) Faixa etária
4) Sujeito Pronominal	4) Valor semântico do sujeito
5) Distância entre sujeito e verbo	5) Categorização semântica do sujeito
6) Paralelismo formal	6) Constituição morfossintática do sujeito
7) Saliência fônica verbal	

**5.2 A realização da concordância verbal – fatores lingüísticos**

**TABELAS REFERENTES AOS DADOS DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL (P6)**

• **Pessoa**

**Tabela 1a – Porcentagem geral de concordância/não-concordância verbal com a terceira pessoa do plural**

<b>Concordância</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº. de ocorrências</b>
Com concordância	47%	393/832
Sem concordância	53%	439/832

Esta tabela apresenta a porcentagem geral das variáveis dependentes presença e ausência da marca de plural em nosso *corpus*.

Do total de 832 ocorrências de terceira pessoa do plural encontradas na amostra do *corpus*, 439 (53%) apresentaram a variante zero de plural nos verbos e o restante das ocorrências, 393 (47%), apresentaram marcas explícitas de concordância nos verbos, obedecendo à regra padrão.

Estes percentuais indicam que o uso da variante não-padrão, em se tratando da CV, não é um fenômeno esporádico, não é um fato particular, mas sim, um fato recorrente em nossa região, ou seja, o uso da forma verbal sem as marcas de plural é bem notada entre os informantes.

Pensamos que a variante padrão deve ser usada com maior frequência pelos falantes que detêm maior escolarização, já que esta variante é a que goza de prestígio social na comunidade, mas isto é algo que ainda precisamos verificar, pois, como afirma Naro (1981), não basta constatar a variação, temos também que identificar as diversas forças – lingüísticas e/ou sociais – (“variable constraints”) que atuam para tornar a regra mais ou menos provável, e é justamente isto que veremos mais adiante: que ambientes sociais e lingüísticos são potencialmente favorecedores da aplicação/não-aplicação da regra de concordância verbal.

#### • Sujeito pronominal

**Tabela 2a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme o sujeito pronominal**

Fatores	Frequência	Probabilidade
Não-pronominal	192/483 = 40%	. 43

Pronominal explícito	139/281 = 49%	. 47
Pronominal não-explícito	62/68 = 91%	. 92
<b>Total</b>	<b>393/832 = 47%</b>	

A variável “sujeito pronominal” foi o primeiro grupo de fatores lingüísticos selecionado pelo IVARB, portanto, estatisticamente, é o grupo de fatores lingüísticos mais importante de todos os analisados como favorecedor da CV. Para esta variável, levantamos a hipótese funcional de que o sujeito pronominal não-explícito favorecia a concordância verbal, pois a ausência física do sujeito eles/elas seria compensada pela presença da desinência verbal. Pensamos que a não presença do sujeito formal, denominado sujeito oculto, apagado, ou ainda, sujeito zero, corresponde a um fenômeno sintático possível na língua portuguesa. Assim, na referência à 3ª pessoa do plural, quando o sujeito não está explícito, mas o verbo está na 3ª pessoa do plural, a própria desinência, como já afirmamos, indica formal e semanticamente o sujeito da oração. Passaremos então a observar os resultados obtidos para vermos se nossa hipótese pôde ser comprovada ou não.

Iniciaremos os trabalhos de análise e comentários a partir da frequência. Em nossa amostra, a aplicação da regra ocorreu com maior intensidade (91%) quando os falantes utilizaram o sujeito pronominal não-explícito; o que confirmou nossa hipótese de que o falante popular ao utilizar o sujeito oculto tende a realizar mais a concordância. Resultado semelhante a este foi percebido por Rodrigues (1987,p.169), também para ela o sujeito oculto apresentou índice maior de presença de CV. A autora concluiu que; “...se o sujeito não se encontra na frase, a desinência verbal não é redundante , e as relações entre verbo e seu sujeito extra-sentencial só podem ser estabelecidas por meio da concordância.”

Se examinarmos atentamente, ainda, a freqüência da tabela 2a, há dois outros índices que se destacam por suas proximidades: de um lado, os casos de sujeito não-pronominal, com 40% de aplicação de concordância e, de outro, as instâncias de sujeito pronominal explícito, com 49%. Isto nos permite interpretar que, para nossos falantes, a citação do pronome explícito e o uso de sujeitos não-pronominais, se comparados, pouca diferença fizeram para que um ou outro fizesse a CV. Preponderantemente, com larga margem de vantagem, nossos informantes obedecem à regra, como já dissemos, quando o sujeito pronominal não está explícito.

Buscamos outros estudos que também trataram da variável sujeito pronominal, para que pudéssemos fazer uma análise comparativa com nossos resultados. São eles: Rodrigues (1987) e Pereira (2004). Rodrigues, ao estudar a fala nas favelas paulistanas, constatou valores altos de freqüência de não-concordância com o sujeito não-pronominal de terceira pessoa (82%). Quanto às ocorrências de sujeito pronominal explícito e não-explícito, a autora percebeu que enquanto no primeiro caso a freqüência de não-realização da regra de concordância era de 72% , no segundo era de apenas 48%. Dados que têm bastante semelhança aos nossos: o sujeito pronominal não-explícito condicionou a flexão verbal, enquanto que o os sujeitos pronominal explícito e não-pronominal favoreceram o uso de formas verbais não-flexionadas.

Quanto ao trabalho de Pereira (2004), ao pesquisar a língua falada nas trilhas das Bandeiras Paulistas, os resultados a que chegou foram pouco semelhantes aos da presente pesquisa. Para a referida autora, a CV apresentou percentual maior quando os falantes utilizavam o sujeito pronominal explícito (41%), seguida pelo sujeito pronominal não-explícito (26%) e pelo sujeito não-pronominal (8%). Observando os nossos dados, percebemos que apesar de as categorias pronominal explícito e não-explícito terem



apresentado resultados opostos aos nossos, já que em nosso trabalho foram as construções orais com o uso do sujeito pronominal não-explicito as que apresentaram maior percentual de CV e não as de sujeito pronominal explícito como ocorreu no trabalho de Pereira, existe um dado que indica certa semelhança; é o caso do sujeito não-pronominal que tanto na pesquisa da autora citada, quanto em nossa pesquisa foi o fator menos favorável à aplicação da regra de concordância verbal.

Para observar o fato de o sujeito pronominal não-explicito não ter se configurado como favorecedor da concordância, a autora propôs-se a fazer o cruzamento com outros fatores, o que pretendemos fazer também para vermos o porquê das frequências de sujeito não-pronominal (40%) e sujeito pronominal explícito (49%) estarem tão próximas.

Em se tratando dos dados de probabilidade, o programa estabeleceu maiores chances de CV também para o sujeito pronominal não-explicito .92; resultados estes que foram ao encontro dos resultados oriundos da frequência. Para as formas alternativas, a saber, o sujeito pronominal explícito e não-pronominal, a probabilidade foi, respectivamente, de .47 e .43, o que não destoou também dos resultados apresentados pela frequência: ambos fatores com tendências desfavoráveis à aplicação da regra.

Sintetizando, podemos afirmar que os dados levam-nos a crer que a variável sujeito pronominal interfere na realização da CV desta comunidade, havendo uma diferença sensível entre os percentuais e a probabilidade em que o sujeito pronominal não está explícito em relação aos casos em que é pronominal explícito e não-pronominal, também explícito, uma vez que se mantém a clareza do discurso, mesmo não havendo sujeito pronominal explícito. As marcas de pluralidade no verbo garantem a referência a um item plural, mesmo que este não venha explícito.

• **Distância entre sujeito e verbo**

**Tabela 3a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a distância entre sujeito e verbo**

<b>Fatores</b>	<b>Frequência</b>	<b>Probabilidade</b>
Presença de 1 ou 2 sílabas	66/166 = 40%	. 48
Ausência de material fônico	253/507 = 50%	. 60
Presença de 3 ou mais sílabas	74/159 = 47%	. 24
<b>Total</b>	<b>393/832 = 47%</b>	

O fator distância entre sujeito e verbo apareceu, em nosso *corpus*, como o segundo fator lingüístico, na ordem geral de relevância, favorecedor da aplicação de CV. Após leituras de trabalhos desenvolvidos por Rodrigues (1997), Scherre (1997), Naro (1981) e Guy (1981) que demonstraram ser importante este grupo de fatores na aplicação/não aplicação da CV, estabelecemos a hipótese de que quanto mais próximo ao verbo o sujeito se encontrar, mais facilmente fará uso da regra, sendo o contrário também verdadeiro: quanto mais distante do verbo estiver o sujeito, menores probabilidades de concordância fazem-se presentes.

Isto se dá, segundo Naro e Scherre (1999 a) porque, quando existe uma relação mais direta entre sujeito e verbo, existem poucas chances de que alguma coisa “interfira” ou “desvie” a realização da concordância, porém, quanto menos evidente for esta relação, cresce a possibilidade de “interferência” ou “desvio” que leva à não marcação de plural.

Os dados de frequência permitem-nos observar que os percentuais dos três fatores estão muito próximos um do outro: ausência de material fônico (50%), presença de três ou mais sílabas (47%) e presença de 1 ou 2 sílabas (40%). Vemos que entre o maior percentual de CV e o menor existe uma diferença de apenas 10 pontos percentuais e que esta diferença diminui ainda mais quando somamos o percentual das três categorias e buscamos uma média; temos, então, um ténue percentual médio de 4,5 pontos.

Diante destes números não negamos que, no *corpus* analisado, a ausência de material fônico entre sujeito e verbo tenha favorecido a regra de CV, mas, por outro lado, não podemos afirmar, também, que tenha exercido grande influência ou que tenha sido decisiva na CV, como constataram os estudos de Naro e Scherre (1999b). Para estes pesquisadores, quando entre o sujeito e o verbo não havia nenhum material interveniente a concordância verbal chegava a 82% , enquanto que a presença de 3 ou mais sílabas fazia com que o percentual caísse para 60%, o que produziu uma diferença de 22 pontos percentuais.

Assim, quando analisamos, em nossos dados, as mesmas categorias sobre as quais nos referimos no trabalho de Naro e Scherre, o que percebemos é que há uma diferença de somente 3 pontos percentuais entre uma e outra (ausência de material fônico 50% e presença de 3 ou mais sílabas 47%); portanto, bem menor se comparada à diferença apresentada pelos autores citados, o que explica nossa afirmação, há pouco feita, de que a ausência de material fônico não foi decisiva para a CV.

**Achamos importante observar que os informantes com que trabalhamos têm como grau máximo de escolarização o Ensino Fundamental completo, o que corresponde a 8**

anos de estudos e que a maioria pertence à zona rural. Já na pesquisa citada, feita por Naro e Schere (1999b), seus informantes tinham como grau máximo de escolarização o Ensino Médio e eram da zona urbana. Acreditamos que estes fatores sociais devam ter interferido nos resultados, ou seja, informantes urbanos detentores de maior escolaridade atenderam mais à regra de CV à medida que ficava menor distância entre sujeito e verbo, da mesma forma que nossos informantes, com menor escolaridade, oriundos da zona rural, fizeram semelhante distinção, porém não com as mesmas diferenças percentuais que os outros informantes, hipótese que poderá ser confirmada ou não quando passarmos a analisar os cruzamentos.

Os dados da probabilidade mostram-nos uma relevância maior do subfator lingüístico, material interveniente entre o sujeito e o verbo, para a concordância verbal. A probabilidade tendeu a ser favorável (.60) para a realização da regra quando nenhum material interveniente ficou entre o sujeito e o verbo. Para o subfator presença de 1 ou 2 sílabas, a probabilidade foi de .48, caindo para .24 quando houve a presença de 3 ou mais sílabas.

As diferenças de probabilidades entre alguns subfatores foram significativas. Ao compararmos a probabilidade de CV, quando há

ausência de material interveniente (.60) com a probabilidade de CV quando existem 3 ou mais sílabas (.24), vemos que a diferença é relevante. A distância física bastante forte entre determinante e determinado inibe a CV, o que indica uma correlação difícil entre os dois membros (sujeito e verbo), como afirmam Lemle & Naro (1977). Olhando para a variante, presença de 1 ou 2 sílabas entre o sujeito e o verbo, a tendência para a aplicação da regra foi para .48, próxima da probabilidade dos casos em que há ausência de material interveniente, o que pode significar que há momentos em que a presença de uma única sílaba não é relevante, pois, em muitos casos, essa mesma sílaba constitui uma única unidade fônica com o próprio verbo.

Nossos dados, se buscarmos fazer uma comparação com os de Naro (1981), estão bastante próximos. As características sociais dos dois grupos de informantes também se assemelham, pois o pesquisador trabalhou com analfabetos e alfabetizados das primeiras séries do “primário”. Vejamos que para Naro o sujeito imediatamente anteposto ao verbo indicou probabilidade .71, seguida por .41 para o sujeito distante do verbo até 3 sílabas e .24 para o sujeito distante do verbo em mais de 3 sílabas.

Voltando aos nossos dados, de maneira geral, eles demonstraram que as

construções com sujeito próximo ao verbo (ausência de material fônico) favorecem mais o atendimento à regra que as construções em que existe maior número de material fônico entre o sujeito e o verbo.

• **Paralelismo formal**

**Tabela 4a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme o paralelismo formal**

<b>Fatores</b>	<b>Frequência</b>	<b>Probabilidade</b>
Marca formal de plural em todos os elementos	255/490 = 52%	. 56
Ausência de marca formal de plural no 2º elemento	84/284 = 30%	. 39
<b>Total</b>	<b>331/774 = 44%</b>	

Para observar como se daria a aplicação/não-aplicação da regra para o fator paralelismo formal, fizemos duas subdivisões; marca formal de plural em todos os elementos e ausência de marca formal de plural no 2º elemento, como já explicitado na seção que trata da metodologia, porque quando selecionamos nosso *corpus* notamos que o maior número de ocorrências surgiram a partir destes dois fatores.

O paralelismo formal foi o terceiro fator lingüístico selecionado pelo IVARB como estatisticamente possibilitador da aplicação da regra de CV. Os resultados desta tabela confirmam o princípio do paralelismo formal (Scherre e Naro, 1993), de que marcas

explícitas de plural no sujeito levam à presença de marcas de plural no verbo, assim como sujeito com marca zero de plural favorece a marca zero de plural no verbo.

Percebemos que quando há presença de marca de plural em todos os elementos que compõem o SN sujeito, como em (37) *Us meninus eram bem trabalhadô...* (RMF, 565), (38)... *eles gostam dela...* (VRP, 318), o percentual para concordância verbal chega a 52%.

Quando, por sua vez, o falante não segue a regra de CV e constrói orações como (39) *...os melhor médico é da capital...* (VRP, 323), (40) *...esses índio de lá falô muita coisa...* (ICT, 709), o percentual de concordância cai para 30%. Notamos que os percentuais elencados confirmam nossa hipótese de que ocorreria mais casos de CV quando os sujeitos apresentassem marcas explícitas de plural. Acreditamos, portanto, que esta “repetição” de sujeito pluralizado, de certa forma, requer verbo no plural, apresentando caráter mecânico, ou seja, o falante sequer tem consciência do que está fazendo, as formas gramaticais internas da estrutura da língua atuam por si desencadeando um processo de atração ou rejeição da marca de plural.

Voltando nosso olhar para as probabilidades, os valores reforçam o que a frequência revelou, pois para a marca formal de plural, em todos os elementos, o valor . 56 indica tendência favorável para realização da regra, enquanto que para a ausência de marca formal de plural no 2º elemento, o valor cai bastante: . 39. Sabemos que isto ocorre também, além do automatismo, acima citado, porque é característica desse princípio o fato de as formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, logo, se o SN traz todas as marcas de plural o SV também apresenta a tendência a tê-las, o contrário também ocorrendo.

Gostaríamos, porém, de chamar a atenção para o fato de que o valor de probabilidade . 56 para a marca formal de plural em todos os elementos, apesar de indicar possibilidade de atendimento à regra, porque está acima de . 50, não chega a ser expressivo no sentido de favorecer a regra, pois não está tão distante assim da neutralidade. Esperávamos, de fato, que a probabilidade fosse maior. Neste caso pretendemos saber o que retraiu este número, ou melhor, analisar quando cruzarmos com os fatores sociais , se estes últimos não tenderão mais a favorecer a CV se comparados ao fator lingüístico em questão.

De toda forma, a partir dos dados expostos, observamos que em nosso *corpus* os SNs marcados pelo plural em todos os seus elementos foram os que mais ocorreram, refutando a hipótese de que essas marcações poderiam causar redundâncias absolutamente desnecessárias e, assim, deixarem de ser utilizadas. Com nossos informantes isto não se confirmou, pois marcam os elementos do SN de maneira bastante recorrente, apesar, e isto é muito importante, de o maior nível de escolaridade ser o Ensino Fundamental completo e grande parte deles serem de procedência rural.

• **Saliência fônica verbal**

**Tabela 5a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a saliência fônica verbal**

<b>Fatores</b>	<b>Frequência</b>	<b>Probabilidade</b>
W (é/são)	58/97 = 60%	. 70
F (fez/fizeram)	57/98 = 58%	. 57
R (fala/falam)	127/331 = 38%	. 42
E (falou/falaram)	102/181 = 56%	. 57
L (dá/dão)	33/78 = 42%	. 41



V (faz/fazem)	16/31 = 34%	. 35
<b>Total</b>	<b>393/832 = 47%</b>	

Fundamentamos nossa análise na observação básica sugerida por Lemle e Naro (1977) de que a crescente saliência fônica da oposição singular/plural está correlacionada com a probabilidade crescente de concordância, ou seja, o grau de saliência fônica relaciona-se com a aplicação da regra. Desta maneira, quanto menor for a diferença entre as formas não-marcada e marcada, ou quanto menor for o grau de perceptibilidade da diferença fônica entre elas, maior será a possibilidade de ela se anular.

Portanto, baseando-nos no princípio da saliência, estabelecemos a hipótese de que quanto maior ou mais saliente a diferença material entre as formas verbais do singular e plural, maior a probabilidade de aplicação da concordância, assim como, quanto menor ou menos saliente essa diferença, menor a chance de realização da regra.

**Inicialmente, o que nos chamou bastante a atenção foi, justamente, o fato de o grupo de fatores da saliência fônica verbal ter ficado em último lugar na escala de relevância que aparece no quadro 1a, logo no início desta seção, pois nos vários trabalhos que temos lido, há certa recorrência deste grupo de fatores ocupar uma posição mais favorável à CV; 1º ou 2º lugares.**

Do ponto de vista da frequência, observando a tabela 5a, no tocante à aplicação da regra de concordância, a primeira posição coube à classe das formas completamente distintas, como em (41) ... eles são muito froxo... (RDD, 722).

Nesta classe, a frequência da CV atingiu o percentual de 60%, portanto o princípio da saliência fônica exerceu, sobre o verbo *ser*, grande influência fazendo com que o verbo trouxesse as devidas marcas do plural, porém esta observação não se aplica para todos os tempos e modos, do verbo *ser* como formas essas que pertencem a outro tipo de saliência fônica.

A segunda posição coube à classe que caracteriza as formas verbais dos pretéritos perfeitos irregulares, com 58% de concordâncias sendo feitas. Nesta classe, a oposição se realiza pelo avanço do acento tônico do radical para a desinência – subfator fez/fizeram - com a variação do grau de abertura da vogal tônica, como nos exemplos (42) ...que eles fizeram muita coisa errada... (MLOC, 347), (43) ...até agora as mulher quiseram nada disso... (RQS, 30).

Em terceira posição ficou a classe dos pretéritos perfeitos regulares, independente da conjugação, com 56% de CV. Os exemplos que seguem ilustram os dados desta classe: (44) Os piá aprendero a lição na marra... (DFI, 81), (45) ... durmiram de vez aqueles home... (ACC, 25). Tais verbos apresentaram mais marcas de plural porque são de oposição mais marcada.

Seguindo, ainda, com os fatores que compõem o 2º nível; pares cujos segmentos fonéticos com valor mórfico são acentuados em pelo menos um membro de oposição, a quarta posição foi destinada à classe dos verbos em que o elemento vocálico tônico oral no singular contrasta com o ditongo tônico nasal no plural. Para esta classe de verbos o predomínio da presença de concordância chegou a 42%.

Há que se pontuar que houve mais correlações de CV entre os determinantes sujeitos de 3ª pessoa do plural e seus verbos determinados nas situações em que esses

verbos pertencem ao 2º nível, resultado que foi ao encontro do princípio da saliência fônica verbal, confirmando nossa hipótese. Porém, as classes que compõem o 2º nível apresentaram uma variação nos índices de frequência bastante contígua, exceto esta última, a L (verbos dá/dão), que foi a que maior diferença percentual apresentou se comparada à classe E (verbos falou/falaram); diferença de 14 pontos percentuais. Desta forma, podemos afirmar que houve tendência de semelhança de comportamento entre elas, principalmente entre as classes W, F e E.

Quanto ao 1º nível: pares cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados em ambos os membros, verificamos que os percentuais de concordância foram bem baixos.

A quinta ou penúltima posição favorável a CV, na frequência, ficou para a classe dos verbos regulares, em que a diferença entre singular e plural reside na nasalidade.

Estes verbos, por serem menos salientes de um ponto de vista fonológico, inibiram a concordância e apresentaram apenas 38% de concordâncias realizadas. Nesta classe, construções como (37) ... os macanudo lá da vila se defende que só veno... (SMA, 33) e (38) Eles fala que us dois lá... (RBTS, 122), por conta baixa saliência fônica verbal, tenderam à falta de concordância verbal.

Finalmente, na sexta e última posição estão os verbos em que a diferença entre o singular e o plural está em uma vogal final átona, possivelmente nasalada. Nesta classe de verbos somente 34% de atendimento à regra aconteceu; percentual bem baixo.

Do ponto de vista da probabilidade, percebemos que surgiram alguns dados diferenciados do que vimos na frequência. Os verbos pertencentes ao 2º nível, portanto as classes W(é/são), F(fez/fizeram) e E (falou/falaram), apresentaram respectivamente,

tendência favorável à CV; . 70 e . 57, indo ao encontro dos percentuais que expusemos há pouco. Porém, neste mesmo nível, os verbos da classe L (dá/dão) que deveriam, segundo o princípio da saliência fônica verbal, tender a obedecer a regra, apresentaram probabilidade de . 41, o que demonstra o contrário; tendência à falta de CV. Interessante se faz observarmos como os verbos dessa classe irão comportar-se quando os cruzamentos com os fatores sociais forem feitos.

De modo geral, podemos perceber que as correlações de CV se elevam quanto maior for a diferença fônica. Porém, o subfator R do 1º nível apresenta uma diferença de apenas . 1 a menos do que o menor subfator L do 2º nível, como se pode conferir nesta tabela 5 a que estamos estudando. Esta insignificante diferença esclarece porque a variável “Saliência fônica verbal” apareceu nos dados gerais dos fatores lingüísticos e sociais indicados pelo IVARB em último lugar de relevância.

### **5.3 A realização da concordância verbal – fatores sociais**

Como já pontuamos no início desta seção, foram os fatores sociais, em nosso *corpus*, que apareceram como estatisticamente mais relevantes para a CV. A partir de agora, analisaremos os três primeiros fatores: procedência, sexo e escolaridade, apresentados, respectivamente, em primeiro, segundo e terceiro lugares.

#### **Tabelas referentes aos dados de terceira pessoa do plural (P6)**

- **Procedência**

**Tabela 6a – Freqüência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a procedência**

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Probabilidade</b>
Rural	132/493 = 27%	. 29
Urbana	261/339 = 77%	. 79
<b>Total</b>	<b>393/832 = 47%</b>	

Afirmamos em 3.4.2., quando descrevemos as variáveis independentes, que grande parte da população que forma a comunidade sul-mato-grossense tem raízes na zona rural. Quanto aos informantes que selecionamos para nossa pesquisa, é muito importante a característica relativa à procedência, pois quase 60% deles são da zona rural; dos 144 informantes que compõem nosso *corpus*, 85 têm procedência da zona rural.

Para este fator, portanto, estabelecemos a hipótese de que falantes rurais tenderiam a não realizar a CV, com uma freqüência maior do que os falantes urbanos, e os cálculos computacionais além de confirmarem nossa hipótese revelaram que este fator de procedência foi o mais importante para a realização da regra em P6, aparecendo em 1º lugar.

Vemos que os falantes da zona rural empregam mais frequentemente as formas verbais não-marcadas do que os falantes da região urbana: dentre os falantes rurais, apenas 27% das ocorrências atenderam à regra, contra 77% das ocorrências oriundas de falantes urbanos que seguem a norma.

Quanto à probabilidade, a tendência favorável à CV também é dos informantes da zona urbana, .79, ficando uma probabilidade bastante baixa, de apenas .29 para os informantes rurais; diferença notável, que nos possibilita afirmarmos que o falar rural de nosso Estado foi ainda pouco afetado pelo estigma, pelo preconceito que os hábitos

lingüísticos que não atendem à regra sofrem na zona urbana, apesar de as localidades rurais serem bem próximas às localidades urbanas e do convívio freqüente entre ambas.

• **Sexo**

**Tabela 7a – Freqüência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme o sexo**

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Probabilidade</b>
Feminino	257/346 = 74%	. 77
Masculino	136/486 = 28%	. 30
<b>Total</b>	<b>393/832 = 47%</b>	

O fator social sexo foi o segundo na ordem geral de relevância, portanto mostrou-se bem significativo para a P6.

Estudos sociolingüísticos já demonstraram que há uma tendência de as mulheres aproximarem-se da norma padrão, ou seja, de usarem a variedade lingüística de prestígio, se comparadas aos homens. Sobre este assunto, Trudgill (1974) afirma que esta idéia de que mulheres, provavelmente, devam usar a norma padrão com maior freqüência que os homens, nada mais é do que um reflexo do fato de que se espera da mulher um comportamento social mais “correto”.

E é justamente o que comprova Bortoni Ricardo (1985) quando em sua pesquisa percebeu, como afirmou Trudgill (1974), que esperar um tipo de comportamento necessariamente não quer dizer que este comportamento se dê.

Assim, Bortoni Ricardo descobriu que, na 3ª pessoa do plural, os homens usavam com maior freqüência a regra, se comparados às mulheres.

Quanto à nossa pesquisa, nossa hipótese era de que as mulheres se mostrassem mais receptivas à atuação normatizadora da escola e tendessem a preferir a variante padrão, no caso, a marcação da regra de concordância verbal.

Observando os resultados fornecidos pela tabela 7 a, percebemos a confirmação de nossa hipótese, pois a concordância entre as mulheres chegou a 74%, enquanto que a dos homens não ultrapassou o baixo percentual de 28%. Mas, os resultados apontaram para muito além da confirmação de nossa hipótese, eles nos deram percentuais bastante altos de CV; o que não esperávamos. A diferença percentual da vantagem que as mulheres apresentaram para a realização da regra se comparada aos homens atingiu 46 pontos percentuais.

Vemos que, apesar de grande parte dos informantes serem de procedência rural, ainda neste meio são as mulheres, indiscutivelmente, as que mais se preocupam com o modo de falar. Este dado nos leva a alguns questionamentos, dentre eles, pensamos que apesar de serem os homens que, na grande maioria dos casos no meio rural, saem em busca do sustento de suas famílias, convivendo, portanto, mais com outras pessoas, de outros meios e possivelmente de diferentes graus de escolaridade, e, no caso das mulheres, ficarem a maior parte do tempo em casa, por que, ainda assim, os homens apresentaram uma frequência tão baixa de CV? Será que isto poderia estar relacionado à escolaridade?

Será que os trabalhos desenvolvidos pelos homens, desta comunidade sob análise, são trabalhos que não lhes conferem maiores privilégios, ou seja, mesmo saindo fora de casa para exercerem suas profissões, estas não lhes permitem um convívio com diversificados falares; variantes de prestígio, por exemplo?

Também ao voltarmos nosso olhar para a probabilidade, os pesos relativos corroboram os resultados da frequência, ao indicarem probabilidade de CV para mulheres e homens, respectivamente, de .77 e .30. As informantes femininas que compõem nosso *corpus* são, portanto, mais sensíveis aos modelos de prestígio, independentemente, se rurais ou urbanas.

### • Escolaridade

**Tabela 8a – Frequência e probabilidade de aplicação da regra de CV (P6) conforme a escolaridade**

Fatores		Frequência	Probabilidade
Analfabeto		38/169 = 22%	.24
Ensino incompleto	Fundamental	103/297 = 35%	.40
Ensino completo	Fundamental	252/366 = 69%	.70
<b>Total</b>		<b>393/832 = 47%</b>	

A variável grau de escolaridade, de acordo com estudos já realizados por Rodrigues (1997), Scherre e Naro (1997), Monguilhott (2001), entre outros, teve grande interferência na presença ou não da concordância verbal, pois, conforme o grau de escolaridade aumenta, a aplicação da regra também cresce.

Os programas do pacote computacional VARBRUL mostraram que o grau de escolaridade foi bastante importante para a caracterização do estrato sociolingüístico em nossa região.

Em nossa pesquisa, o fator social escolaridade foi o terceiro grupo a ser selecionado na ordem geral de relevância para a terceira pessoa do plural. Os resultados registrados indicam que o índice de não-aplicação da CV é bem maior entre os falantes analfabetos e com menor nível de escolaridade, no caso, o Ensino Fundamental incompleto. Os percentuais de frequência para a CV entre os informantes analfabetos



chegou somente a 22%, logo depois os informantes com Ensino Fundamental incompleto atingiram a marca percentual de 35% e, finalmente, aqueles que conseguiram terminar o Ensino Fundamental realizaram a CV em 69% das ocorrências; o que é um número bem expressivo.

Desta forma, a hipótese por nós estabelecida na seção 3, de que os informantes escolarizados tenderiam a utilizar a variante de prestígio e de que os não escolarizados aproximar-se-iam da variante desprestigiada foi somente em parte confirmada, uma vez que os poucos anos de escolaridade não garantiram o aprendizado do uso da CV, visto que aqueles que tinham somente o Ensino Fundamental incompleto não atingiram um percentual muito diferenciado do percentual dos não escolarizados, diferença de apenas 13 pontos percentuais.

Da mesma forma quando observamos a probabilidade, os números também confirmam os resultados da frequência, na medida em que o P.R .40 do Ensino Fundamental incompleto caracteriza o desfavorecimento à aplicação da regra. Esta situação de proximidades entre frequência e P.R para analfabetos e detentores do Ensino Fundamental incompleto é digna de atenção e pode encontrar uma explicação, de certa forma, na exposição de Rodrigues (1987, p.95), quando afirma que o “(...) falante “popular” (...) não chega a dominar as regras da língua padrão, com a qual não se familiariza por não ter oportunidade de ouvi-la diuturnamente...”.

Por outro lado, a probabilidade da presença de concordância verbal cresce significativamente quando os informantes possuem o Ensino Fundamental completo atingindo P.R .70, resultado que veio confirmar nossa hipótese de que os informantes escolarizados tenderiam a obedecer mais a regra de CV.

De qualquer forma, fica clara a necessidade do período escolar para que o informante passe a “dominar” melhor o uso da língua padrão. Sabemos das limitações da instituição Escola, na medida em que “(...) estabelece a língua correta, um modelo de língua culta, vista como superior, alçada acima de outras variedades subordinadas”. (Rodrigues, 1987, p.84), o que gera preconceitos lingüísticos que discriminam socialmente o falante iletrado ou aquele falante com menor tempo de escolaridade, por não conseguir “acompanhar” o dialeto padrão, por exemplo, não pluralizando verbos e nomes. Mesmo assim, sua importância e interferência são inegáveis.

Gostaríamos, porém, de ressaltar a necessidade de que esses estudos devam ser completados com dados referentes ao Ensino médio e/ou Superior, para que possamos ter uma visão maior da interferência da escola no uso da concordância verbal.

#### **5.4 Análises dos cruzamentos entre os grupos de fatores sociais e lingüísticos considerados relevantes para a terceira pessoa do plural**

##### **Quadro 2: Grupos de fatores sociais e lingüísticos selecionados como estatisticamente relevantes pelos programas do VARBRUL**

<b>Fatores selecionados</b>
1) Procedência
2) Sexo
3) Escolaridade
4) Sujeito Pronominal
5) Distância entre sujeito e verbo
6) Paralelismo formal
7) Saliência fônica verbal

**Tabela 9a – Presença de CV segundo a procedência e a saliência fônica verbal**

Saliência Fônica	é/são		fez/fizeram		fala/falam		falou/falaram		dá/dão		faz/fazem		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Rural	21/55	38	14/47	30	44/210	21	36/101	36	13/52	25	04/28	14	132/493	27
Urbano	37/42	88	43/51	84	83/121	69	66/80	83	20/26	77	12/19	63	261/339	77
Total	58/97	60	57/98	58	127/331	38	102/181	56	33/78	42	16/47	34	393/832	48

De maneira geral os resultados desta tabela indicam a preponderância do fator social procedência sobre o fator lingüístico saliência fônica verbal. Vemos que independentemente de a forma verbal utilizada pelos informantes rurais pertencer a um grupo de maior saliência, como por exemplo, *dá/dão* ou pertencer a um grupo de menor saliência, como por exemplo *fala/falam*, percebemos que o percentual de concordância não se distancia numericamente muito um do outro, pois para o grupo *dá/dão* os informantes rurais chegam a realizar 25% de CV e para o grupo *fala/falam* 21%, assim se o grupo da saliência fônica efetivamente tivesse um peso maior, deveriam, estes informantes, ter apresentado um percentual mais diferenciado quando usassem as formas verbais citadas.

De modo semelhante, os informantes urbanos chegaram a fazer 77% de uso da regra de CV com as formas verbais mais salientes *dá/dão* e 69% com as formas verbais menos salientes *fala/falam*.

A aproximação numérica dos percentuais referentes aos vários tipos de saliência fônica se repete em cada um dos subfatores de procedência dos informantes, como pode ser observado na tabela 9a.

Os percentuais da tabela reforçam os dados do IVARB que apresentou a procedência dos informantes como o fator mais relevante de todos, inclusive considerando os lingüísticos, e a saliência fônica verbal como o fator menos relevante para a aplicação da regra de concordância verbal. (ver página 136).

**Tabela 10a – Presença de CV segundo a procedência e o paralelismo formal**

Paralelismo Formal	Marca formal de plural em todos os elementos		Ausência de marca formal de plural no 2º elemento		Total	
	F	%	F	%	F	%
Rural	81/270	30	35/203	17	116/473	25
Urbano	174/220	79	49/81	60	223/301	74
Total	225/490	52	84/284	30	339/774	44

A tabela 10a mostra-nos a atuação do princípio do paralelismo formal juntamente com o fator social procedência.

Os dados da tabela podem nos levar a crer que a procedência exerce maior influência sobre a CV do que o paralelismo formal porque são os informantes da zona rural que apresentam os menores índices de concordância, independentemente de o sujeito trazer todas as marcas de plural ou não, assim como são os informantes urbanos que, seja com o sujeito trazendo todas as marcas de plural ou não, apresentam os maiores percentuais de atendimento à regra.

Porém, ao observarmos a tabela horizontalmente, podemos notar, também, certa influência do princípio do paralelismo porque dentre os informantes da zona rural, a freqüência de CV é maior quando há marca formal de plural em todos os elementos que compõem o SN (30%) do que quando há marca formal de plural somente no 1º elemento do SN (17%).

Situação que se repete com os informantes urbanos, porém de forma mais acentuada: marcas formais em todos os elementos, 79% de CV e marcas somente no 1º elemento, 60% de CV.

Embora haja esta diferença percentual, por exemplo, entre os falantes urbanos, no caso de os SNs desempenhando a função de sujeito terem todas as marcas de plural ou não, podemos afirmar que esta diferença ainda é pouco representativa numericamente: 79% para os sujeitos com marca formal de plural apenas no 1º elemento.

Esse fato vem confirmar o predomínio do fator social procedência sobre o lingüístico paralelismo formal, o que reforça os resultados apresentados pelo IVARB, quando traz a procedência em primeiro lugar na escala de importância dos fatores e o paralelismo em penúltimo lugar.

**Tabela 11a – Presença de CV segundo a procedência e a distância entre o sujeito e verbo**

Distância entre sujeito e verbo	Presença de 1 ou 2 sílabas		Ausência de material fônico		Presença de 3 ou mais sílabas		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Rural	23/104	22	86/296	29	23/93	25	132/493	27
Urbano	43/62	69	167/211	79	51/66	77	271/339	77
Total	66/166	39	253/507	49	74/159	46	403/832	48

Nesta tabela cruzamos o fator social procedência com o fator lingüístico distância entre o sujeito e verbo e ficou evidente que o fator social interferiu na CV bem mais que o fator lingüístico.

Quando observamos os informantes rurais e direcionamos o olhar para o comportamento que tiveram ao utilizarem construções com ausência de material fônico, presença de 1 ou 2 sílabas ou presença de 3 ou mais sílabas, os percentuais foram, respectivamente, 29%, 22% e 25%, portanto muito próximos, o que demonstra a pouca interferência do grupo dos fatores lingüísticos.

Estes dados praticamente se repetem com os informantes urbanos, pois com a ausência de material fônico, a CV chegou a 79%, com a presença de 1 ou 2 sílabas, 69% e com a presença de 3 ou mais sílabas, 77%.

O que também é interessante nestes resultados é que esperávamos que os percentuais de concordância fossem diminuindo, à medida que aumentasse o material fônico interveniente entre o sujeito e verbo.

Vimos, no entanto, que não foi isto que aconteceu, nem para os informantes rurais, nem para os informantes urbanos. O que aconteceu foi, justamente, o oposto: o percentual de CV foi maior com a presença de 3 ou mais sílabas do que com a presença de 1 ou 2 sílabas, reforçando a pouca influência da distância do sujeito, em relação ao verbo, principalmente no caso destes últimos subfatores.

Os resultados reiteram a força do fator social procedência sobre o fator lingüístico distância entre o sujeito e o verbo, como se vê no quadro da p.136 em que a procedência foi apresentada como o fator mais importante de todos e a distância entre sujeito e verbo ficou em 5º lugar.

**Tabela 12a – Presença de CV segundo a procedência e a presença/ausência do sujeito pronominal**

<b>Presença/ausência do sujeito pronominal</b>	<b>Não pronominal</b>		<b>Pronominal Explícito</b>		<b>Pronominal não-explicito</b>		<b>Total</b>	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Rural	71/312	23	41/155	26	20/26	77	132/493	27
Urbano	121/171	71	98/126	78	42/42	100	261/339	77
Total	192/483	40	139/281	49	62/68	91	393/832	47

Esta tabela que cruza o fator social procedência com o fator lingüístico presença/ausência do sujeito pronominal exigiu um olhar mais atento de nossa parte porque, a princípio, somos levados a “ver” como fator favorecedor da regra somente o social, uma vez que foram os informantes urbanos os que mais concordaram (77%) e os rurais os que menos concordaram (27%). Mas, ao observarmos com mais atenção, este fato não se apresenta desta forma.

Vejamos que, realmente, quando os informantes rurais utilizam os sujeitos não pronominal e pronominal explícito, o fator lingüístico não teve peso significativo porque, respectivamente, os percentuais se apresentaram bem próximos; 23% e 26%. O mesmo ocorreu com os informantes urbanos, em que os percentuais de atendimento à regra para o uso do sujeito não pronominal e pronominal explícito foram de 71% e 78%.

Porém, quando os informantes fazem uso do sujeito pronominal não-explicito, há uma alteração nos resultados. Tanto informantes rurais, quanto informantes urbanos atingem percentuais de favorecimento à regra próximos uns dos outros; os rurais chegando a 77% e os urbanos a 100%, o que prova que, neste caso específico, o fator lingüístico sujeito pronominal não-explicito exerceu mais interferência na aplicação da regra do que o social.

Se voltarmos, então, a olhar a ordem dos fatores apresentados pelo IVARB como estatisticamente, relevantes veremos que o fator lingüístico sujeito pronominal foi o primeiro na ordem de importância dentre todos os fatores lingüísticos que investigamos, fato que foi confirmado por este cruzamento, uma vez que o subfator sujeito pronominal não-explicito teve características próprias em relação aos demais.

**Tabela 13a – Presença de CV segundo o sexo e a saliência fônica verbal**

Saliência Fônica	é/são		fez/fizeram		fala/falam		falou/falaram		dá/dão		faz/fazem		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Feminino	34/46	74	42/49	86	78/117	67	71/84	85	22/36	61	10/14	71	257/346	74
Masculino	24/51	47	15/49	31	49/214	23	31/97	32	11/42	26	6/33	18	136/486	28
<b>Total</b>	<b>58/97</b>	<b>60</b>	<b>57/98</b>	<b>58</b>	<b>127/331</b>	<b>38</b>	<b>102/181</b>	<b>56</b>	<b>33/78</b>	<b>42</b>	<b>16/47</b>	<b>34</b>	<b>393/832</b>	<b>47</b>

A tabela 13 a expõe os resultados do cruzamento do fator social sexo e do fator lingüístico saliência fônica verbal.

Nossos dados indicam a tendência do fator sexo interferir mais na concordância se comparado ao fator saliência fônica verbal. Na totalidade dos dados, as mulheres apresentam mais casos de concordância verbal; atingiram o percentual de 74%, enquanto os homens não ultrapassam 28%, observando que estas concordâncias ocorrem independentemente de os informantes terem feito uso de formais verbais mais ou menos salientes. Assim, quando construíram enunciados utilizando verbos de maior ou menor saliência fônica, os percentuais mantiveram-se muito próximos.

A afirmação acima é comprovada quando tomamos para exemplificação o caso das informantes femininas que ao fazerem uso das formas *é/são* e *faz/fazem*,



respectivamente, as primeiras da mais alta saliência e as segundas da mais baixa, os percentuais foram bem próximos: 74% e 71%. Os demais percentuais não apresentam diferença significativa com relação aos vários graus de saliência fônica.

Comparando estes resultados com os dos informantes masculinos, tomamos como amostra os percentuais relativos aos verbos *fala/falam* e *dá/dão* que apesar de terem uma diferença significativa de saliência fônica, apresentam percentuais muito próximos: 23% e 26%. Relacionando estes dados com os demais verbos, observamos um percentual pouco diferenciado em todos os tipos de saliência verbal, excetuando o caso do verbo *ser* que aqui apresentou um percentual diferenciado em relação aos demais.

Realmente, o verbo *ser* é aquele que apresenta maior grau de saliência fônica, e o maior percentual de CV se justificaria em função deste fato.

De um modo geral, excetuando o caso do verbo *ser* em falantes do sexo masculino, há o predomínio do fator social sobre o lingüístico, fato comprovado pelas informações fornecidas pelo programa IVARB, que apresenta o sexo como o 2º fator na escala de importância dos fatores e a saliência fônica como o último.

**Tabela 14a – Presença de CV segundo o sexo e o paralelismo formal**

Paralelismo Formal	Marca formal de plural em todos os elementos		Ausência de marca formal de plural no 2º elemento		Total	
	F	%	F	%	F	%
Feminino	176/223	79	47/89	53	223/312	71
Masculino	79/267	30	37/195	19	116/462	25
<b>Total</b>	<b>225/490</b>	<b>52</b>	<b>84/284</b>	<b>30</b>	<b>339/774</b>	<b>44</b>

A tabela 14a mostra-nos a atuação do princípio do paralelismo formal juntamente com o fator social sexo.

Os dados da tabela, em um primeiro momento, fazem-nos entender que o fator social sexo exerce maior influência sobre a CV do que o paralelismo formal porque são os informantes do sexo feminino que apresentam os maiores percentuais de concordância, independentemente de o sujeito trazer todas as marcas de plural ou não, assim como são os informantes do sexo masculino que, semelhantemente, fazem menos concordância, seja com marca formal de plural em todos os elementos ou com a ausência de marca formal de plural no 2º elemento.

Porém, há que se observar que o princípio do paralelismo também teve certa influência uma vez que entre os informantes do sexo feminino o percentual de concordância é maior quando há marca formal de plural em todos os elementos (79%) se comparado ao percentual de CV quando há marca formal de plural somente no 1º elemento do SN (53%).

Este mesmo fato se repete com os informantes do sexo masculino, porém com percentuais menores: marca formal de plural em todos os elementos (30%) e ausência de marca formal de plural no 2º elemento (19%).

Apesar de termos as diferenças percentuais que acabamos de expor, ainda assim, elas são pouco representativas numericamente e isto vem reiterar, em nosso *corpus*, a força que o fator social tem sobre o lingüístico, como já observamos no quadro 2 da p.136.

**Tabela 15a – Presença de CV segundo o sexo e a distância entre sujeito e verbo**

Distância entre sujeito e verbo	Presença de 1 ou 2 sílabas		Ausência de material fônico		Presença de 3 ou mais sílabas		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Feminino	36/58	62	171/220	78	50/68	74	257/346	74
Masculino	30/108	28	82/287	29	24/91	26	136/486	28
<b>Total</b>	<b>66/166</b>	<b>40</b>	<b>253/507</b>	<b>50</b>	<b>74/159</b>	<b>47</b>	<b>403/832</b>	<b>47</b>

Nesta tabela em que cruzamos o fator lingüístico distância entre sujeito e verbo com fator social sexo, observamos que os resultados reforçaram aqueles que se configuraram na tabela 11a, onde cruzamos este mesmo fator lingüístico com o fator social procedência. Da mesma maneira, aqui o fator social sobrepôs-se ao fator lingüístico.

Os informantes femininos foram os que mais atenderam à regra de concordância independentemente do fato de haver presença ou ausência de material fônico entre sujeito e verbo (74%). Para os homens, apesar de terem realizado um número bem menor de casos de concordância verbal (28%), também seguiram a mesma tendência observada entre informante do sexo feminino que se refere à distância entre sujeito e verbo, ou seja, este fator lingüístico não pesou significativamente sobre os usos de CV.

Os percentuais bastante próximos entre os informantes do sexo feminino seja para presença de 1 ou 2 sílabas entre sujeito e verbo, ausência de material fônico ou presença de 3 ou mais sílabas, respectivamente, 62%, 78% e 74%, reforçam a baixa interferência do fator lingüístico em foco.

Da mesma forma, os informantes do sexo masculino apresentaram percentuais bem semelhantes para a presença de 1 ou 2 sílabas entre sujeito e verbo (28%), ausência de material fônico (29%) e presença de 3 ou mais sílabas (26%).

Assim, os percentuais expostos, sejam relativos aos informantes femininos ou aos masculinos, confirmam a predominância do fator sexo sobre o fator distância entre sujeito e verbo, reforçando os dados apresentados pelo IVARB.

**Tabela 16a – Presença de CV segundo o sexo e a presença/ausência do sujeito pronominal**

Presença/ausência do sujeito pronominal	Não pronominal		Pronominal Explícito		Pronominal não-explicito		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Feminino	114/174	66	103/131	79	40/41	98	257/346	74
Masculino	78/309	25	36/150	24	22/27	81	136/486	28
Total	192/483	40	139/281	49	62/68	91	393/832	47

Este último cruzamento do fator social sexo com o fator lingüístico presença/ausência do sujeito pronominal, aparentemente, traz percentuais que indicam a prevalência do fator social sobre o fator lingüístico porque são os informantes do sexo feminino que apresentam os maiores percentuais de CV independentemente da presença ou ausência do sujeito pronominal explícito ou não-explicito.

Igualmente os informantes do sexo masculino apresentam percentuais menores de concordância em relação ao tipo de sujeito, seja ele pronominal ou não, explícito ou não. Porém, observando a tabela com mais atenção, notamos que não é apenas isto que temos.

Realmente quando as mulheres utilizam o sujeito não pronominal ou o sujeito pronominal explícito, os percentuais de atendimento à regra são, respectivamente, de 66% e 79%, bastante próximos um do outro, demonstrando de que o fator lingüístico interferiu menos que o social. Da mesma maneira, com os homens, os percentuais de CV com o sujeito não pronominal é de 25% e com o pronominal explícito é de 24%; uma proximidade significativa que reforça o predomínio do fator social.

Mas, como citamos há pouco, surgiu um dado que rompeu este predomínio do social sobre o lingüístico, à medida que quando os informantes, homens e mulheres, usaram o sujeito pronominal não-explícito, o oculto, neste sim os percentuais se aproximaram mais: mulheres concordam com 98% das ocorrências e homens em 81%. Portanto, neste caso, este subfator interferiu mais que o social na CV.

Diante do exposto, podemos afirmar que nossos informantes, sejam homens ou mulheres, quando utilizam o sujeito pronominal não-explícito fazem uso, praticamente, categórico da norma de concordância.

Nesta situação, temos o fator social predominando no caso do sujeito não pronominal e pronominal explícito e o lingüístico no caso do sujeito pronominal não-explícito.

**Tabela 17a – Presença de CV segundo a escolarização e a saliência fônica verbal**

<b>Saliência Fônica</b>	<b>é/são</b>		<b>fez/fizeram</b>		<b>fala/falam</b>		<b>falou/falaram</b>		<b>dá/dão</b>		<b>faz/fazem</b>		<b>Total</b>	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Escolarização														
Analfabeto	13/21	62	6/20	30	13/76	17	6/31	19	0/9	0	0/12	0	38/169	22
Ensino Fundamental Incompleto	15/34	44	10/28	36	38/126	30	28/61	46	8/31	26	4/17	24	103/297	35
Ensino Fundamental Completo	30/42	71	41/50	82	76/129	59	68/89	76	25/38	66	12/18	67	252/366	69
<b>Total</b>	<b>58/97</b>	<b>60</b>	<b>57/98</b>	<b>58</b>	<b>127/331</b>	<b>38</b>	<b>102/181</b>	<b>56</b>	<b>33/78</b>	<b>42</b>	<b>16/47</b>	<b>34</b>	<b>393/832</b>	<b>47</b>

Na tabela 17a, ao fazermos o cruzamento do fator social escolaridade com o fator lingüístico saliência fônica verbal, observamos que a escolaridade interferiu na CV porque à medida que os informantes têm um nível maior de escolaridade, aumentam as chances de atender à regra. Nossos informantes analfabetos conseguem somente 22% de concordância, enquanto que os informantes que têm o Ensino Fundamental completo chegam a fazer 69% de concordância.

Porém, um dado importante quanto à escolaridade é que aqueles que possuem o Ensino Fundamental incompleto (máximo 3 anos de escolaridade) não se distanciam muito em percentuais de CV daqueles que não têm escolaridade, pois enquanto estes últimos fazem 22% de CV, os que têm o Ensino Fundamental incompleto fizeram 35%, diferença percentual baixa, o que nos leva a crer que os poucos anos de escola, pouco interferiram na observância à regra.

Precisamos observar que a tendência de a escolaridade sobrepor-se, taxativamente, à saliência fônica verbal foi, de certa forma, alterada quando os informantes analfabetos apresentaram uma situação um pouco diferente do que aconteceu com os

informantes que tinham alguma escolaridade. Assim, quando os informantes analfabetos fizeram uso da forma verbal mais saliente, *é/são*, o percentual de CV ficou bem distante do percentual das demais formas verbais, chegou a 62%, indicação de que para estes informantes a saliência fônica verbal fez diferença.

No entanto, para as demais formas verbais e para os outros níveis de escolaridade, os percentuais se mantiveram semelhantes. Assim estes dados vêm confirmar, mais uma vez, os resultados fornecidos pelo IVARB, de que a escolaridade ficou em último lugar de relevância para os fatores sociais e a saliência fônica verbal ficou em último lugar de relevância para os fatores lingüísticos.

**Tabela 18a – Presença de CV segundo a escolarização e o paralelismo formal**

Paralelismo Formal	Marca formal de plural em todos os elementos		Ausência de marca formal de plural no 2º elemento		Total	
	F	%	F	%	F	%
Escolarização						
Analfabeto	20/93	22	11/69	16	31/162	19
Ensino Fundamental Incompleto	69/173	40	21/110	19	90/283	32
Ensino Fundamental Completo	166/224	74	52/105	50	218/329	66
Total	225/490	52	84/284	30	339/774	44

Este cruzamento entre a escolaridade e o paralelismo formal evidencia a interferência maior da escolaridade na realização da concordância, independentemente de os informantes utilizarem marca formal de plural em todos os elementos ou apenas marca formal de plural no 1º elemento. Se tomarmos os informantes que têm o Ensino Fundamental completo, percebemos nitidamente esta interferência, pois a diferença

percentual de CV, seja com marca formal de plural em todos os elementos ou com a marca formal de plural somente no 1º elemento, está bem próxima, respectivamente, 74% e 50%.

Quanto aos informantes analfabetos, o percentual de favorecimento à regra quando utilizam marca formal de plural em todos os elementos chega a 22%, e, com a ausência de marca formal de plural no 2º elemento a 16%, índices percentuais, também, muito próximos, neste caso, o fator lingüístico, da mesma forma, pouco interferiu.

Em se tratando dos informantes com Ensino Fundamental incompleto, há uma semelhança forte com o que aconteceu com os analfabetos; a diferença percentual entre os subfatores lingüísticos foi baixa.

Com estes dados percentuais fica confirmada a presença intensa do fator social escolaridade sobre o fator lingüístico paralelismo formal.

**Tabela 19a – Presença de CV segundo a escolarização e a distância entre sujeito e verbo**

Distância entre sujeito e verbo	Presença de 1 ou 2 sílabas		Ausência de material fônico		Presença de 3 ou mais sílabas		<b>Total</b>	
	F	%	F	%	F	%		
Escolarização	F	%	F	%	F	%	F	%
Analfabeto	6/29	21	26/108	24	6/32	19	38/169	22
Ensino Fundamental Incompleto	15/64	23	73/188	39	15/45	33	103/297	35
Ensino Fundamental Completo	45/73	62	154/211	73	53/82	65	252/366	69
Total	66/166	40	253/507	50	74/159	47	403/832	47

Nesta tabela de cruzamentos entre a escolarização e a distância entre o sujeito e o verbo, notamos a semelhança com os resultados da tabela 18a que demonstram o



cruzamento da escolaridade com o paralelismo formal e a tendência do fator social sobrepor-se ao lingüístico.

Aqui, os percentuais de concordância para informantes analfabetos, detentores do Ensino Fundamental incompleto e Ensino Fundamental completo, ficaram muito próximos uns dos outros, numa demonstração de que o fator distância entre o sujeito e o verbo não exerceu influência.

Tomemos para observação os percentuais de CV dos informantes com Ensino Fundamental completo: para estes a presença de 1 ou 2 sílabas propiciou 62% de concordância; a ausência de material fônico, 73% e a presença de 3 ou mais sílabas, 65%, percebemos que os percentuais estão muito próximos uns dos outros.

E esta tendência se repetiu nos demais subfatores sociais; Ensino Fundamental incompleto e analfabetos. É o fator social demonstrando sua força.

Também pensávamos que o percentual de CV seria maior quando existisse a presença de 1 ou 2 sílabas se comparado à presença de 3 ou mais sílabas; o que não ocorreu. Demonstração de que, efetivamente, a importância do fator lingüístico para a CV foi superada pela importância do fator social escolaridade.

**Tabela 20a – Presença de CV segundo a escolarização e a presença/ausência do sujeito pronominal**

Presença/ausência do sujeito pronominal	Não pronominal		Pronominal Explícito		Pronominal não-explicito		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Analfabeto	15/97	15	16/64	25	7/8	88	38/169	22

Ensino Fundamental Incompleto	54/187	29	35/94	37	14/16	88	103/297	35
Ensino Fundamental Completo	123/199	62	88/123	72	41/44	93	252/366	69
Total	192/483	40	139/281	49	62/68	91	393/832	47

Esta última tabela de cruzamentos de fatores sociais e lingüísticos aponta para a escolarização como fator determinante na realização da concordância verbal, seja com sujeito não pronominal ou sujeito pronominal explícito. Os percentuais de uso da regra ficam muito próximos uns dos outros: os informantes com Ensino Fundamental incompleto chegam a 29% de CV com o sujeito não pronominal e 37% com o pronominal explícito. Da mesma maneira se comportam os que têm o Ensino Fundamental completo, 62% para quando aparece o não pronominal e 72% quando aparece o pronominal explícito. Os informantes analfabetos seguiram a mesma tendência: 15% para o sujeito não pronominal e 23% para o pronominal explícito.

Mas, como ocorreu nas tabelas que analisaram o cruzamento da presença/ausência do sujeito pronominal, com relação ao subfator sujeito pronominal não-explícito, os percentuais foram diferenciados. O sujeito pronominal não-explícito exerceu influência significativa sobre a concordância, pois tanto com informantes analfabetos, quanto com informantes que possuem algum grau de escolaridade, maior ou menor, os percentuais de atendimento à regra foram muito próximos, indicativo de que este subfator lingüístico, mais uma vez, fez-se presente, atuando com força na concordância verbal.

Assim, nossos informantes, com diversificados graus de escolaridade, quando utilizam o sujeito pronominal não-explícito têm facilidade para fazer as concordâncias

ditadas pela norma, resultado que reforça os dados revelados pelo IVARB onde o sujeito pronominal aparece em 1º lugar entre os fatores lingüísticos. (ver p.136).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte de nosso trabalho, resgataremos os principais pontos discutidos na pesquisa para apresentar os resultados a que chegamos, assim como apontaremos outras questões que poderão ser desenvolvidas em futuros estudos.

Nosso grande objetivo era fazer a descrição e a análise do fenômeno da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, presente na fala dos informantes do Mato Grosso do Sul, tomando por base os dados colhidos para a realização do Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul (ALMS), uma vez que, até o momento, nenhum estudo desse tipo havia sido desenvolvido junto à comunidade sul-mato-grossense. Tínhamos a intenção, também, de analisar grupos de fatores lingüísticos e sociais que condicionam a variação da CV na terceira pessoa do plural.

Já havíamos observado no contato pessoal com a comunidade sul-mato-grossense, fosse em suas falas ou em seus textos escritos, que a referida comunidade, comumente fazia pouco uso das regras de concordância verbal recomendadas pela gramática. Diante disso, queríamos saber qual era a dimensão desse fato e o que propiciava a recorrente ausência de concordância.

Assim, após a interpretação dos dados, os resultados confirmaram as hipóteses formuladas na introdução deste trabalho. A baixa frequência de realização da concordância verbal, na 3ª pessoa do plural, entre os informantes do *corpus*, foi de 47%, isto, mostrou que os falantes do português popular registrado na comunidade estudada se inclinam realmente a não aplicar a regra padrão estabelecida pela gramática normativa.

Mesmo que o percentual exposto, neste *corpus*, indique uma tendência de não-realização da regra padrão de concordância verbal, a análise estatística dos dados demonstrou que existem determinados contextos que favorecem, ou inibem mais, a sua aplicação. Isto igualmente confirma a hipótese estabelecida de que a variação entre aplicação x não-aplicação da regra de concordância verbal não é aleatória, mas sim condicionada tanto por fatores lingüísticos, como por fatores de natureza social, lembrando que nos resultados apresentados pelo programa IVARB, foram os fatores sociais que apareceram como estatisticamente mais relevantes, seguidos pelos fatores lingüísticos.

Retomamos a seguir os fatores sociais condicionadores da concordância de 3ª pessoa do plural:

#### 1) Procedência

O fator procedência foi o primeiro a surgir na ordem de relevância apresentada pelo programa IVARB, e revelou o fato de falantes rurais sul-mato-grossenses empregarem mais freqüentemente as formas verbais não marcadas do que os falantes urbanos. Entre os falantes rurais, apenas 27% das ocorrências atenderam à regra, contra 77% das ocorrências oriundas de falantes urbanos que seguem a norma.

#### 2) Sexo

O fator sexo dos informantes também se mostrou significativo para a concordância de 3ª pessoa do plural, ficando em 2º lugar na ordem geral de relevância. Os resultados relativos à análise deste fator demonstraram que são as mulheres que apresentam maior freqüência e probabilidade de realização da concordância do que os homens. Assim, nossa hipótese se confirmou, à medida que a concordância entre as

mulheres chegou a 74%, enquanto que entre os homens não ultrapassou o percentual de 28%.

### 3) Escolaridade

Igualmente, o fator escolaridade foi relevante para a CV na 3ª pessoa do plural, colocando-se em 3º lugar entre os demais fatores indicados pelo IVARB, demonstração de que a frequência e a probabilidade de realização da regra são maiores entre falantes mais escolarizados do que entre falantes de menor escolaridade e de escolaridade nula. Nossa hipótese de que os informantes escolarizados tenderiam a utilizar a variante de prestígio com maior frequência que aqueles que tinham menor escolaridade ou escolaridade zero foi confirmada. Vimos também que os poucos anos de escolaridade, no caso para aqueles informantes que tinham o Ensino Fundamental incompleto (3 anos no máximo), favoreceram pouco a realização da regra de concordância.

Com relação aos fatores lingüísticos, podemos constatar a relevância dos que seguem:

#### 1) Sujeito Pronominal

Os resultados evidenciam que o sujeito não-pronominal favorece mais o uso de uma forma verbal não-marcada (40%) se comparado ao sujeito pronominal explícito (49%), e que, por outro lado, o sujeito pronominal não-explícito condiciona marcadamente a aplicação da regra entre os nossos informantes, chegando ao percentual de 91%, dado numérico que confirmou nossa hipótese de que o falante popular ao fazer uso do sujeito oculto, tenderia a realizar mais a flexão verbal.

Os resultados desse grupo de fatores lingüísticos reforçaram os dados fornecidos pelo IVARB que mostrou o “sujeito pronominal” como o primeiro grupo de fatores lingüísticos selecionado.

#### 2) Distância entre sujeito e verbo

De maneira geral, os dados deste grupo de fatores não confirmaram nossa hipótese de que quanto maior fosse a quantidade de material interveniente entre o sujeito e o verbo, maior seria a probabilidade de não acontecer a CV, uma vez que os resultados não foram significativamente diferenciados entre os três subfatores analisados, o que demonstra certo “equilíbrio” percentual entre eles.

#### 3) Paralelismo formal

A análise dos dados evidenciou que a concordância verbal aconteceu mais quando nossos informantes fizeram uso de marcas formais de plural em todos os elementos do SN sujeito (52%), se comparada a ausência de marcas formais de plural no 2º elemento (30%). Esta predominância da CV com a marca formal de plural em todos os elementos do SN confirmou nossa hipótese inicial para a variável paralelismo formal que era, justamente, a de que mais concordância verbal fosse feita quando o sujeito apresentasse marcas explícitas de plural em todos os elementos do SN.

#### 4) Saliência fônica verbal

Para a saliência fônica verbal, nossa hipótese era de que quanto maior ou mais saliente fosse a diferença material entre as formas verbais do singular e do plural, maior seria a probabilidade de aplicação da CV. O contrário, também, seria verdadeiro, quanto

menor ou menos saliente fosse essa diferença, menor seria a probabilidade de aplicação da CV.

Os dados revelaram que, realmente, as formas de maior saliência *é/são* (60%), *fez/fizeram* (58%), *falou/falaram* (56%) e *dá/dão* (42%), propiciaram mais ocorrências de concordância que as formas de menor saliência *fala/falam* (38%) e *faz/fazem* (34%), resultados que confirmaram nossa hipótese. Porém os percentuais, entre as formas verbais, não foram muito diferentes, o que explica o porquê da variável saliência fônica verbal, segundo o IVARB, ter aparecido em último lugar de relevância estatística.

Analisando os cruzamentos entre os fatores sociais e lingüísticos, observamos o predomínio dos fatores sociais sobre os lingüísticos, como o IVARB apresentou ao fazer a escala da atuação de cada um dos fatores. Neste conjunto, constituem casos à parte alguns subfatores lingüísticos, como o sujeito pronominal não-explicito, alguns casos específicos de saliência fônica, como *é/são* e a presença de marca formal de plural em todos os elementos.

Os dados desta pesquisa demonstraram que os fatores internos à fala estão em constante interação com os fatores externos de natureza social. Desta forma, a variação lingüística que permeia a comunicação da comunidade investigada só pode ser entendida sistematicamente quando observada em relação ao contexto social, de maneira que a variação não é aleatória ou eventual, mas determinada por forças internas e externas à língua.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. “Sociolingüística.” In: MUSSALIM, F. & BENTES. (Orgs.). **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo : Cortez, 2004.

ANJOS, Sandra Espínola dos. **Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses**. Dissertação de mestrado. João Pessoa : Universidade Federal da Paraíba, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 2001.

BORTONI-RICARDO, S.M. **The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil** - Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BYBEE, Joan L. Morphology - **A study of the relation between meaning and form**. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing Company, 1985.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. “A concordância.” In: **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro : Livraria Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Lingüística e Gramática referente à Língua Portuguesa**. 8.ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1978.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 20..ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1991.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação Lingüística, Norma culta e Ensino da língua materna. In: São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus**. Coletânea de textos. São Paulo, CE/CENP, p.53-59, 1988.

\_\_\_\_\_. **A língua falada no ensino de português**. 3. ed. São Paulo : Contexto, 2000.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado, 1975.

- CUNHA, Albertina. **Para compreender Mattoso Camara**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luis Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, E.S. **Sintaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica Editora, 1970.
- DIK, C.S. "Seventeen sentences: basic principles and application of function grammar." In: MORAVCSIK, E. & WIRTH, J. R. (eds.). **Syntax and semantics**. v.13 : Current Approaches to syntax. Londres/Nova York : Academic Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar**. Berlim: New York: Mouton de Gruyter: 1997.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: Haiman Jonh. **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus**. Rice : Symposium, MS, University of California : Santa Bárbara, 1993.
- GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- GRACIOSA, Diva Maria Dias. **Concordância verbal na fala culta carioca**. Rio de Janeiro : UFRJ/Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa, 1994.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. Campo Grande : DAG, 1978.
- GUY, Gregory. **Linguist variation in brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history**. Philadelphia, 1981.
- HALLIDAY, M.A.K. "Language structure and language function." In: LYONS, J. (ed.). **New horizons in linguistics**. Harmondsworth : Penguin Books, 1970.
- \_\_\_\_\_. **An Introduction to functional grammar**. Great Britain, Edward Arnold, 1994.
- HECKLER, E.S.J. e BACK, S.M.S. **Curso de lingüística**. São Leopoldo: UNISINOS, 1988.
- IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões**. Franca, SP : Ribeirão Gráfica, 2002.
- ILARI, Rodolfo. **Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo**. BOLETIM ABRALIN, n.19, 1996, Maceió, p. 39-49.

KOCH, I.G.V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. Tematização e rematização no português falado no Brasil. In: GÄRTNER, E. ; HUNDT, C. ; SCHÖNBERGER, A. (eds.) **Estudos de lingüística textual do português**. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 125-142.

LABOV, William. "The social motivation of a sound change." In: **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia., University of Pennsylvania Press, 1963.

\_\_\_\_\_. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA, M.S.V e NEVES, M. F. (orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

\_\_\_\_\_. **The study of language in its social context**. In: **Sociolinguistic Patterns**. 3 ed. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1975.

\_\_\_\_\_. **Modelos sociolingüísticos**. Trad. De José Marinas Herreras. Madrid : Cátedra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Principles of linguistic change**. Internal factors. Oxford : Black Well, 1994.

LAMOSO, L. P. "Transformações recentes no território sul-mato-grossense." In: **REVISTA GEOGRÁFICA/UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**. Nº 10, Campo Grande : Editora da UFMS, 1993.

LEMLE, Mirian e NARO, Anthony J. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro : Mobral/Fundação Ford, 1977.

LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. 21.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

MARTINET, A. **Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?** Alfa, v.38, 1994.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Campo Grande : Editora da UFMS, 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira**. Rio de Janeiro : Ao Livro técnico, 1978.

MONGUILHOTT, S. **A variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural na fala de florianopolitanos**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

NARO, Anthony J. & LEMLE, Mirian. **Syntactic Diffusion**. In: Ciência e Cultura. São Paulo, SBPC, 1977.

\_\_\_\_\_. “O dinamismo das línguas”. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luíza. (Orgs.) **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo : Contexto, 2003.

NARO, Anthony J. **The social and structural dimensions of a syntactic change**. *Language*, 57(1), 1981.

NARO, Anthony J. & SCHERRE, Maria Marta Peixoto. “Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala.” In: **CADERNO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**. Campinas, 1991.

\_\_\_\_\_. “Influência de variáveis escolares na concordância verbal. **IDÉIA**. Revista da Faculdade de Letras da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999a.

\_\_\_\_\_. “Sobre o efeito do princípio da saliência fônica verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna.” In: MOURA, Denilda (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió : EDU/FAL, 1999b.

\_\_\_\_\_. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luíza .(orgs.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto , 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Uma visão geral da gramática funcional**. São Paulo: Alfa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Guia de uso do português: confrontando regras e usos**. São Paulo : Editora UNESP, 2003.

NICHOLS, Johanna. **Functional theories of grammar**. *Annual Review of Anthropolgy*, 1984.

NICOLAU, Eunice das D. **A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolingüística**. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa. Belo Horizonte, 1984.

NOGUEIRA, A. X. “Notícias de um Atlas em andamento: Atlas Lingüísticos de Mato Grosso do Sul – ALMS.” In: AGUILERA, V. de A. (Orgs.). **A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina : UEL, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é Lingüística**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1990.

PERINI, M. **Sofrendo a gramática**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

PEREIRA, Deize Crespim. **Concordância verbal na língua falada nas trilhas das bandeiras paulistas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

PONTE, V.M.L. **Concordância nominal no linguajar de uma comunidade pobre de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC/RS, 1979.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 31. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1997.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. **A concordância verbal no português popular em São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo : PUC/SP, 1987.

RODRIGUES, A.C.S. & CAMPOS, O.G.L.A.S. **Reflexões sobre fatos de não-concordância verbal no português culto brasileiro**. São Paulo, Comunicação apresentada no Congresso ALFAL, Costa Rica, 2002.

SAID ALI, Manoel. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1965.

SANKOFF, David. “Variable rules”. In: AMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert & MATTHEIER, Klaus J. (eds.). **Sociolinguistic – an internacional handbook of the science of language and society**. Berlin/New York : Walter de Gruyter, 1988b.

\_\_\_\_\_. “Sociolinguistic and syntactic variation. In: NEWMeyer, F. J. (ed.). **Linguistics: the Cambridge survey**, New York : Cambridge University Press, 1988a.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 5. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; prefácio de Isaac Nicolau Salum. São Paulo : Cultrix, 1975.

SCHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony J. **Dois dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil**. São Paulo : Delta 9, 1993.

\_\_\_\_\_. “Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul”. In : MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luíza (Orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação** . São Paulo : contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. “A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente”. In: HORA, d. da (Org.). **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa : Idéia, 1997.

SCHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony J. **Garimpendo as origens estruturais do português brasileiro**. Texto da palestra proferida no Congresso Internacional – 500 anos de Língua Portuguesa no Brasil. Universidade de Évora, Évora, Portugal, 8 a 13 de maio de 2000.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. Rio de Janeiro: UFRJ: Tese de doutoramento, 1988.

\_\_\_\_\_. “Sobre a atuação do princípio da saliência fônica na concordância nominal”. In: TARALLO, Fernando (Org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. (Coleção Linguagem – crítica).

\_\_\_\_\_. **Variação lingüística, mídia e preconceito lingüístico**. Texto apresentado durante o III EELA na Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, 1997.

\_\_\_\_\_. “Pressupostos teóricos e suporte quantitativo”. In: SILVA, Giselle M. de O. & SCHERRE, Maria Marta Pereira (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos – análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro/Departamento de Lingüística e Filologia da UFRJ, 1998.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7. ed. São Paulo : Ática, 2003.

TEYSSIER, Paul. **Manual de Língua Portuguesa**. Tradução: Margarida Chorão Carvalho. Coleção Lingüística. Coimbra : Coimbra Editora, 1989.

TRASK, R.L. **A dictionary of grammatical terms in linguistics**. Routledge. New York, 1993.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction**. Great Britain, Penguin Books, 1974.

WEINRICH, M.; LABOV, W. e HERZOG, M. “Empirical foundations for a theory of language change.” In: LEHMANN e MALKIEL (eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin : University of Texas Press,1968.

WEEDWORD, B. **História concisa da Lingüística**. ( trad.). Marcos Bagno, São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

# **ANEXOS**



**QUADRO – DADOS SOBRE OS INFORMANTES**

<b>INICIAIS</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ESCOLA- RIDADE</b>	<b>PROCE- DÊNCIA</b>
MUT	M	18	PARANAÍBA	FC	R
NDO	M	41	ÁGUA CLARA	A	R
NERT	F	19	BRASILÂNDIA	FC	U
ARMI	M	32	AQUIDAUANA	FI	R
NMCS	F	33	BRASILÂNDIA	FI	U
MAC	M	18	AQUIDAUANA	FI	R
ASM	M	18	ARAL MOREIRA	FI	R
CAA	F	48	CARACOL	FI	U
AG	F	50	CASSILÂNDIA	A	R
GA	F	37	ELDORADO	FI	R
BIA	M	36	DOURADOS	FI	U
SMA	M	35	INOCÊNCIA	FI	R
RMF	F	32	CARACOL	FC	R
LAN	M	29	BONITO	FI	U
JPS	F	46	FÁTIMA DO SUL	A	R
ADM	M	30	CORUMBÁ	FI	U
VRP	M	58	PEDRO GOMES	A	R
MLOC	F	19	INOCÊNCIA	FC	U
TAP	M	42	PONTA PORÃ	A	R
VRC	M	21	CAMPO GRANDE	FC	U
MFG	F	21	JARDIM	FI	R
AMBP	M	19	CAMPO GRANDE	FC	U
APS	F	29	JATEÍ	A	U
PNS	F	36	JATEÍ	FI	R
MJB	F	61	JUTI	A	R
VG	M	32	CORUMBÁ	A	U
ACS	F	18	CARACOL	FC	R
JCP	M	37	INOCÊNCIA	FC	U
CCD	F	20	BRASILÂNDIA	FC	U

INICIAIS	SEXO	IDADE	LOCAL	ESCOLARIDADE	PROCEDÊNCIA
MAGP	M	49	ELDORADO	FC	U
MAPB	F	20	NAVIRAÍ	FC	R
MOR	M	27	ELDORADO	FC	R
SSO	F	36	NIOAQUE	FC	R
RGS	M	24	NIOAQUE	FC	U
SAC	F	52	ÁGUA CLARA	A	U
EJC	M	22	JATEÍ	FC	U
MLB	F	28	CORUMBÁ	FC	R
RFE	M	39	CARACOL	FC	U
BAS	F	27	DOURADOS	FI	R
ECP	M	39	ÁGUA CLARA	A	R
MISO	M	42	PONTA PORÃ	FI	R
EFOL	M	27	PONTA PORÃ	A	U
CBS	M	18	PEDRO GOMES	FI	U
JPS	F	32	AQUIDAUANA	FC	R
LDM	M	36	ARAL MOREIRA	FC	U
OMS	M	49	PARANAÍBA	FI	R
DAS	M	37	CARACOL	FC	U
DMA	M	32	CASSILÂNDIA	FC	R
RPI	F	32	JARDIM	FI	U
RBTS	F	24	BONITO	FI	R
CALS	F	22	LADÁRIO	FI	R
MAA	M	32	LADÁRIO	A	R
EMC	M	27	LADÁRIO	FC	U
LPC	M	27	CAMPO GRANDE	FC	R
CRA	M	19	DOURADOS	A	U
CAMP	M	26	NIOAQUE	FC	R
GFA	M	41	JUTÍ	FC	R
CAM	M	54	JATEÍ	FC	R
DFI	M	31	FÁTIMA DO SUL	A	R
MILH	M	51	INOCÊNCIA	FC	R

<b>INICIAIS</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ESCOLA- RIDADE</b>	<b>PROCE- DÊNCIA</b>
RQS	F	42	CASSILÂNDIA	FI	U
ZQA	M	32	ELDORADO	A	U
LFQ	M	24	ELDORADO	FI	R
ARQS	M	31	SIDROLÂNDIA	FC	R
CTA	F	18	ITAQUIRAÍ	FI	R
MAMF	F	17	N. ANDRADINA	FC	R
ACS	M	20	PONTA PORÃ	FC	U
NMFA	M	19	N. ANDRADINA	FI	R
ABBA	F	20	CORUMBÁ	FI	R
NHA	F	20	PEDRO GOMES	FC	U
MAFC	F	48	PONTA PORÃ	FC	R
RQA	F	23	CAARAPÓ	A	R
AOK	M	31	NIOAQUE	FC	U
IAM	F	27	PEDRO GOMES	FI	R
ISA	M	22	PONTA PORÃ	FC	U
OGAS	F	31	ARAL MOREIRA	FC	R
CIAM	M	61	INOCÊNCIA	A	R
VAP	F	29	NIOAQUE	A	R
WLA	F	40	PARANAÍBA	FC	R
SAS	F	63	PARANAÍBA	A	R
GAM	M	30	BRASILÂNDIA	FC	R
SSG	F	22	CARACOL	FI	U
AAM	F	27	CASSILÂNDIA	FC	U
NNQF	F	32	ELDORADO	FI	R
PASQ	F	45	FÁTIMA DO SUL	FI	U
PRS	F	46	FÁTIMA DO SUL	FC	R
CDL	F	19	INOCÊNCIA	FI	U
ELAS	F	39	JARDIM	FC	R
RDD	M	20	JARDIM	FC	R
MSA	F	42	JATEÍ	A	R
NQM	M	37	NAVIRAÍ	FC	U

INICIAIS	SEXO	IDADE	LOCAL	ESCOLA- RIDADE	PROCE- DÊNCIA
SAB	F	26	ÁGUA CLARA	FI	U
DSS	,	20	PONTA PORÃ	FI	U
OJP	M	53	N. ANDRADINA	FC	R
RCFC	M	44	CORUMBÁ	FC	R
BAOL	M	23	CORUMBÁ	FC	U
FAZ	M	21	VICENTINA	FI	R
MAT	M	18	TRÊS LAGOAS	FC	U
FHAS	M	22	VICENTINA	FI	R
PNA	F	48	NIOAQUE	A	R
SAQS	M	19	NAVIRAÍ	FI	R
MAM	F	21	LADÁRIO	FC	U
QMP	F	32	JUTÍ	FI	U
AJPA	F	34	INOCÊNCIA	FI	R
AACS	M	42	PARANAÍBA	FI	U
CJSI	M	42	PARANAÍBA	FI	U
ZRA	F	18	DOURADOS	FC	R
LX	M	26	DOURADOS	FC	R
MPI	M	48	BRASILÂNDIA	FC	U
SOBA	M	21	BRASILÂNDIA	FC	U
ICT	F	17	FÁTIMA DO SUL	FI	R
LPX	M	20	CASSILÂNDIA	FC	U
MPJ	F	36	ELDORADO	A	R
PBAM	M	50	ELDORADO	FC	R
CRV	M	31	ÁGUA CLARA	A	U
PAT	M	34	AQUIDAUANA	FI	R
COLM	M	46	PEDRO GOMES	FC	R
PRL	F	43	PEDRO GOMES	FC	R
DAM	F	38	N. ANDRADINA	A	R
SMI	F	32	PONTA PORÃ	FC	R
SZA	M	40	ARAL MOREIRA	FI	R
BIG	M	30	ARAL MOREIRA	FC	U

<b>INICIAIS</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ESCOLA- RIDADE</b>	<b>PROCE- DÊNCIA</b>
ALGA	M	31	TRÊS LAGOAS	FI	U
LID	M	24	VICENTINA	FC	U
IRA	F	21	ÁGUA CLARA	A	R
OIB	M	31	DOURADOS	FC	U
DFA	M	33	INOCÊNCIA	FI	R
CMA	F	32	AQUIDAUANA	FC	U
DTZ	M	19	PEDRO GOMES	FI	R
LS	F	53	PONTA PORÃ	FC	U
IAS	M	21	CORUMBÁ	FI	U
FST	M	34	CORUMBÁ	FI	R
LYA	F	41	NIOAQUE	FI	U
PSS	M	43	TRÊS LAGOAS	FC	R
AST	M	21	DOURADOS	FC	R
RTS	F	53	FÁTIMA DO SUL	A	U
SSOI	F	23	CASSILÂNDIA	FC	R
MAC	F	39	CASSILÂNDIA	FI	R
IAV	M	36	JUTI	FC	R
GFI	M	39	JATEÍ	A	U
FKT	M	42	ELDORADO	A	U
HTAI	F	27	CASSILÂNDIA	A	R
EGT	M	26	NIOAQUE	FC	R
TSS	F	28	NIOAQUE	FC	R

# **TEXTOS DE JORNAIS**

■ EM PONTA PORÃ

## Motoqueiro paraguaio bate em árvore e morre

Em Ponta Porã, na fronteira com o território paraguaio, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar através do 4ºBPM (Batalhão da Polícia Militar) registraram um acidente na madrugada de ontem que resultou na morte de um motoqueiro, após ele ter se chocado contra uma árvore.

Ainda na mesma cidade, a Polícia Militar e a Civil registraram um assalto à mão armada, e a autoria até ontem ainda não havia sido elucidado.

### O ACIDENTE

No acidente, ele aconteceu por volta da 1h35 nas proximidades do número 1.422 da rua Guia Lopes, na periferia da cidade. De acordo com levantamentos no local, a vítima, o paraguaio, Gilberto Gaudó Cristaldo, de 29 anos, pilotava uma motocicleta importada Star/100 CC, quando por razões ainda a serem apuradas pela polícia, veio a perder o controle e foi bater contra uma das árvores do canteiro central da rua.

No impacto da moto contra a árvore, o rapaz teve seu corpo arremessado a uma distância de cinco metros da moto, e esta após ocorrer o vazamento de gasolina, veio a explodir e se destruir, após ter pegado fogo.

O Corpo de Bombeiros foi acionado por populares para combater o incêndio e providenciar socorro a Gilberto Cristaldo,

entretanto, ele veio a falecer após sofrer fraturas pelo corpo e traumatismo craniano encefálico.

Depois de concluídos os levantamentos, os destroços da moto foi encaminhado para o 1ºDP (distrito policial) enquanto o corpo do motoqueiro foi transportado para o necrotério da cidade para ser submetido à necropsia, posteriormente liberado a família para ser sepultado.

### ASSALTO

Já por volta das 19h40 de quinta-feira, ainda na rua Guia Lopes, nas proximidades dão Cordil, a Polícia Militar atendeu a uma ocorrência de roubo.

De acordo com relatos da vítima, a manicure, Gladis Carolina Duarte, 20, ela caminhava pela rua no sentido bairro ao centro, quando foi cercada por dois desconhecidos que estavam em uma moto Honda/Biz, e mediante ameaças, teve de entregar para eles os dois celulares que estavam com ela.

Gladis Duarte contou que os ocupantes da moto alegavam que estavam armados, porém, em nenhum momento do assalto, eles apontaram as armas para ela. A vítima foi orientada a comparecer na Polícia Civil para registrar o assalto pelos militares, e estes realizaram diligências visando capturar a dupla de assaltante, porém não tiveram êxito.

Festa realizada no final de semana em Santa Rita do Pardo levou mais de 8 mil pessoas ao recinto; prefeita Eledir premiou o melhor peão

## Rodeio supera expectativa

A festa de rodeio realizada na cidade de Santa Rita do Pardo superou as expectativas dos organizadores. De acordo com o Sargento da Polícia Militar, Carlos, cerca de oito mil pessoas passaram pelo recinto durante os quatro dias do evento. A festa terminou no domingo, dia 28.

Na sexta-feira, o deputado Federal, Antonio Carlos Biffi (PT) esteve presente ao evento. No sábado, dia da abertura oficial, a prefeita Eledir Barcelos de Souza (PT) deu as boas-vindas aos visitantes e a comunidade local. Ela esteve acompanhada do vice-prefeito Sérgio Antonio Braghin, do Prefeito de



PRENSA/AGÊNCIA

Alonso, Nadia, Delegada de Naviraí, do Tenente Aparecido dos Santos, do Presidente da Câmara Cleudenide Ferreira de Freitas, dos vereadores Joel da Silva, Elenir Barcelos de Souza, José Ferreira de Matos, Sotango de Souza Braga, do assessor de gabinete, Josias Carvalho, do secretário geral, Luiz Alberto, Alcides Patussi, José Tiburcio, entre outros.

### ESCOLINHA

Eledir, no encerramento da festa disse que iria resgatar a cultura e cidadania e lançou o projeto de instalação de uma 'escolinha de peão'. E declarou a intenção de construir um parque de exposições em Santa Rita.

### Prefeita Eledir fez a entrega de moto para campeão do rodeio

Bataguassu, João Carlos Lemes (PT), do Prefeito de Brasilândia, Antonio de Pádua, do deputado Estadual Akira Otsubo (PMDB), do Presidente do Conselho administrativo Paroquial, Vanildo Alves Rodrigues, Vice-Presidente Gilberto Araújo Patussi, do Delegado da Polícia Civil, Marcelo Renato de Lima



## Moção da Câmara homenageia O PROGRESSO

**D**OURADOS – A Câmara, através dos vereadores Edson Lima do Nascimento e Laudir Antonio Munaretto, apresentaram em Sessão Ordinária, Moção de Congratulações ao Jornal **O PROGRESSO**, pelos 56 anos, comemorado dia 21 de abril.

“Nós do Poder Legislativo, parabenizamos a Sr<sup>a</sup> Adiles do Amaral Torres e a todos os funcionários, pela competência e dedicação, do trabalho jornalístico de alta qualidade desenvolvido em nosso município em todos esses anos.

**O PROGRESSO** é testemunha da história do nosso município, mantendo-se sempre como o mais importante canal de comunicação escrita e aperfeiçoando-se cada vez mais, imbuído pelo dinamismo e espírito empreendedor para oferecer a melhor informação aos seus leitores. Reverenciamos nessa petição, verdade e qualidade de informação que o jornal **O PROGRESSO** proporciona aos seus leitores há 56 anos.”

■ FÁTIMA DO SUL

## Produtores se reúnem com gerente do BB

Os produtores rurais de Fátima do Sul estiveram reunidos na manhã de ontem, na sede do manifesto na margem da rodovia MS-376 próximo a ponte do Rio Dourados, onde permanecem com máquinas agrícolas acampados à 30 dias, para analisarem ao pacote lançado pelo Governo Federal, para custeio da próxima safra agrícola.

O pacote anunciado pelo ministro da agricultura Roberto Rodrigues liberou R\$ 60 bilhões para a safra 2006/2007. São R\$ 50 bilhões para a agricultura comercial e R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar, não agradou a classe dos produtores do município.

O secretário do Sindicato Rural de Fátima do Sul, o tesoureiro Carlos Alberto Casoti

e o produtor rural Shum Kimura, estiveram reunidos com Orley Paulo Dias, gerente da Agência do Banco do Brasil em Fátima do Sul, para tentar um esclarecimento quanto real situação dos produtores, na negociação dos financiamentos.

O gerente do Orley Paulo Dias, colocou-se a disposição de toda a classe produtora da região, para esclarecimentos e informações, e se possível até mesmo uma audiência pública. Os produtores não cogitaram a possibilidade de bloqueio na Agência.

O Sindicato Rural, estão orientando a todos os produtores que se encaminhem ao Banco para analisarem a situação, para uma possível renegociação das dívidas.

■ PRODUTORES

## Protestos continuam em Rio Brillhante

DIVULGAÇÃO



Reunião mobilizou produtores rurais sábado em Rio Brillhante

No sábado foi realizada uma reunião entre os produtores rurais de Rio Brillhante. Por aclamação decidiram por continuar mobilizados, com máquinas em frente a armazéns e nas rodovias que demandam a cidade.

Segundo os produtores o pacote de medidas que o Governo Federal lançou no dia 25 de maio de 2006 deixou a desejar e não soluciona ou alivia o problema de proporções gigantesca que o setor está passando e sim adia para o ano que vem o sepultamento do produtor rural.

Os organizadores ainda disseram que pode parecer que 60 bilhões resolva os problemas

desse setor, entretanto na análise dos agricultores esse pacote de medidas vem no mínimo com um ano de atraso, pois parece que o governo federal está pensando na crise do ano passado e tomando decisões para esse ano. Além do mais o anúncio teve mais cunho político eleitoral, cuja finalidade foi confundir a opinião pública. "Querem nos jogar contra o povo", disse um dos líderes do movimento, Gleyciano Vasconcelos.

Na reunião de sábado, dezenas de produtores participaram do ato, realizado no CTG da cidade. Os trabalhos foram coordenados pelo Sindicato Rural.

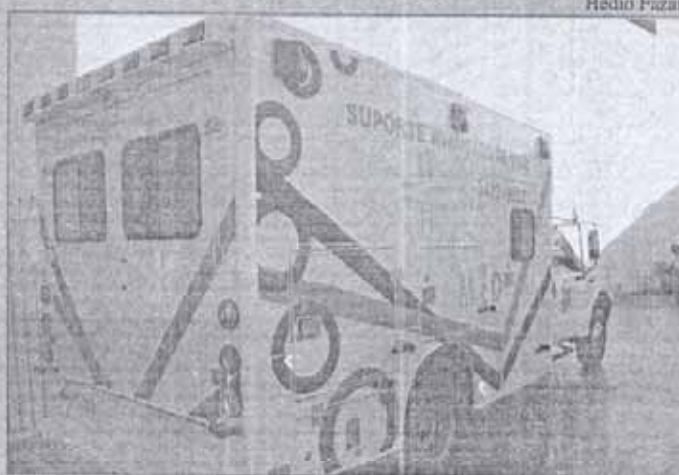
# Automed oferece assistência integral

Hedio Fizan

**D**OURADOS – O Automed Emergências, inaugurado em 11 de maio, chega para preencher uma lacuna, oferecendo um atendimento personalizado visando reduzir o tempo de internação e desafogar UTIS da região.

O sócio-proprietário da Automed, Evandro Bandeira Lecey, diz que os usuários que aderir a um dos planos especiais terá à disposição, 24 horas por dia, equipe qualificada de seis médicos e quatro enfermeiros e ambulâncias equipadas para prestar assistências emergenciais com eletrocardiograma, marcapasso e outros.

“Contamos com planos empresariais a partir de R\$ 5 e familiares, R\$ 14. Os usuários vão contar com uma moderna estrutura da Central de Emergências Médicas, resgatando o



Ambulâncias da Automed Emergências são equipadas

conceito de médico família.

A Automed fez uma amostra da sua eficiência para os frequentadores da 42ª Expoagro. Foram atendidas 94 pessoas e 89% dos casos foram assistidos pela equipe médica da Automed, sendo que apenas 11 tiveram que ser encaminhados para os hospi-

tais da região de Dourados. O Shopping, que deve ser inaugurado semana que vem em Dourados, contará com o suporte da Automed.

#### SERVIÇO AUTOMED

Av. Marcelino Pires, 951.  
Tel (67) 3427-0002 e 3427-0012

# **TEXTOS DE ESTUDANTES**

## Patentes Salvam Vidas

Segundo a Revista Vaja, 05 de Janeiro de 2003, que entrevistou o médico Daniel Vasella, <sup>o qual</sup> demonstrou uma grande preocupação com a divulgação de medicamentos NA mídia. É errado acreditar que remédios não tenham efeitos colaterais ou que laboratórios conheçam todos os efeitos colaterais ~~para~~ uma nova droga é lançada no mercado.

Não podemos comprar medicamentos por impulso ou com a esperança de que o remédio vai fazer tudo aquilo que é mostrado NA mídia, isso leva um grande número de pessoas a se intoxicarem por uso de medicamentos sem (uma) prescrição médica.

Devemos acabar com esse tipo de divulgação e exigir que os laboratórios aperfeiçoem mais os medicamentos antes de serem disponibilizados ao consumidor.

A importância do Assistente social no contexto da sociedade brasileira.

Jeannino

O Assistente social baseia-se em um processo contínuo que se constrói no cotidiano, baseando-se em resgatar a importância e necessidade de contribuir com uma política social e carregar consigo uma carga de grande responsabilidade, elaborando assim palestras, oficinas e projetos em uma diversidade de áreas e problemas.

sendo muito bem visto para a sociedade em geral, muitas vezes seus projetos beneficiam a população mais carente que é um dos principais enfoques desse profissional, onde tentamos interagir com esses cidadãos e dar uma pequena possibilidade de trazê-los para um meio social, principalmente em um país de terceiro mundo.

já são várias os projetos de assistência para a sociedade, podemos dar como exemplo o programa do governo federal, que é o fome zero, onde beneficia a classe "miserável", que são os cidadãos que na maioria das vezes estão desempregados e em condições precárias.

- + (bem!)

1) Escreva, com suas palavras, como você percebeu que o acesso à fala corroborou para que a comunidade social se fosse um espaço intelectual/social/cultural entre outros.

A comunidade de primatas não são produzida em questão da fala, são em relação ao sexo enfim. São seus comunitários de uso? Para eles é que mais impediam-se, o jogo, pois através do jogo eles tinham "pedra", e tinham seus mitos de sobrevivência.

Essa comunidade só começou a evoluir quando tiveram contato com outra comunidade, mais avançada, essa segunda comunidade tinha  $\Delta$  com utilização verbal, expressão facial, facilidade de expressar sentimentos, em relação ao sexo era prático por suas práticas de sobrevivência, e também por saber "jogar" e jogar em seu a decisão que a primeira comunidade de meritava ter.

+ (bom!



Nem sempre quantidade é sinônimo de  
qualidade. Neste cabe também a questão de <sup>da leitura</sup> <sup>em si</sup>  
crítica da leitura. Nem sempre ler muito  
é sinônimo de sabedoria, pois para se ter  
um bom entendimento é necessário tempo,  
compreensão do texto, interpretação e  
conhecimento das palavras. Infelizmente,  
a nova realidade é repleta de textos bonitos  
e cheios de palavras complexas, que na sua  
essência não transmitem o conteúdo desejado.  
Devemos ser bastante críticos, não aceitar  
"receitas prontas"; hoje a mídia, a massa  
faz com que não questionemos e (sim)  
aceitemos toda e qualquer situação.  
A leitura diária de livros pode ~~se tornar~~ <sup>ser</sup> <sup>uma</sup> <sup>boa</sup> <sup>experiência</sup> <sup>se</sup>  
prazer <sup>isso</sup> não significa que prazer é  
felicidade. Devemos buscar uma leitura  
dinâmica e com uma boa absorção de  
livro.  
• Você quer dizer facilidade (a exemplo de R. Alves)?

Em um teste o ator estava tentando se apresentar, mas o  
ator não foi interrompido por alguém da plateia; toda hora alguém  
dizia, desacomodava balões, atores ~~de~~ e o ator começou a  
ficar irritado, principalmente porque tinha um teste tentado  
na primeira fila com os pés no palco misturando os dois, e  
o ator dizia que o palco era um local sagrado e devia ser respeitado.  
Depois a apresentação o ator vai para o camarim e começa  
a discutir com seu amigo, ~~de~~ explicando tudo que houve neste  
dia. ~~Logo~~ seguinte isso estava acontecendo em uma sala para de teatro,  
por os pessoas que chegaram atores: guilherme ~~de~~, mas acabou  
não entrando pois já havia um teste na sala dizendo que  
não são permitidos a entrada após o início do espetáculo, ~~de~~  
aparece também duas pessoas no camarim, junto com um policial. Uma  
que representa o que foram expulsos e outra que representa os  
que chegaram atores; a representante dos atores quer seu  
dinheiro de volta pois não achava justo perder a apresentação por  
ter sido atores em teste; o representante dos atores explica que  
ele tinha estado muito para assistir o espetáculo e por isso tinha  
colocado os pés no palco, no final do espetáculo o ator explica o  
porquê do teste. Este minuto e tudo acaba com uma pose teatral.

Justifique o título do filme.  
Este minuto ~~de~~ é o tempo que os atores passam a atores  
na televisão, normalmente é o tempo que dura cada parte da  
moneda ou qualquer outro programa.

Estabeleça um paralelo entre a situação do ator e  
do professor.  
O ator e o professor se encontram na mesma situação,  
os dois querem a atenção do seu público, necessitam da  
colaboração e do silêncio para poderem passar os seus  
os seus ideias.

↳ além da interação entre →

Devido esta enorme problemática na sociedade histórica e atual, constituindo uma extensa deficiência dos mesmos, atingindo direta a população, como, o desemprego, fome, miséria, a exclusão social, a marginalização, enfim uma balena de situações que empobrecem as nossas vidas, causando revolta e indignação indignação.

No Brasil é muito evidente estes problemas explicitamente atenuados nas áreas de saúde, educação, política nos deixando revoltados com a falta de atuação dos nossos representantes, <sup>os representantes</sup> fazendo de falsas promessas e não realizando o compromisso público, dinheiro destinado as necessidades sociais. Quando os próprios têm por obrigação e honra de lutar por um Brasil mais honesto e digno para todos.

E o Ambiente social tem esta missão clara e simples, que faz 70 anos da proposita no Brasil, trazer a frente da sociedade e suas irregularidades, e o que propõe, manter saúde e educação, ou seja, abrir caminhos para que o povo em geral <sup>tenham</sup> seus direitos respeitados, e uma vida mais próspera e digna.

+ ou -

sujeito coletivo nos verbos  
no singular.

1. ESCREVA COM SUAS PALAVRAS, COMO VOCÊ PERCEBEU QUE O ACESSO À FALA CORROROU P/ QUE A COMUNIDADE SOCIAL SOFRESSE UM AVANÇO INTELECTUAL / SOCIAL / CULTURAL, ENTRE OUTROS.

Famly 11/01/2021

O QUE EU ENTENDEI SOBRE OS AVANÇOS <sup>da comunidade social</sup> ERA QUE A SOCIEDADE DA MULHER ERA MAIS AVANÇADA NA FALA, NAS ATIVIDADES, E ATÉ NO SEXO. FOI A MULHER QUEM ENSINOU OS OUTROS HOMENS DA OUTRA CULTURA A FAZER O FOGO QUE PARA ELAS ERA MUITO IMPORTANTE, FOI ELA QUEM ENSINOU ELAS A SORRIR, E A SER UM HOMEM MENOS RUDI, (BRUTO), COM O APRENDIZADO ELA SE TORNOU UM HOMEM MAIS SOCIAL.

A SOCIEDADE DA MULHER DOMINAVA O INÍCIO DA LINGUAGEM VERBAL, ELAS JÁ SE COMUNICAVAM MELHOR DO QUE AS OUTRAS QUE ERAM SÓ POR GESTOS, COM A CONSCIÊNCIA ELAS PASSARAM A ADQUIRIR A MESMA LINGUAGEM, PODENDO ASSIM SE COMUNICAREM ATÉ A DISTÂNCIA.

+ ou -

Uma peça "de três minutos" ou seja as peças a quem  
é a liberdade no inferno na maneira de como as  
coisas passam. Pois se a coisa inteira ou preparação  
de uma reunião de três minutos na maneira, fuma  
dentro mesmo sendo sempre as peças dessa maneira e a  
segunda não queriam ou mais tempo para desenvolver  
além de soluções não se supõem uma harmonia in-  
justiça.

Diferentes exemplos tipos e sua utilização de múltiplas  
vezes que não separam os seus trabalhos e as  
aplicações de peças como as expressões.

#### últimas informações

Alguns exemplos locais como nunca são ou auto li-  
sustentação na peça foram mostradas as constantes interrup-  
ções das umas por outras peças, seguindo a ordem in-  
terna. Na sala ou aula não se sente suficiente, são as  
excessivas interrupções dos professores e suas explicações por  
introdução e saída ou respostas constantemente. Outros  
incomuns são as paralelas entre reações, além  
de diferenças entre reações no nível de explicações ou  
contínuas pelos professores.

#### Resumo

A peça "de três minutos" atol após passar  
as manuais como um despertar estava disponível de  
modo a por uma imitação de cada seção de peça para as  
experiências. Mostra também a imitação de uma sala  
na que desperda o tempo e queria entrar para assis-  
tir a peça, começando um grande tumulto.

O livro mostra, que nos tempos de hoje, utilizar o poder da argumentação é indispensável em qualquer situação que se alonga. Argumentar, gerando relação e informação é estabelecer contato com a pessoa, possibilitando maior poder de comunicação e saber todo o conteúdo que se deseja passar.

Argumentar é a arte de convencer e persuadir, mas é necessário utilizar estes recursos com ética. Quando uma pessoa é convencida, ela passa a pensar como queremos, como nós pensamos. Mas, quando persuadimento é necessário falar para atingir a emoção dela.

Para que os objetivos sejam alcançados, é necessário mostrar ao outro as vantagens que ele terá ao pensar como nós, para mostrar as vantagens há diversas formas, como recursos argumentativos, entre eles <sup>há</sup> tom: pragmático, desperdício, do exemplo, do modelo, de quantidade etc.

No decorrer de todo livro, ele nos mostra como viver e se relacionar melhor com próximo, sem entrar em atritos corporais ou verbais, lembra que com o poder da argumentação conseguimos tudo. É que devemos ser éticos ao usar a palavra.

Um <sup>o</sup> p) argumentar é preciso conhecer seu oponente, saber tocar no seu sentimento e ter amplo conhecimento do assunto <sup>no qual</sup> se vai argumentar.



1) Escrava com suas palavras, como se  
te pedissem que se acesse a fala  
concluída para que a comunidade  
social pudesse um avanço intelectu-  
al, social, cultural, entre outros.

*de tudo se reproduz como o homem se reproduz!*

(Bom) Tudo começou por um motivo que me  
é claro, por esse acidente que veio na forma  
de se proteger de animais ferozes e outros tribo  
origem.

foi através do fogo que começou a haver, um  
relacionamento entre as tribos e seus povos.

Quando eles passaram de sua, alguns atrás do  
fogo, eles foram juntos, e através disso melhoraram  
de forma melhorando a sua comunicação.

A sua forma de reprodução na him menos  
incluída de quebra, então tribo que já conhecia  
antes de se reproduzir.

Eles não tinham ideia como dar a vida, foi atra-  
vés de relações com uma mulher de outra tribo que  
ela pôs a criar o hábito de dar a vida.

Houve uma interação cultural quando ele  
chegou em outra tribo, e os homens de  
tribo com que ele tivesse relações com  
as mulheres dessa tribo.

E foi através do fogo que começou a  
evolução das tribos, e quando ela  
foi maior na tribo que se começou a desenvolver  
tudo que da família!



## A importância do Assistente Social no contexto da sociedade Brasileira

Percebe-se que nos últimos anos a sociedade brasileira vem reconhecendo a importância da profissão do Assistente Social em diversas áreas, renovando e contribuindo para mudanças no mundo de trabalho e os desafios da profissão, auxiliando a sociedade através de seu trabalho em empresas, repartições públicas e no atendimento geral, ele redesevolve estudos sociais para tomar a comunidade uma sociedade melhor.

O momento político em que vivemos requer ousadia para os trabalhadores profissionais, enfrentando resistência do estado que reforça a exploração das populações marginalizadas, onde os privilégios são para os que detêm o poder econômico e político, de maneira geral, atrapalhando o processo de formação de cidadania.

Este é um exemplo da importância do assistente social, pela necessidade de formar uma nova cidadania, com projetos profissionais sociais e políticos.

Para podermos viver com mais dignidade, expor novas idéias e anseios, mobilizando-se na estrutura da sociedade, com movimentos que questionar a ordem social nos dias atuais, Porém a importância de uma concepção de cidadania do processo político, Social, e Histórico; assim se constrói uma sociedade, com ações mais humanas. Com Princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Para Construir um campo de luta para mudanças, na estrutura social, no qual é fundamental a importância do Assistente Social, na Sociedade Brasileira.

trabalho

o que é  
poder  
mais de  
saberes  
institucionais

+ ou =!

## 1 Ensino de Enfermagem na Inglaterra (1860)

Apesar da enfermagem já existir há séculos, desde o feudalismo, a enfermagem moderna inicia-se no método do século XIX, com Florence Nightingale, na Inglaterra. <sup>aplicar-se a que?</sup> Inicialmente baseava-se em rígidas seleções de candidatas ao curso, tinha caráter religioso e católico, a aluna tinha que se levantar muito cedo, praticavam basicamente a parte prática, realizando procedimentos.

O sistema de Florence se expandiu e por fim influenciou o ensino de enfermagem no Brasil. Nos EUA, segundo Cavalli (1972) no período 1873-1890 foram criados trinta e cinco escolas. Em 1960 o número triplicou, as escolas tinham por finalidade proporcionar assistência aos pacientes indigentes, e preparar as para assistência à comunidade.

O currículo de enfermagem até os anos 50 passou por várias revisões, análise das falhas do ensino educacional para a realidade da prática de ensino padrão.

em uma peça como a história de uma ator muito experiente que de cansa da falta de atenção que o público tem, ele se irrita em uma determinada apresentação e expulsa as pessoas do teatro. Não parece sem entender o motivo do que aconteceu resolveu ir atrás dele para procurar uma solução, mas não adiantou a primeira tentativa.

maneira o motivo de tanta ignorância naquele momento. O ator experiente tentou explicar de forma clara, ele enfatizou que o público que estava ali naquele momento era um público privilegiado e que deveria ter mais respeito e entender a desigualdade social que o Brasil sofre, falou também que muitas pessoas não sabem o que é uma peça teatral, ele diz também que tudo que ele faz é com amor e dedicação e que as pessoas não sabem o trabalho que dá para fazer um peça de teatro. Falou informações paralelas entre sala de aula, e isso é uma das coisas que mais acontece na sala de aula no dia a dia de professores. A falta de respeito é muito grande que os alunos tem com os professores, é impossível dizer que os professores não se irritam com a falta de atenção dos alunos. Os professores ficam com os alunos para passar o mês, para os alunos tempo e mais tempo, repetindo aula, mas não ser respeitada muitas vezes. O ator enfatiza a desigualdade social. O Brasil ainda sofre por ter muitas crianças fora da sala de aula, a maioria são privilegiadas e não tem a oportunidade que tem...

## A importância do Assistente Social no contexto da sociedade Brasileira

A formação do assistente social é bastante ampla, pois lhes permite trabalhar em diversas áreas: saúde, educação, habitação, assistência, organizações públicas e privadas ou ONGs.

O Assistente social realiza estudos, pesquisas para avaliar a realidade e propor medidas para alterar determinada situação. Elabora projetos e programas sociais tanto em instituições públicas ou privadas, realiza estudos socioeconômicos com grupos ou indivíduos para fins de conceder benefícios sociais.

Percebemos que o Serviço Social não está necessariamente ligado aos governos e ações públicas, existem profissionais que atuam em empresas privadas na organização dos recursos humanos, valorizando o profissional como projeto e ações.

Encontramos o desafio do assistente nos momentos sociais, reindicando as suas necessidades, dando sustentabilidade à vida humana.

Resaltamos que o maior empregador de Assistente social é o governo.

em todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal. Onde são desenvolvidos projetos para inclusão social, dando condições de usuários estabelecer um relacionamento de convívio social mesmo não existindo quebra de vínculo com a família. São através destes projetos elaborados que as famílias conseguem resgatar sua auto-estima e traçar objetivos para retornarem à sociedade.

Temos que estimular as pessoas a se envolverem nestes programas para amenizar aqueles momentos difíceis que estão enfrentando, auxiliando com apoios financeiros, psicológicos e em alguns casos até by abrigos.

Observamos que a função do assistente em qualquer área não é dar, mas a pesca e sim ensinar. <sup>ensinar</sup> <sub>ensinar</sub> <sup>o</sup> <sub>o</sub> <sup>povo</sup> <sub>povo</sub> a pescar.